

MARCOS GONÇALVES

“OS ARAUTOS DA DISSOLUÇÃO”:

Mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em História, Linha de Pesquisa Cultura e Poder, do Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Orientação: Professor Doutor Luiz Carlos Ribeiro.

Curitiba

2004

FONTES

Jornais

Diário da Tarde – Curitiba

Período: 1941-1947

Local do acervo: Biblioteca Pública do Paraná

Diário dos Campos – Ponta Grossa

Período: setembro e outubro de 1941

Local do acervo: Museu de Ponta Grossa

Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro

Período: maio a dezembro de 1941

Local do acervo: particular

Gazeta do Povo – Curitiba

Período: 1940-1947

Local do acervo: Biblioteca Pública do Paraná

O Dia – Curitiba

Período: 1942

Local do acervo: Biblioteca Pública do Paraná

Suplemento Político do Diário da Tarde – Curitiba

Período: maio a setembro de 1946

Local do acervo: Biblioteca Pública do Paraná

Dossiês da DOPS/PR

Dossiê Individual José Petrelli Gastaldi, Prontuário 1370/41 – DOPS/PR

Local do acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público/PR, Pasta 2175, Topografia 399.

Dossiê Relação dos Comunistas, Dirigentes do Comitê Municipal, Estadual e das Diversas Células da Capital – DOPS/PR

Local do acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público/PR, Pasta 0264, Topografia 0269.

Periódicos

Anuário da Imprensa Brasileira, 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

Anuário Estatístico do Brasil, Ano VI – 1941- 1946. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

Revista do Clube Militar, Ano XIV, Rio de Janeiro, novembro-dezembro 1941, nº 62.

Legislação

Ato adicional nº 9, de 28/02/1945. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 53-60.

Decreto – Lei nº 7586, de 28/02/1945. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 137-164.

Lei Constitucional nº 13, de 12/11/1945. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 565.

Lei Constitucional nº 14, de 17/11/1945. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, 585.

Decreto nº 23046, de 07/05/1946. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 101.

Decreto-Lei nº 9258, de 14/05/1946. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 368-375.

Decreto-Lei nº 9502, de 23/07/1946. Diário Oficial da União nº 171, Ano LXXXV de 27/07/1946, p. 10296.

Decreto nº 22938, de 15/04/1947. LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 77.

Arquivo da Fundação Getúlio Vargas

Arquivo Eurico Dutra. Reunião de 27 de setembro de 1937.

Classificação Edvp 1936.01.07, Rolo 1, Fotogramas 1070, 1071, 1072.

CPDOC/FGV – Rio de Janeiro/RJ

Arquivo Eurico Dutra. Informe Pessoal e Secreto de 27 de janeiro de 1942. Parecer do Ministro da Guerra sobre a ruptura de relações do Brasil com os países do Eixo, apresentado na reunião coletiva dos Ministérios de 27/I/1942. Classificação Edvp 1940.11.01, Rolo 2, Fotogramas 0059, 0060. CPDOC/FGV – Rio de Janeiro/RJ

Arquivo Eurico Dutra. Carta de Eurico Gaspar Dutra para Getúlio Vargas em 15 de junho de 1942. Classificação Edvp 1939.06.20, Rolo 2, Fotogramas 0032, 0033, 0034, 0036, 0037. CPDOC/FGV – Rio de Janeiro/RJ

Arquivo Eurico Dutra. Carta de Attila Soares a Eurico Gaspar Dutra de 13 de abril de 1945. Classificação Edvp 1944.04.28, Rolo 2, Fotogramas 0147 e 0148. CPDOC/FGV – Rio de Janeiro/RJ

Arquivo Eurico Dutra. Carta de Eurico Gaspar Dutra a Attila Soares de 17 de abril de 1945. Classificação Edvp 1944.04.28, Rolo 2, fotograma 0151. CPDOC/FGV – Rio de Janeiro/RJ

Depoimentos

José Petrelli Gastaldi. Entrevista concedida a Marcos Gonçalves, em Curitiba, no dia 14 de julho de 2003.

Defesa de Mestrado: Marcos Gonçalves

OS ARAUTOS DA DISSOLUÇÃO:

Mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947.

Data da defesa: 27/09/2044, 14 horas.

Banca

Professor Dr. Luiz Carlos Ribeiro – UFPR – Orientador

Professor Dr. João Fábio Bertanha – UEM

Professora Dr^a. Marion B. de Magalhães – UFPR

Resumo: O trabalho investiga o imaginário social anticomunista durante a década de 1940, com especial ênfase no sexênio 1941-47. Ampara-se sob a leitura dos mitos e afetividades políticas que envolviam o sentimento anticomunista, colocando em discussão e problematizando os discursos políticos múltiplos que agiam como fatores explicativos no combate ao comunismo, como, por exemplo, as referências ao nazismo e ao nacionalismo estadonovista. Parte do pressuposto de que, mesmo em períodos de baixa intensidade das representações anticomunistas, subsistem certas práticas que asseguram o imaginário anticomunista pela remissão a simbologias e comemorações (como a homenagem aos mortos de 1935), e também, com base em eventos de impacto global, sobretudo, no período 1941-42, com os efeitos da guerra mundial. Num momento seguinte, questiona o caráter do pluralismo político exercitado no Brasil entre 1945-47, promovendo o debate sobre os limites da democracia com o recrudescimento observado nas políticas anticomunistas, que culminam com a cassação do PCB em 1947. Utiliza como fontes, textos de divulgação jornalística, dossiês da polícia política, fundos de documentos, legislação e obras políticas do período. Considera que o anticomunismo é uma política que serve a pretextos de dominação; que é um discurso ideologicamente apoiado na sensibilidade apropriada do imaginário coletivo; e um sentimento ramificado na cultura política brasileira, autoritária na sua essência e nas suas práticas.

Palavras-chave: anticomunismo, imaginário político, mitos e paixões na política, Estado Novo, afetividades políticas.

Dedico este trabalho à memória de meus pais, Iolanda e Osmair.

“...compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo o que de fato acontecesse não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido”.

Hannah Arendt

AGRADECIMENTOS

O tradicional espaço de agradecimento dedicado às pessoas e instituições que colaboraram na consecução deste trabalho, é pequeno em demasia para expressar a minha sincera gratidão, e injusto com aqueles que, involuntariamente, eu possa ter esquecido de mencionar.

Acredito que este trabalho possa conter alguns méritos, e gostaria de dividi-los com todos que, direta ou indiretamente influenciaram através da leitura, das críticas, do apoio e da solidariedade. Quanto às deficiências que o trabalho apresenta, é sabido que elas ficam sob minha inteira responsabilidade.

Aos professores da Universidade Federal do Paraná, Dr^a Marion B. de Magalhães e Dr. Marcos Napolitano, Dr. Renan Frighetto e Dr^a Ana Maria Burmester, agradeço a oportunidade única que me proporcionaram em poder participar dos seminários durante o curso. O resultado de suas contribuições, de seu profundo conhecimento, e de suas avaliações atentas, por certo, está presente no desenvolvimento do texto. Agradeço em especial à Prof^a Dr^a Marion, pelas críticas, sugestões e recomendações inestimáveis no momento da qualificação do texto.

Ao professor Dr. Luiz Carlos Ribeiro, agradeço pela orientação e comprometimento, pela perspectiva crítica e pela imparcialidade; atributos pelos quais sempre permeou suas precisas impressões acerca do trabalho.

A solicitude dos funcionários e estagiários da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná não pode ficar sem lembrança. Seu pronto atendimento, bom humor e profissionalismo tornaram menos árdua esta tarefa. Agradeço, portanto, à Josefina Palazzo Ayres, Chefe da Divisão; aos funcionários Canísio Miguel Morch, Elizabeth Collere de Sillos, Lidiamara Alves da Rosa Gross, Tânia Mara da Silveira Paiva e Zilmara Quirino do Prado Escuciatto; aos estagiários Carlos Eduardo Furmam da Silveira, Cleber Luiz Gatti, Ilma Aparecida Santos e Rosemeire Carvalho da Silva.

Na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, tive a orientação de Bárbara, a quem deixo aqui também meu agradecimento. A ajuda de Anna Naldi, da Biblioteca Nacional, com o rápido envio de microfilmes, também foi fundamental.

Os amigos do Grupo de Estudos de Representações Políticas e Imaginário, proporcionaram ótimos momentos de debate e descontração durante nossas reuniões e deslocamentos a vários congressos: André, Andréa, Ederson, Lorena, Renato, Sirlei, Viviane, Ximena foram, sobretudo, solidários e fiéis mesmo antes da formação de nosso grupo.

Três nomes, três amigos, três caminhos: Belquis, Eduardo e Gerson, a distância física, por força de nossas atividades, somente fortalece o carinho e respeito que tenho por vocês.

Os professores da UTP, Wilma de Lara Bueno, Maria Igenes Mancini de Boni, Helena Isabel Mueller e Pedro Leão da Costa Neto, dividiram comigo, durante a graduação, seus conhecimentos, sua experiência e sua amizade. Agradeço especialmente à professora Roseli Boschilia, mestra que conhece e domina como poucos o segredo de duas grandes artes: a amizade e o profissionalismo.

Ao CNPq, através da concessão de Bolsa, agradeço o indispensável auxílio financeiro durante o curso.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Objetivos e problemática: critérios de abordagem	2
2. Fontes e divisão temática	11
Capítulo 1 – 1941 - O anticomunismo de guerra	22
1.1 – Anticomunismo, antiliberalismo, anti-semitismo	32
1.2 – Anticomunismo, pan-americanismo, neutralidade	45
1.3 – O evento Gastaldi: síntese da dinâmica anticomunista	55
Capítulo 2 – 1942 - A conspiração no imaginário anticomunista	68
2.1 – Elementos do mito da conspiração no imaginário anticomunista ...	69
2.2 – General Newton Cavalcanti e o ressentimento do vencedor, ou: “um dia na vida de um anticomunista”	83
Capítulo 3 – 1946-1947. Anticomunismo em alta frequência. Do Suplemento Político à cassação do PCB	107
3.1 – Colapso do Estado Novo e algumas questões críticas sobre o caráter da democratização de 1945	108
3.2 – O Suplemento Político do Diário da Tarde – instrumento anticomunista	121
3.2.1 – Stálin: Presidente do Brasil?	131
3.2.2 – Organização Estudantil Anti-Comunista – OEAC: ficção ou realidade?	139
3.2.3 – Democracia versus Comunismo	146
3.3 – A cassação do PCB: reafirmando o imaginário	153
Considerações Finais	160
Fontes e Referências Bibliográficas	165

INTRODUÇÃO

1. Objetivos e problemática: critérios de abordagem

Este trabalho apresenta como objeto de estudo, uma reflexão sobre o anticomunismo no Brasil durante a década de 1940, com destaque para o sexênio 1941-1947. Submetendo a debate matéria de especial complexidade, a nossa problemática teve como pressupostos recente historiografia vinculada ao tema,¹ e a necessidade de evidenciarmos, através de nossas fontes, peculiaridades do imaginário social anticomunista no período compreendido pela pesquisa.

Conforme Baczko, no estudo dos imaginários sociais, a dificuldade inicial colocada se relaciona ao caráter polissêmico do termo imaginário/imaginação. Esteve ele vinculado durante muito tempo ao domínio das artes, e mais recentemente, foi apropriado ao terreno das representações políticas. Esse deslocamento deveu-se notadamente às alterações dos paradigmas no campo do saber; e a própria ausência de uma teoria do imaginário social retrata o ecletismo dominante atualmente nas ciências humanas. Entendendo imaginário social não como uma categoria de análise estática, e sim, como um campo de pesquisa em construção, ele pode ser definido como um complexo resultante da atividade imaginativa dos homens em direção ao social. Os imaginários sociais são equivalentes à produção de representações da ordem social, dos atores sociais e das suas relações recíprocas cobertas de práticas como a hierarquia, a dominação, a obediência, o conflito etc. O estudo dos imaginários sociais apresenta ainda uma propriedade pluridisciplinar, diversa em termos de abordagens e tendências metodológicas.²

¹ Aqui, fazemos especial menção ao vigor dos seguintes trabalhos: MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan, 1998. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. _____. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre, UFRGS, Doutorado em História (Tese), 2002. SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

² BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 5 Anthropos – homem. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

Também Pierre Ansart antecipou alguns pressupostos contidos na análise de Baczko, referenciando os imaginários sociais como um conjunto coordenado de representações. Essas representações tomam parte numa prática social que não é redutível aos elementos físicos e materiais investidos de uma integridade racional. A prática social se realiza numa rede de sentidos, onde são fixados pela sociedade, simbolicamente, normas e valores.³

Sob essas perspectivas, a problemática que permeia nossa discussão requer esclarecimentos precisos quanto à escolha de fontes, abordagens analíticas e mensuração de tempo.

Num primeiro momento, o problema enfatiza uma temporalidade que podemos designar como um período de refreamento ou de certo esvaziamento das manifestações anticomunistas.

Essa possibilidade decorre da debilitação política e da desmobilização da militância comunista brasileira, particularmente, com o advento do Estado Novo.

Outro fator que pode concorrer para um possível esvaziamento do anticomunismo, se articula ao drama vivenciado pelos países latino-americanos que recebiam os efeitos da guerra mundial, e por conseguinte, se subordinavam à delicada tomada de posição entre pólos ideológicos bem acentuados.

Na conjuntura detalhada pelos primeiros anos da década de 1940, sobretudo no biênio 1941-1942, observamos um tangenciamento operado pela historiografia no que concerne à compreensão das particularidades do anticomunismo brasileiro.

Essa característica está nitidamente demonstrada tanto pelo recorte temporal escolhido pelos autores, como pela abordagem adotada.

Com base nesses argumentos, podemos evidenciar situações que permitem apreender o longo alcance da experiência anticomunista brasileira a partir de algumas interpretações.

Mariani, na linha da Análise de Discurso (AD), investiga o discurso jornalístico da imprensa de referência sobre os comunistas, apresentando um recorte

³ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 21-22.

documental que abrange jornais de 1922 a 1937, após o que, dá um salto para 1945.⁴

O trabalho de Motta contempla a cronologia que se inicia com a Revolução Russa de 1917 até o golpe militar de 1964 no Brasil. O autor ressalva que:

Embora o recorte cronológico não seja tomado como uma ‘camisa de força’ e as próprias fontes pesquisadas apontem para um universo temporal mais elástico, o enfoque está centrado essencialmente em dois períodos, 1935-1937 e 1961-1964. Trata-se, precisamente, dos contextos em que o anticomunismo se manifestou de maneira decisiva no Brasil, transformando-se em força política influente.⁵

O trabalho de Silva procura recuperar uma anterioridade no imaginário anticomunista, operando uma crítica às interpretações que consideram o levante comunista de novembro de 1935, como a data de constituição do anticomunismo no Brasil. Rodeghero, em duas pesquisas empreendidas sobre o tema, investiga o discurso anticomunista católico, e as formas de recepção do anticomunismo entre o corpo diplomático norte-americano estabelecido no Brasil e os católicos, situando sua ênfase entre 1945 e 1964.

O ponto de contato em todos os trabalhos, é o fato de os autores, através de farta documentação e por critérios metodológicos perfeitamente argumentados e válidos, objetarem o problema anticomunista brasileiro na primeira metade da década de 1940.⁶ Esse fator pode comprovar o recuo do imaginário anticomunista, mas não comprova de forma alguma o seu desaparecimento.

Em resumo, a historiografia consistiu em determinar as manifestações do imaginário anticomunista desde a segunda década do século XX. Essa determinação sustenta a forte inspiração anticomunista nos resultados da

⁴ Nas páginas 51 e 52 de seu trabalho, Mariani faz saber ao leitor os jornais e as datas consultadas que conformam seu objeto de estudo. Os jornais consultados pela autora foram os seguintes: O Paiz, Correio da Manhã, Diário Carioca, O Globo, Jornal do Brasil, O Dia. Estabelece dois marcos temporais de análise. O primeiro inicia em 1917 e encerra em 1937; o segundo inicia em 1945 e encerra em 1989. Cf. MARIANI, Bethânia, op. cit.

⁵ Cf. op. cit. Introdução, p. XXIV.

⁶ Nosso propósito não é, sob nenhum aspecto, polemizar com essas abordagens, dado o rigor metodológico incontestável de cada uma delas. Ao referirmos esse detalhamento, queremos evidenciar nossa contribuição para o estudo dos aspectos gerais do anticomunismo no Brasil, bem como tornarmos patente nossa dívida a essas pesquisas, sobretudo, no que tange à construção de nossa problemática.

revolução russa de 1917;⁷ questiona o fato de o anticomunismo no Brasil ter sido construído como acontecimento que tem sua gênese a partir do levante de 1935; confere relevância ao anticomunismo nos procedimentos de ruptura política. Assim, o processo sócio-histórico que antecedeu a revolta militar-comunista de 1935, o próprio levante de 1935, o golpe de Estado em novembro de 1937, a conjuntura da democratização de 1945 e o processo que desencadeou o golpe militar de 1964 aparecem como marcos de referência ou situações em que o anticomunismo se evidenciou com nitidez incontestável. É certo que, como refere Ansart, existem períodos de calma, ao longo dos quais sentimentos políticos se enfraquecem e tendem a desaparecer.⁸

No entanto, ao sugerirmos que o grau de intensidade de uma prática não pode ser tomado obrigatoriamente como determinante único de sua eficácia perante a sociedade, propomos que o imaginário anticomunista se reveste de uma certa autonomia.

Essa autonomia o afirma como um sentimento estruturalmente presente em nossa cultura política, e que se caracteriza por oscilações, tendências, caminha em velocidades distintas e sob a égide de leituras diferenciadas, dependentes das especificidades de um contexto histórico. Essa autonomia ainda lhe assegura a sobrevivência em períodos históricos conducentes a considerá-lo apenas como um fenômeno social em decomposição.

⁷ Motta abre seu trabalho afirmando que “No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. (...). As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante”. Cf. op. cit., p. 1. A pertinência dessa reflexão está, sobretudo, afirmada por uma característica fundamental do anticomunismo: as profundas ligações dos planos interno e internacional na construção de um imaginário de combate ao comunismo. Por outro lado, pensamos numa relativização sobre a importância da revolução de 1917 como fundamento do anticomunismo brasileiro, sem negar suas influências. A tomarmos em consideração as afirmações de Astrojildo Pereira, fundador do PCB, nem mesmo os meios operários no Brasil tinham uma nítida percepção sobre a amplitude e o significado da revolução russa: “É certo que em muitas dessas publicações [da imprensa partidária] havia a suposição de que se tratava de uma revolução de tipo libertário, abrindo caminho ao anarquismo; mas isso resultava simplesmente da completa ignorância, reinante em nosso meio, acerca do partido de Lênin e Stálin e da posição realmente e conseqüentemente revolucionária que o mesmo sustentava, durante anos, nos quadros da Segunda Internacional”. PEREIRA, Astrojildo. A Formação do PCB. In: _____. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 56.

⁸ ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, ano 17, n. 33, jul / dez 2000, p. 156.

Nosso trabalho está preocupado, por um lado, em investigar por quais registros a dinâmica anticomunista era elaborada, sobretudo, entre 1941-1942, anos em que, supostamente, o anticomunismo exibia um esvaziamento.

Quais as referências contidas no anticomunismo que podemos designar como eficazes e garantes de sua subsistência? Em que medida tais mecanismos de conservação do anticomunismo estavam apoiados no acervo cultural engendrado pelos imaginários sociais e pelas afetividades políticas, e até que ponto essas condições foram reforçadas por eventos catalisadores, mesmo sob a presunção do desmantelamento político dos comunistas?

No desdobramento dessa problemática, nosso esforço ficou centrado em estabelecer as formas de intensificação da experiência anticomunista entre 1945-1947. O paradoxo desse segundo momento, está patenteado no fato de a legalidade, e mesmo, ascensão eleitoral e certo prestígio do Partido Comunista do Brasil coincidirem com o recrudescimento das práticas anticomunistas. Esse processo culminou com a cassação do registro do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 1947.⁹

Considerando a supressão dos comunistas da moldura política, em que medida as representações do imaginário anticomunista compartilharam espaço com ações como a cassação do registro do PCB, justamente, numa era cujo marco político discernia-se pela estabilidade constitucional e pela normalidade da vida partidária?

Não interessou-nos prioritariamente, em que medida o discurso anticomunista demonstrou capacidade de angariar adeptos, ou, inversamente, gerar repulsa. A pesquisa, portanto, não visou tratar de uma história da recepção do anticomunismo. A preocupação foi identificar os dispositivos de representação do imaginário anticomunista, como ele se revestiu de simbologias, e o quanto estava diluído ou solidarizava o mesmo espaço com outras formulações do discurso político, em tempo e espaço definidos.

⁹ Os votos dos juizes do Superior Tribunal Eleitoral, que em 1947 cancelou o registro do então Partido Comunista do Brasil estão em: *PCB – Processo de Cassação do Registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

Termo de complicada conceituação teórica e política, o anticomunismo é uma ausência notada em alguns dicionários especializados.¹⁰ Todavia, enquanto tema de investigação historiográfica e sociológica, recebeu no Brasil nos últimos quinze anos, significativa acolhida acadêmica, constituindo-se assim, em medida de compreensão de nossa cultura política contemporânea.¹¹

Essa perspectiva, motivou-nos a enquadrar o estudo do anticomunismo em alguns referenciais de uma história política em permanente processo de questionamento.

A originalidade buscada pela história política, sem perder de vista o rigor metodológico, está diretamente relacionada às profundas inquietações que a disciplina atravessou nas últimas décadas, consoantes aos paradigmas de interpretação e às conclusões que expressavam um caráter de irrefutabilidade.

Esse campo renovado nos estudos da história política, preocupa-se em dissociá-la do aspecto tradicional que a caracterizou por longos anos. Seu interesse tem referência, sobretudo, na revisão sobre a unidade do objeto histórico – o homem, e assume a forma de objetos diversificados e múltiplos.

¹⁰ Essa ausência foi notada nos seguintes dicionários: ROBERTS, Geoffrey Keath. *Dicionário de Análise Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. ELLIOT, Florence. *Dicionário de Política*. Lisboa: Dom Quixote, 1975. SILVA, Benedicto. (Coord.). 2. ed. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1987. BOUDON, Raymond.; BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993. BURGUIÈRE, Andre. (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. OUTHWAITE, William.; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. O desenvolvimento mais detalhado de uma definição de anticomunismo está, no entanto, presente, em BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*, vol. I. 4. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 34-35. Devemos recorrer a alguns postulados dessa definição ao longo do nosso trabalho. O verbete “Anticomunismo” também está presente em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; MEDEIROS, Sabrina Evangelista.; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 42.

¹¹ Além dos trabalhos mencionados, acentuamos a existência de uma estimulante produção acadêmica desde meados da década de 1980. Por exemplo: AZEVEDO, Débora B. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília, UnB, Mestrado em História, 1992. BAPTISTA JR., Roberto. *Comunismo Internacional, Repressão e Intervencionismo nos Governos Dutra e Vargas*. Brasília, UnB, Mestrado em História, 2001. FERREIRA, José Roberto M. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo, PUCSP, Mestrado em Ciências Sociais, 1986. LIMA, Idalice Ribeiro S. *Flores do Mal na Cidade Jardim: Comunismo e Anticomunismo em Uberlândia 1945-1964*. Campinas, UNICAMP, Mestrado em História, 2000. MOLINARI FILHO, Germano. *Controle Ideológico e imprensa: o anticomunismo no Estado de São Paulo 1930-1937*. São Paulo, PUCSP, Mestrado em História, 1992. OLIVEIRA, Silvio José de. *Tonalidades de Vermelho: Comunismo e Anticomunismo no Norte do Paraná 1945-1960*, Londrina. Assis, UNESP, Mestrado em História, 2000. VITAL JR., Raul Rebello. *O Tribunal Vermelho: em cena o caso Elza Fernandes – recortes do anticomunismo brasileiro durante o Estado Novo*. Porto Alegre, PUCRS, Mestrado em História, 2001.

Os objetos sob inspiração de uma história política revisitada condicionaram à exaustão, uma história enquanto conhecimento explicativo global e consolidado, o que leva-nos a asseverar que não mais existe a história, a grande história, mas as múltiplas histórias.¹²

Essas múltiplas histórias, desencadeadas através da produção cultural dos homens, despertaram e intensificaram o interesse dos historiadores não somente nos aspectos que reúnem o acervo econômico dessa produção, mas, a ponto de estimularem as análises dimensionadas pelas representações do imaginário.

O esgotamento dos modelos mecanicistas e / ou tradicionais pautados na exclusividade dos determinismos conduziu pesquisadores a refletirem sobre as alternativas do conhecimento histórico. As grandes sínteses, ou os estudos que depositavam no Estado, as prerrogativas únicas de poder e de representação, cederam, gradativamente, espaço a recortes mais específicos que deslocaram para outras experiências históricas o reconhecimento pela produção de uma cultura política complexa.

Com isto, não queremos dizer que o Estado está ausente de nossas análises. Ao contrário, ele está presente, e muito. Queremos ressaltar o fato de que outras representações e práticas compartilham, com o Estado, um espaço de tensão política quase sempre visto como primazia desse “Estado”.

A soma desses fatores possibilitou a exploração de novos temas de pesquisa relacionados à cultura política ou à história das representações políticas constituídas por imagens, símbolos, mitos e utopias.¹³ Em aliança com as ideologias políticas, essas modalidades reunidas, compõem o acervo dos imaginários sociais, áreas em que os sujeitos investem de sentido sua realidade, e fazem do político o lugar da articulação do social e de sua representação, construindo respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como

¹² FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 74.

¹³ CAPELATO, Maria Helena R. A propaganda política no varguismo e no peronismo: aspectos teórico-metodológicos de uma análise sobre história política. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 14, n. 26/27, jan / dez 1997, p. 202.

um problema.¹⁴ Igualmente, temos em conta que o político não tem fronteiras naturais ou fixas, e as especificidades de certas situações históricas tendem a ampliar o seu campo.¹⁵

Outra característica que sobressai de nossa abordagem é a sua inserção numa análise de curta duração, sem desfavorecer a profundidade temporal em que se instala o anticomunismo. Ressaltamos que um eventual retorno ao “acontecimento” como instrumento de discussão historiográfica não significa a restauração de interpretações tradicionais e sim, manifesta nossa preocupação com possíveis continuidades e fraturas que se destacam no tempo curto.

Quanto ao fator tempo, uma peculiaridade da história política dimensiona-se pelo seu desenrolar simultâneo em registros desiguais, articulando o contínuo e o descontínuo, combinando o instantâneo e o extremamente lento.¹⁶

Desse modo, é preciso lembrar quão penetrante é o anticomunismo no Brasil, e o recorte cronológico aqui adotado para apreensão do objeto, antes de ser entendido como uma história efêmera, pontual e desvinculada de uma historicidade mais elástica, busca inserir o tempo do acontecimento em estruturas mais amplas, condicionando o imaginário anticomunista a elas.

Metodologicamente, nosso trabalho procura estabelecer um diálogo com os campos analíticos perpassados pelas mitologias políticas e pelas afetividades e repulsas no campo da política.¹⁷ Tanto um como outro, consideramos leituras intercambiáveis capazes de operacionalizar conceitos que apresentam nítida interdependência, e onde pode se situar uma interpretação pertinente acerca do anticomunismo.

¹⁴ ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. In: *Revista Brasileira de História*. Historiografia – propostas e práticas. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, p. 16.

¹⁵ RÉMOND, René. Do político. In: _____. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 442-443.

¹⁶ RÉMOND, René. Uma História Presente. Idem, p. 34.

¹⁷ O enquadramento e a importância dessas questões para uma reflexão histórica, estão propostos em: ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. _____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella.; NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001, p. 15-36. _____. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 33, ano 17, jul / dez 2000, p. 145-262. GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

Por seu lado, o mito político contemporâneo, enquanto um discurso ornamentado pela violência de imagens, desejos, sonhos, expectativas, temores e visões futuras é um fenômeno observado com maior contundência no período entre guerras e resultado das crises sociais, econômicas e políticas sucessivas que culminaram em grande parte na ascensão de regimes totalitários e autoritários.¹⁸ O mito político está imbricado aos complexos objetivos, reais, justamente na plausibilidade que combina as suas fabulações com fórmulas não só complementares mas interferentes e de esteio ao plano das decisões e acontecimentos políticos.

Assim, temos como inegável que a noção de anticomunismo está articulada ao estímulo de uma mitologia que reivindica para si a utilização de mecanismos simbólicos acionados estrategicamente por especialistas no manejo dessas representações.¹⁹

Visto sob o plano analítico das paixões, dos afetos e ressentimentos políticos, para que o anticomunismo se concretize como um tema socialmente legítimo, e uma carga negativa de símbolos seja aplicada ao contratermo comunismo, são necessários recursos que adiram a uma linguagem política adequada, e graduada por “intensidades afetivas”. Esse papel pode ser atribuído aos bens de significado ideológico que se apóiam primordialmente nos escritos e palavras sob todas as formas, e também os gestos, as formas plásticas, as imagens, os símbolos materiais.²⁰ Enfim, todo produto cultural pode servir de apoio à emissão de mensagens políticas, sejam distintas ou confundidas com outras mensagens, sejam elas artísticas, religiosas ou filosóficas. Essas mensagens veiculam

¹⁸ Nesse sentido, com relação à Europa, por exemplo, temos em conta a aguda reflexão de Hannah Arendt: “Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda antidemocrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental (...), contudo, nem mesmo Mussolini, embora useiro da expressão ‘Estado Totalitário’, tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário, contentando-se com a ditadura unipartidária. Ditaduras não-totalitárias semelhantes surgiram, antes da Segunda Guerra Mundial, na Romênia, Polônia, nos Estados bálticos (Lituânia e Letônia), na Hungria, em Portugal e, mais tarde, na Espanha”. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 358-359.

¹⁹ Essa questão será mais desenvolvida no tema do segundo capítulo desse trabalho.

²⁰ Por exemplo, a análise de uma iconografia anticomunista está presente no trabalho de MOTTA, op. cit., p. 89-136. O discurso de viés católico foi analisado no trabalho de RODEGHERO, cf. op. cit.

simultaneamente modelos de afetos violentos de identificação e repulsa, transmitem sentimentos, paixões, cuja qualidade e intensidade não são separáveis dos conteúdos intelectuais.²¹

A linguagem política agregada ao anticomunismo tende a apresentar maior vitalidade quando é expressa afetivamente pela necessidade de evidenciar o inimigo, e quando a perspectiva de conflito é orientada e legitimada pelo encontro com o outro, o comunista.

Por fim, a presença do comunista em sociedade coloca a difícil questão da alteridade política, e estimula a imaginação política que estigmatiza o sujeito que é portador de outros valores, ou de valores historicamente não convencionais a uma determinada sociedade. Uma sociedade que através da combinação de múltiplos poderes o rejeita, também o coloca numa classificação. Eugène Enriquez bem observou essa manifestação no tocante ao judeu, que aparece como figura paradigmática do estrangeiro, do ser que invade um espaço sagrado. Porém, essa característica também pode ser aplicada nas figurações sobre o comunista, através de um jogo de imagens que convergem para uma mesma constelação de temas. Dessa forma, Enriquez comenta que: “O outro é sempre suspeito, de querer-nos invadir, introduzir-se em nosso interior, usufruir-nos, tornar-nos culpados, provocar-nos a vergonha, a dúvida, em uma palavra, de ocupar o lugar do diabólico”.²²

2. Fontes e divisão temática

No âmbito da pesquisa, a primazia sobre as fontes jornalísticas foi o meio mais adequado de focar nosso debate. Privilegiamos o posicionamento de intelectuais, de jornalistas, de militares, de ideólogos e homens de Estado, sem apresentar o receio de introduzirmos fronteiras de classe entre a produção dessas práticas. Visamos contemplar os postulados de sujeitos históricos diversos engajados num projeto político de concepção não homogênea em sua formulação, mas legitimador do anticomunismo.

²¹ Cf. ANSART, *Ideologias...*, op. cit., p. 84.

²² ENRIQUEZ, Eugène. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAL, Caterina. (Org.). *O Estrangeiro*. São Paulo: Escuta / FAPESP, 1998, p. 37.

Além dos textos de divulgação jornalística, o trabalho de análise é também mediado por documentos do Arquivo Eurico Dutra depositados na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, por Dossiês temáticos e individuais da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, sob administração e conservação do Departamento de Arquivo Público Estadual,²³ por obras de autores relevantes do período, que buscaram teorizar sobre a relação entre Estado e sociedade.²⁴

Quanto às fontes jornalísticas, optamos pela consulta a órgãos das cidades de Curitiba, Rio de Janeiro e Ponta Grossa. Os jornais pesquisados foram os seguintes: *Gazeta do Povo*, *Diário da Tarde*, *O Dia*, todos da cidade de Curitiba. O período de consulta se estendeu de 1941 a 1947, e o acervo está depositado na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. O *Diário dos Campos*, da cidade de Ponta Grossa, foi consultado em algumas de suas edições de 1941, e seu acervo está sob guarda do Museu Municipal daquela cidade. Ressaltamos que esse órgão foi consultado somente para extrairmos os artigos escritos por José Petrelli Gastaldi. A *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, fundada em 02 de agosto de 1875 pelo jornalista Ferreira de Araújo, foi examinada durante o seguinte período: 1/5/1941 a 31/12/1941.²⁵ O acervo desse veículo é pessoal e os microfimes foram adquiridos junto à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Essa massa documental está na perspectiva de garantir a necessária interdependência de espacialidades, bem como assegurar a validade de nossos argumentos. É nosso propósito a certificação de que os elementos analisados nos

²³ Através do Decreto estadual 4348 de 29/06/2001, publicado em Diário Oficial, edição 6018 de 02/07/2001, o governo do Estado do Paraná liberou à consulta os relatórios e dossiês individuais da extinta Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). O mencionado diploma legal, conforme o disposto no Parágrafo único de seu Artigo 2º, definiu a consulta dos pesquisadores mediante assinatura de termo de responsabilidade, eximindo o Estado e o Departamento Estadual de Arquivo Público do comprometimento pelo uso das referidas informações.

²⁴ Essas obras estão devidamente relacionadas nas referências bibliográficas. Uma fonte consultada para a construção do 2º capítulo, foi a Revista do Clube Militar, bimestre novembro-dezembro de 1941. Para o 3º capítulo, utilizamos como fonte alguma legislação de época devidamente arrolada no item correspondente.

²⁵ Os diretores da Gazeta de Notícias em 1941 eram os jornalistas Bastos Tigre e Wladimir Bernardes.

veículos de comunicação exibam uma constância, mas não, necessariamente, homogeneidade.

É quase impossível recusar a importância dos jornais como parte fundamental e integrante na construção do imaginário anticomunista brasileiro. A relevância desse aspecto é majorada quando percebemos que a maioria dos trabalhos até aqui mencionados, privilegia a imprensa como ferramenta documental de análise de uma história que centra sua atenção na abordagem do anticomunismo.²⁶

No trabalho que desenvolveu sobre a recepção do anticomunismo, Carla Rodeghero também observou a importância de fontes jornalísticas:

Apesar de várias pesquisas históricas sobre anticomunismo terem utilizado a imprensa como fonte, parece que ainda há espaço – e necessidade – de estudos que enfoquem os grandes jornais enquanto empresas que, assumindo posições liberais ou conservadoras, tinham interesse em se colocar contra o comunismo ou àquilo que era identificado com ele.²⁷

No estudo dos imaginários sociais, e por conseguinte, do anticomunista, o uso da imprensa é extremamente significativo. O aporte a jornais vem mostrando aos historiadores a importância desse documento enquanto produtor de textos escritos, e imagens produzidas por palavras, fotografias, pinturas e desenhos.²⁸

A fonte por excelência que estrutura nossos argumentos tem por diretriz, textos de divulgação publicados nos jornais. Dentro desse referencial, estipulamos o período 1941-1947 atravessado por uma prodigiosa produção de imaginários

²⁶ Portanto, a análise de Luís Felipe Miguel, sobre o fato de que é notável a maneira pela qual os relatos de nossa história política, ignoram, via de regra, a existência da mídia e seu impacto social deve ser relativizada. Isto porque o autor toma como parâmetro de abordagem um grupo formado por quatro livros de história do Brasil que, segundo Miguel, são todos considerados, pela comunidade acadêmica, como obras historiográficas, ao mesmo tempo sérias e acessíveis ao leitor não-especializado. As obras a que se refere o autor são dois livros de Thomas Skidmore – “*Brasil: de Getúlio a Castelo*”, e “*Brasil: de Castelo a Tancredo*”; a “*História do Brasil*” de Boris Fausto; e “*História indiscreta da ditadura e da abertura*”, de Ronaldo Costa Couto. A mídia, segundo o mesmo autor é entendida como uma categoria ampla e em permanente mutação. No mundo contemporâneo inclui a TV aberta e por assinatura, rádio, jornais, revistas, cinema, indústria fonográfica, Internet etc. Cf. Miguel, Luís F. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. *Rev. bras. Hist.* [on line], 2000, vol. 20, n. 39 [citado 08 setembro 2002], p. 191-199. Disponível na World Wide Web http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=0102-0188200000100008&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0102-0188.

²⁷ RODEGHERO, op. cit., p. 25.

²⁸ CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *REPRESENTAÇÕES: Contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000, p. 248.

políticos veiculados pela imprensa. Esse contexto também marca alternativas de peso político significativo, assentadas no auge e no declínio do Estado Novo, nas vicissitudes encarnadas pela segunda guerra mundial, na democratização institucional da vida brasileira, e o período também se define pela inovação no conceito de imprensa.

Segundo o *Anuário da Imprensa Brasileira* de 1942, dentro desse novo conceito, houve o reconhecimento por parte da Constituição de 10 de novembro de 1937, do exercício da imprensa como uma função de caráter público. Através dessa função pública, “os veículos de comunicação impressa, estariam destinados a abolir os frutos resultantes da obstinação em fórmulas políticas que erigiam a liberdade individual em supremo bem, o que fazia que a nação prescindisse de iluminadores de contornos para o seu novo conceito de imprensa”.²⁹

Entendemos que esse novo conceito de imprensa elaborado pelo Estado permitiu o encontro, ou antes, uma identificação entre sociedade política – o Estado – e sociedade civil, representada então por um dos elementos que integra a organização material da cultura – os jornais.³⁰

No Brasil, com o advento do Estado Novo, e logo, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939,³¹ a imprensa adquiriu um status de colaboradora do poder público.

²⁹ *Anuário da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 1.

³⁰ Para os conceitos de sociedade política e sociedade civil, servimo-nos da atraente reflexão de Carlos Nelson Coutinho, que, sob uma perspectiva gramsciana, compreende “sociedade política/Estado” formada “pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar”. A “sociedade civil” é interpretada pelo mesmo autor como formada “pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.”. Embora Coutinho assinala que sociedade política e sociedade civil “diferem na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder”, os conceitos apresentados surgem como critério de interpretação sobretudo num período histórico definido pela utilização dos aparelhos de coerção do Estado em relação à sociedade civil, visando o consenso social. Temos em conta que a censura aos jornais foi um mecanismo legitimador em relação à sociedade civil e contribuiu para sua identificação com a sociedade política, capacitando inclusive, a ampliação do Estado. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *GRAMSCI*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 126-130.

³¹ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 27 de dezembro de 1939 pelo Decreto-Lei 1915, foi o órgão centralizador e coordenador da comunicação social durante o Estado Novo. Como centralizador, fiscalizava o cumprimento de normas de funcionamento dos meios de

Ainda na perspectiva do *Anuário*, antes, “encarada como força dispersiva, e empregada ao arbítrio de situações transitórias, a imprensa se desfazia das suas prerrogativas de coordenação e orientação, ao sabor de interesses privados, nestes, incluídos os grupos políticos oriundos da democracia representativa”,³² aniquilada no golpe de novembro de 1937.

Essa situação foi favorecida pelos mecanismos de controle e censura aos órgãos de comunicação, embora, a tônica anticomunista, como ideologia oficial no interior do regime estadonovista,³³ não dependeu somente de ações oficiais. Fora do período demarcado pelo Estado Novo, o anticomunismo foi, inclusive, patrocinado pelos próprios veículos jornalísticos.³⁴

Jornais curitibanos como o *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo*, *O Dia*; sempre através de articulistas, ou de textos transcritos de outros órgãos, sistematicamente, interagiram com o imaginário social, produzindo uma abordagem que tinha como núcleo o anticomunismo.

O ano de 1941, marco temporal que inicia a nossa discussão, é um ano-chave para percebermos em que medida de compreensão acontecia a dinâmica anticomunista.

Alguns registros, sinais, sentimentos permitem identificar o fenômeno numa ordem de semelhanças e dessemelhanças, em termos de intensidade e representações, em relação às elaborações construídas ao longo do decênio de 1930.

comunicação em geral; como orientador, orientava o conteúdo das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação. Nesse sentido, os meios de comunicação atuavam no sentido de corroborar a ordem vigente. Sobre o DIP, e as questões relacionadas à ideologia, propaganda e censura no Estado Novo: GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982. GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 14, pp. 99-113, mar/ago 1987.

³² *Anuário*...Cit.

³³ Diz Maria Luiza Tucci Carneiro que o Estado Novo teve como doutrina oficial, a ideologia do anticomunismo. CARNEIRO, Maria Luiza T. *O Anti-Semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 77.

³⁴ É o caso, por exemplo, do jornalista Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*; do jornal *O Estado de São Paulo*, e também, do *Suplemento Político* do jornal curitibano *Diário da Tarde*.

Claro está, que não pretendemos enquadrar o anticomunismo num estudo comparado entre épocas. O primeiro capítulo do nosso trabalho procura enfrentar essa inquietação, a partir de uma abordagem que situa a guerra europeia como pano de fundo.

Reforçamos alguns aspectos gerais que implicam em reincidência e recolocação de imagens trabalhadas nos anos 1930, para apresentá-las numa roupagem específica ao contexto de 1941. Essas imagens (re) aparecem como lembrança e como traço de um sistema de afetos políticos duradouros.

O período delimitado pela invasão nazista na Rússia, em junho de 1941, até a quebra da neutralidade brasileira em janeiro de 1942, é uma referente base que norteia o anticomunismo brasileiro. Essa referente base foi reanimada pelo sentimento de sujeitos que viam em dois substratos afetivos, a Alemanha nazista e o nacionalismo estadonovista, a defesa e o escudo de uma civilização sob risco de perecimento diante o bolchevismo.

Entretanto, seria inconsistente avaliarmos o “anticomunismo de guerra” em si mesmo. As fontes apontam que ele estava diluído em um conjunto de temas caracterizadores das convicções sinceras de grupos responsáveis pela sua produção e divulgação. Esses temas contemplavam um acirrado debate público acerca de questões como: a neutralidade brasileira, a solidariedade pan-americana, o anti-semitismo, e a crítica contumaz ao liberalismo.

É evidente que essa diluição não significou fraqueza, mas constituiu-se num período quente para o anticomunismo. Definido por uma curtíssima duração – junho a dezembro de 1941 – o imaginário anticomunista se acelerou e intensificou suas representações através da ressonância que o trauma da guerra provocava no discurso político. Essa ressonância se relaciona ao caráter amplificado em que sempre esteve inscrito o anticomunismo.

Nosso argumento é corroborado pela análise de Luciano Bonet. Reitera esse autor que o anticomunismo no plano internacional é “o critério inspirador de uma política de alcance planetário”.³⁵

³⁵ In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit. p. 34-35.

Desse modo, o anticomunismo é uma política que garante a ultrapassagem das preocupações locais e regionais. Sua elaboração não é constrangida por limitações na dimensão espacial ou ideológica.

O anticomunista, na produção de seu discurso, tem normalmente uma visão supranacional acerca do que combate, mesmo norteando seus postulados éticos ou políticos por doutrinas liberais, nacionalistas etc.

Nesse aspecto, nossa proposta no primeiro capítulo também procurou realçar o anticomunismo como um dos produtos desencadeados pelo projeto estadonovista. Nesse movimento, analisamos o discurso político veiculado em textos de divulgação jornalística da imprensa de Curitiba, Ponta Grossa e em artigos produzidos pela *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O modelo apropriado toma o anticomunismo como um arquétipo que propiciava a discussão de certas variações temáticas convergentes.³⁶

A primeira variação temática contempla o anticomunismo, o antiliberalismo e o anti-semitismo; a segunda variação encampa o anticomunismo, o panamericanismo e a questão da neutralidade brasileira no contexto do conflito mundial. Finalmente, a terceira variação temática tendo o anticomunismo como arquétipo apresenta uma síntese anticomunista a partir dos posicionamentos políticos do advogado curitibano José Petrelli Gastaldi, remanescente ele, dos

³⁶ Essa apropriação deriva da abordagem antropológica efetuada por Gilbert Durand no estudo dos imaginários. Segundo esse autor, as variações temáticas convergentes desenvolvem-se a partir de um mesmo arquétipo, isto é, uma constelação de temas que são variações sobre um arquétipo: "... os símbolos constelam porque são desenvolvidos sobre um arquétipo", embora, existe o risco reducionista quando se faz a opção pela compreensão constelacional (ou convergência arquetipal), tendo em vista o pragmatismo do método, e principalmente, levando-se em conta que o caráter histórico do imaginário não interessa a Durand. Cf. DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 43 e ss. Um estudioso que ratifica a metodologia de Durand é Raoul Girardet. Historiador das idéias e mitos políticos contemporâneos, Girardet sublinha a importância dos estudos de Durand na aproximação que lhe permitiu [Girardet] discutir duas dimensões, a do imaginário e a da política: "... reconhecemos de boa vontade de tê-los emprestado [os elementos metodológicos] do livro mais recente, tão estimulante quanto ainda muito pouco consultado, de Gilbert Durand, *Structures anthropologiques de l'imaginaire*. (Aliás, é preciso fazer notar que, mesmo orientado por uma perspectiva bem diferente da nossa, e ainda de caráter anistórico, o estudo de Gilbert Durand situa-se praticamente sob os mesmos procedimentos, no cruzamento das mesmas influências?). O procedimento proposto apresenta-se como um método comparativo e de ordem essencialmente pragmática. No que se refere ao nosso assento, ele nos conduzirá a definir, em primeiro lugar, os contornos do que Gilbert Durand chama de 'constelações mitológicas', ou seja, conjuntos de construções míticas sob o domínio de um mesmo tema, reunidas em torno de um núcleo central". In: GIRARDET, Op cit., p. 19-20.

resíduos do integralismo local e que até os dias presentes, mantém a crença no risco que pode significar o comunismo para a sociedade brasileira.³⁷

Não obstante as considerações sobre o refreamento do anticomunismo, esperamos demonstrar como os diversos atores envolvidos na cena política operavam sobre a leitura de uma sobrevivência do imaginário, desembocando suas esperanças, expectativas, e até suas frustrações no desejo progressivo de manter esse imaginário em permanente fermentação.

Esse desejo de mantê-lo vivo, atuante e vigilante é o tema que abre o segundo capítulo. Como parte da engrenagem que supria a subsistência simbólica das práticas anticomunistas, retratamos o ritual de homenagem aos mortos pela insurreição militar-comunista de novembro de 1935. A celebração desenvolvida na cidade de Curitiba, em 1942, motivando a participação de parcelas significativas da comunidade foi de especial relevância. Ela conciliou, num só movimento, a fabulação mítica sobre o fato e aí, a própria superação de sua historicidade; caracterizando-se também como um local privilegiado de exaltação das afetividades políticas, em que sobressaíam ódios e ressentimentos.

Todavia, nosso propósito não foi avaliar o processo histórico que desencadeou o levante comunista ou investigar as conseqüências políticas que dele resultaram. Nem mesmo sua caracterização ideológica foi objeto de nossa investigação. Tais possibilidades foram analisadas tanto pela historiografia política como pelos relatos de acento jornalístico.³⁸

³⁷ GASTALDI, José Petrelli. Entrevista concedida a Marcos Gonçalves em Curitiba, 14 de julho de 2003. Advogado, jornalista, e professor universitário, Gastaldi nasceu em Curitiba em 1917, se notabilizando, sobretudo no segundo semestre de 1941, por uma campanha sistemática, através de textos de divulgação, contra os comunistas e os liberais, e ainda, de modo implícito, sutil, pela produção de críticas ao Estado Novo. De modo explícito, defendeu indivíduos acusados de ligações com o Eixo, sofrendo perseguições da DOPS nos anos de 1941 e 1942, como faremos ver no primeiro capítulo.

³⁸ Interpretações sobre o levante de novembro de 1935, são apresentadas em: CANCELLI, Elizabeth. *A Intentona em Nova York*. Brasília: UnB, 1997. CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo 1922-1938*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989. DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. MOTTA, Rodrigo P. S. Op. cit. PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 3 – O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 361-443. SILVA, Hélio. *1935 – A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. VIANNA, Marly de

À luz de todo o complexo organizacional da cerimônia inspirada e concebida pelo cruzado anticomunista Newton de Andrade Cavalcanti,³⁹ tratamos de evidenciar justamente como o evento de homenagem aos mortos pelo comunismo, foi possível estar mergulhado no domínio de uma duração de tempo considerável. O evento estimulou, por quase seis décadas, as representações de um imaginário estabelecido nos anos 1930, contribuindo para reforçar no interior da lógica social, uma visão original sobre o comunismo e sobre os comunistas. A partir da compreensão dessa prática, também podemos obter questões relevantes sobre a natureza e a evolução das afetividades anticomunistas sob o domínio do imaginário coletivo e sua memória. Longe de encarar o tema de homenagem aos mortos como uma pontualidade, procuramos inseri-lo numa dimensão orientada por efeitos imediatos, como pode ter sido o caso de adesão do Brasil à aliança ocidental em 1942, ou durante o efêmero período de legalidade do PCB no pós-guerra (1945-1947), e ainda, num contexto mais amplo de determinações que auxiliaram continuamente a reforçar a memória e a mitologia sobre o fato. Na análise do ritual de homenagem aos mortos pelo comunismo, procuramos mostrar como certas representações podem se converter em expressivos indicadores das construções mitológicas sob a legenda da “conspiração”.

A adesão do Brasil à aliança ocidental na segunda guerra, e em decorrência, o rompimento com o eixo do nazi-fascismo não foram capazes de inibir a força de tal manifestação. Os anos de 1943 e 1944, marcados pela pressão exercida por alguns grupos políticos sobre as bases autoritárias do regime, supostamente, tenderiam a refrear essa espécie de ritualização, fato que não se concretizou.⁴⁰

No plano externo, movimentos como a derrota dos fascismos na guerra mundial, e internamente, a reorganização do Partido Comunista do Brasil ainda na clandestinidade e o chamado manifesto dos liberais mineiros, estão no grupo de razões que justificam, embora não completamente, o enfraquecimento do Estado

A. G. *Revolucionários de 35*. Sonho e Realidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

³⁹ A tradição e o perfil anticomunista, bem como o papel desempenhado pelo General Newton de Andrade Cavalcanti, comandante da 5ª Região Militar à época, e sediada em Curitiba, serão devidamente traçados no desenvolvimento do capítulo.

⁴⁰ A manutenção da prática é comprovada pela pesquisa de José Roberto M. Ferreira, op. cit.

Novo. Tributários desse contexto, o progressivo desarme da censura, o desmantelamento de alguma legislação autoritária produzida pelo regime, e o retorno à representatividade parlamentar podem fortalecer um debate sobre as possibilidades democráticas que se ofereceram ao país após a queda de Vargas em outubro, e a eleição de Dutra em dezembro de 1945.

No entanto, o período de 1945-1947, com a efetiva legalidade do PCB e sua emergência, enquanto força de representação popular e possibilidade política, se caracterizou por um contraste na vida institucional brasileira: o recrudescimento do anticomunismo numa conjuntura política em que se buscava a estabilidade democrática.

Tendo em conta essas múltiplas dimensões, nosso terceiro capítulo propõe uma abordagem analítica sobre os textos de divulgação publicados no caderno *Suplemento Político* do jornal Diário da Tarde de Curitiba.

Instrumento coevo desse momento de rearticulação legal dos comunistas, esse caderno, editado entre maio e setembro de 1946, foi, durante suas cem edições, uma tribuna em que desfilaram intensos debates sobre os riscos de implantação de um regime comunista e a destruição dos valores da democracia ocidental.

Nesse aspecto, entendemos que o imaginário anticomunista evidenciou-se e operava através da clássica fórmula dicotômica que opunha democracia ocidental versus ditadura comunista. No limite, tratamos de questionar, a cassação de registro do PCB ⁴¹ inserindo-a tanto na problemática sobre o caráter da democratização de 1945-1946, como na estreita relação que o evento guarda com os dilemas da democracia no pós-guerra e os impactos da guerra fria no Brasil.

Por fim, dois esclarecimentos são necessários. Não desejamos transformar a discussão sobre o anticomunismo num “debate de cúpula” ⁴² no qual se abrigavam grandes pensadores e ideólogos de um tempo histórico, como se todas as outras motivações lhes fossem laterais ou exteriores, e andassem a reboque de um presumido refinamento intelectual.

⁴¹ Nesse aspecto, serão revistos os votos dos três juízes do Supremo Tribunal Eleitoral que decidiram pela cassação do registro do Partido Comunista do Brasil.

⁴² Cf. ROSANVALLON, op. cit., p. 17.

Inversamente, o esforço em colocar discursos plurais na análise regeu-se por um processo de interação mesmo tendo a certeza de que lacunas, vazios, imperfeições e silêncios não foram cobertos por esta ou aquela fala, por este ou aquele sujeito ou acontecimento.

O trabalho também não foi pretensioso a ponto de se constituir em peça que desvendasse a evolução, ou a gênese de uma prática política. Ele apenas alimentou a preocupação com as oscilações, em termos de recuos e avanços, e de diferentes acelerações daquela prática enquadrada num curto período e num tempo passado. Talvez, de forma subjacente, nosso objetivo mais ambicioso foi elencar uma cadeia de procedimentos que ainda podem alcançar ressonância num tempo presente.

CAPÍTULO 1

1941 – O ANTICOMUNISMO DE GUERRA

Em acróstico, o soneto estampado nas páginas da *Gazeta do Povo* de Curitiba, em sua edição especial de 19 de abril de 1941, aclamava o aniversário de Getúlio Vargas, revolucionário de 1930, chefe nacional, inspirador, promotor, do Estado Novo: ¹

Grande entre os grandes, sois e nobre e excelso e forte...
Em vós, palpita, a orar, num assomo de glória,
Tudo o que pode ser heroísmo e vitória,
Unindo esse rincão brasileiro – sul e norte...
Lesto rumo ao porvir, marchais! Que uma boa sorte
Incentive o fulgor de vossa trajetória...
Ó moderno Briareu, ó intrépido consorte,
Dando-se por amor da Pátria, a própria História!
Vede em torno, a eclosão do aplauso coletivo...
A alma de um povo bom que nos veio saudar...
Reverente e feliz, sincero e positivo!...
Grande entre os grandes, sois e impávido e gentil...
Assim vos guarde Deus, batalhador sem par...
Sereis sempre a Esperança e a Guarda do Brasil!...

Em outra alusão a essas comemorações, o escritor Menotti Del Picchia,² palestrava, em Curitiba, sobre o caráter providencial de alguns homens no cenário, por vezes confuso, da política. Comparado a José Bonifácio, Caxias, Floriano; Vargas era, na visão de Menotti, uma criatura escolhida pelo destino. O caminho histórico do Brasil, falseado durante quarenta anos por uma espécie de intelectualismo litorâneo, teria sido apumado, segundo Menotti, pelo gênio político de um grande chefe:

Esse chefe é o Sr. Getúlio Vargas.
 A sorte de uma nacionalidade está em ter à mão o homem necessário nos momentos supremos de sua história. Um José Bonifácio, um Caxias, um

¹ GETÚLIO VARGAS! In: *Gazeta do Povo*, 19 de abril de 1941.

² Nascido em 1892, Paulo Menotti Del Picchia teve uma longa carreira como jornalista, escritor e político. Com ativa participação na Semana da Arte Moderna em 1922, formou, ao lado de Plínio Salgado, Cândido Mota Filho, Alfredo Ellis e Cassiano Ricardo, o chamado grupo verde-amarelo. Opositor de Vargas em 1930 e 1932, Menotti mudaria de campo após a instauração do Estado Novo em 1937, tornando-se um apologista do regime. Foi diretor da seção paulista do DIP em 1939, e eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1942. Cf. *DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930*. Versão em CD-ROM 182017. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Feijó, um Floriano, um Getúlio Vargas são criaturas escolhidas pelo destino para serem os homens-providência nos momentos críticos da vida brasileira. (...) Somente a clarividência de um iluminado poderia ouvir bem a voz da verdade em meio do tumulto demagógico e descobrir a verdadeira força em meio a tantas forças armadas. (...) Ninguém ignora que em 37 estávamos virtualmente perdidos: de um lado, partidos, facções, grupelhos e, de outro, as formações paramilitares dos extremismos. Um tráfico leque de espadas voltadas para o coração do Brasil!³

A caracterização de Menotti, em muito, amoldava-se aos desígnios do homem-providência: o Salvador. Esse homem, encarna e simboliza o princípio da autoridade restaurada, a ordem, a aventura e o messianismo revolucionário.⁴

O Salvador é um personagem metamorfoseado capaz de transitar, na imaginação mítica, entre o passado e o presente, num movimento em que a história se equaciona aos poucos, por um grau de compreensão difusa ainda não totalmente inteligível para os sujeitos comuns, a não ser para o homem-providência, que, dotado de clarividência, dentro de um mundo em aparente desequilíbrio, empreende a obra de restauração, de regeneração do tecido social:

Graças à clarividência do sr. Getúlio Vargas, o Brasil processou sua transformação medular sem saltos e sem sangues, dentro da paz e da ordem, num clima de fraternidade e bondade. Essa é a maior obra do seu gênio político.

(...) Getúlio Vargas tem sido, no cenário político nacional, o signo inquieto e dinâmico dessa renovação. Seu destino foi colocar-nos dentro do espírito do tempo, alertas e vivos em meio de um mundo cheio de surpresas e de alarmas.⁵

O Salvador se afirma como instrumento de comunhão. É em torno do homem providencial que a devoção e o entusiasmo são realçados para justificá-lo como prolongamento da nação, neste caso, o ser que cimenta a nacionalidade e impõe o revés a todos os inimigos. Refletido como inspirador e executor das rupturas históricas, o enviado pela providência propicia o advento de certezas, convicções, fervores e interesses ideológicos definidos pela imposição da propaganda.

Desse modo, ainda é possível classificar a fala de Menotti no quadro de um diálogo entre ideologia política e imaginário. A ideologia política, foi considerada

³ A brilhante conferência do escritor Menotti Del Picchia no Teatro Avenida. In: *Gazeta do Povo*, 22 de abril de 1941.

⁴ GIRARDET, op. cit., p. 70-80.

⁵ A brilhante conferência ... Op. cit.

por Pierre Ansart, ao lado do mito e da religião, como uma modalidade dos imaginários sociais. A ideologia política, como um mecanismo simbólico do imaginário, tende a responder as exigências de universalidade, ou homogeneidade social, pela construção de uma imagem que busca refletir uma sociedade integrada, uma totalidade equilibrada. Por meio dessa linguagem, o apologista do regime “disfarça precisamente as oposições, as opressões, as resistências potenciais, o incompleto da completude. Responde a essa falta apresentando-lhe a imagem da totalidade racional. Destrói o drama da desigualdade e da dominação pela racionalidade [presumida] da linguagem”.⁶

Assim, além de aniversariante, Vargas e a originalidade do seu regime eram construídos como as bases garantidoras da ordem social e do progresso. Ao lado de uma postura messiânica legitimada pelos acólitos, o líder, objetivamente, havia se antecipado, combatido e vencido, dentro de tênues limites do regimento constitucional, a dois inimigos potenciais e concretos na luta contra a estruturação do Estado emergido do golpe de novembro de 1937: comunistas e liberais.

No inventário crítico que procedeu sobre a produção intelectual e historiográfica da política dos anos 1930, Vavy Pacheco Borges assinalou a importância atribuída pelos autores na busca de um sentido verdadeiro para a história nacional, ou de elaboração de uma identidade encampada pela totalidade explicativa, pela qual renegam-se o pluralismo e a contradição do político. Muitas dessas interpretações, segundo Vavy, tenderam a desfavorecer o campo da possibilidade e da indefinição política, fazendo surgir, como vimos na fala de Menotti, o protagonista-síntese (Vargas) que comporta/traz com ele a noção de totalidade. Nessa linha, o golpe de novembro de 1937, seria visto como um elo natural conectado linearmente à cadeia de acontecimentos que emergem pela ruptura de 1930.⁷

De forma efetiva, consoante às ferramentas acionadas pelo poder do Estado brasileiro no sentido de neutralizar o “perigo” comunista, temos em conta de que

⁶ Cf. ANSART, *Ideologias...*, op. cit., p. 210.

⁷ BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 159-182.

estas ações passaram a incorporar maior peso institucional entre os anos de 1934-1936.⁸ Este fator não significa que a década anterior tenha sido marcada por uma atitude indiferente das elites políticas em relação aos movimentos sociais.

Não devemos esquecer que a exacerbação do anticomunismo nos anos 1930 também resultou do reordenamento político radical pelo qual passaram alguns Estados, após a aguda crise que começou a se manifestar nas democracias liberais ao longo dos anos 1920.

Os regimes autoritários com forte inspiração fascista, ou ainda, apoiados por organizações fascistas tinham por razão de ser, pelo menos, duas premissas: a crítica do liberalismo com a decorrente abolição do parlamento e do sufrágio, e claro, o combate tenaz, tanto político como legal e policial, ao comunismo e aos comunistas.

No Brasil, em novembro de 1937, a conversão do autoritarismo em sistema de governo que pudesse garantir a harmonia social, eliminando a luta de classes e afastando o risco de possíveis experiências totalitárias, implicava diretamente, na visão das elites político-militares responsáveis pela mudança.⁹ Essa solução aparecia como uma recusa intransigente a um partido comunista legalizado, e em condições de competir no mesmo espaço político, se posicionando como possibilidade de transformação da ordem.

⁸ Em 1934, tivemos a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional; em abril de 1935, a Lei nº 38 circunscrevia os crimes cometidos contra a ordem política e social, sendo modificada em dezembro do mesmo ano, com a inclusão de dispositivo que determinava o afastamento de funcionários públicos sem necessidade de ação penal. Em setembro de 1936, foi a vez da criação do Tribunal de Segurança Nacional. Medidas tendentes a limitar a liberdade de imprensa, regular a propaganda etc. também foram elaboradas em 1936. In: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência. A polícia da era Vargas*. Brasília: UnB, 1994, p. 99-107.

⁹ Segundo Lourdes Sola, "A ausência de mobilização política ampla que lhe servisse de base, permite que a instauração do Estado Novo apareça como um golpe de elites político-militares contra elites político-econômicas". SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 16. ed. São Paulo: DIFEL, 1987, p. 258. Criticando essa noção, Luiz Werneck Vianna reitera que o Estado Novo exhibe traços totalitários, e entendê-lo como um golpe de elite contra elite é confundir sua natureza. In: VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 266. Acreditamos que o Estado Novo pode comportar a articulação entre as duas concepções, porém, no campo delimitado pelo nosso objeto, pensamos que o Estado Novo, instrumentaliza e endossa uma outra imagem ao lado dessas: projeta como ponto legitimador o perigo de uma suposta conspiração comunista sempre em curso, propondo seu aniquilamento, o que lhe serve como suporte direto para também apagar traços características de uma democracia liberal, como o voto, o parlamento e os partidos políticos.

Junto a essas controvérsias e poucos anos antes do golpe, surgia também a questão social como elemento com potencialidade suficiente para estimular e provocar o dissenso político. Sua resolução, por meio da amplificação sem precedentes no campo do direito do trabalho, não garantiu imediata ressonância positiva nas relações sociais. Ela dependeu de uma eficaz estratégia de propaganda política capaz de seduzir os atores políticos envolvidos. Combinavam-se a essas ações, uma boa dose de repressão e aliciamento dos sindicatos, o que assegurou ao Estado, a incorporação relativa das massas trabalhadoras urbanas ao seu projeto político.

O esvaziamento dessas contradições passava pela gestão dos meios de contenção política dos agentes sociais que pudessem promover a discórdia e o enfrentamento da ordem vigente. Ao mesmo tempo em que se tratava de organizar o mercado de trabalho, livrando-o de distúrbios, pensava-se em estratégias de combate à pobreza.¹⁰

Fomentar uma política de diminuição da pobreza e no limite, erradicá-la pelo investimento no trabalho e com ele, estabelecer o pacto da cidadania, significava livrar o cidadão-trabalhador do perigo iminente de abraçar doutrinas políticas exógenas e infiltradas.

Ao lado da produção legislativa voltada para o trabalho, para a previdência e para a medicina social, configurou-se a instauração de uma política de controle policial cujo aprimoramento implicava em técnicas repressivas de exercício do poder, no sentido mesmo de significarem a utilização da força física como restrição às ações consideradas ameaçadoras.¹¹

Isto é, implementaram-se medidas com o propósito de combater a subversão e mais patentes ainda tornaram-se elas, após a revolta comunista de 1935.¹²

¹⁰ GOMES, Angela Maria Castro. A construção do homem novo. In: OLIVEIRA, Lucia L.; VELLOSO, Monica. P.; GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 152.

¹¹ Idem, p. 153.

¹² Nesse aspecto, com boa dose de comoção, José Nilo Tavares assinala que: “Por sinal, numa visão mais geral, a função precípua do Estado Novo foi essa: a de destruir a resistência operária – e essa destruição iniciou em 35 sob o pretexto de combate ao comunismo. Destruir o sonho que se apoderava de amplas camadas da população. E o Estado Novo construiu a sua máquina infernal de repressão, de contrapropaganda, de deformação de consciências, de tortura – enfim, de todos esses elementos que caracterizaram a ditadura de 1937 a 1945...”. TAVARES,

Tomamos como respaldo dessa afirmação o texto de Vargas “*O levante comunista de 27 de novembro de 1935*”,¹³ urdido nas primeiras horas do ano de 1936. Notamos nesse documento, a forte presença das mitologias que ganharam terreno profícuo no Brasil quando o assunto tratado foi o comunismo. As idéias que formavam o núcleo diretor do discurso estavam, fundamentalmente, bem próximas daquelas que motivaram outros cruzados anticomunistas, em diferentes contextos, a abrir suas baterias contra o comunismo. É interessante mencionar, como veremos adiante, que várias dessas concepções foram não só retomadas, como também enriquecidas na historicidade em que situamos a análise.

Servindo como uma espécie de mensagem de fim de ano, o texto de Vargas era oportunista a ponto de legitimar a oposição entre o conceito materialista de vida presente no comunismo, como o inimigo mais perigoso da civilização cristã, e as conquistas da cultura ocidental.¹⁴

Reafirmando o desejo de lutar sem trégua diante de um inimigo oculto sob a capa de um socialismo avançado, mas incentivador da dissimulação, da mentira e da felonía, Vargas alegava que uma das bandeiras de propaganda do comunismo, já tinha sido plenamente consolidada pela ação do seu governo: as reformas trabalhistas executadas e em pleno vigor.¹⁵

Conforme argumentamos, a legislação trabalhista funcionava para equilibrar a balança política e não permitir a deterioração das relações entre a classe trabalhadora e as elites, uma vez que as garantias de ordem social estavam apostas nos benefícios intrínsecos ao direito do trabalho.

Segundo o documento citado, uma quase unanimidade das forças políticas do país, integradas todas na opinião pública, exigia a adoção de medidas portadoras de eficiência repressiva em relação aos comunistas.¹⁶

José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo. In: SILVA, José Luiz W. da. (Org.). *O Feixe e o Prisma – uma revisão do Estado Novo*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 77-78.

¹³ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*, vol. IV. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 135-145.

¹⁴ Idem, p. 139.

¹⁵ Ibid., p. 140-143.

¹⁶ Ibid., p. 142. Em janeiro de 1936, foi criada a CNRC – Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que durou até setembro de 1937.

Desse modo, os anos decorridos entre a proclamação anticomunista de Vargas em 1936, o estabelecimento do Estado Novo em 1937, e as linhas que exaltavam o chefe autoritário em 1941, significaram a concretização das medidas políticas e policiais que destruíram, em parte, a direção e a militância do Partido Comunista do Brasil.

Todavia, se a perseguição aos opositores comunistas foi uma das características que distinguiu o Estado Novo, e marcou o quase aniquilamento do PCB, com a prisão, exílio ou morte de muitos de seus quadros, uma incipiente e débil tentativa de resistência e rearticulação encontrou eco já a partir de 1938.¹⁷

Malgrado essa reorganização, conforme aludimos na Introdução, alguns estudos consagram o período 1935-1937, como sendo o marco da “Primeira grande onda anticomunista”, balizada pelo levante de novembro de 1935. Dentro desse mesmo entendimento, teria havido uma segunda grande onda anticomunista situada entre 1961 e o golpe militar de 1964.¹⁸

No entanto, a ponte entre o surto anticomunista da década de 1930, e os fenômenos que podemos qualificar de “anticomunismo de guerra”, construiu-se assistida pela busca de consolidação de um modelo político, e pelas injunções impostas pelo ambiente da guerra.

¹⁷ Por exemplo, as manifestações de repúdio ao governo Vargas e à situação política interna e externa através de artigos como “Por uma frente única democrática brasileira”, publicado em *La Correspondance Internationale* em 1938; “A URSS e o momento internacional”; “Ao povo e especialmente ao Exército e à marinha”, pelo Bureau Político do Partido Comunista do Brasil, em 18 de setembro e 02 de outubro de 1939 respectivamente; “Ao povo brasileiro”, pelo Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro em abril de 1940. In: CARONE, Edgard. *O P. C. B. – 1922 a 1943*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 218-227. Vale ressaltar, que essa admoestação dos comunistas ao Estado Novo, estava enquadrada nas determinações da Internacional Comunista à época.

¹⁸ MOTTA, op. cit. 179-278. No início de 1937, depois de um arrefecimento da campanha anticomunista, motivado, em grande parte, pela ação dos julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional punindo os comunistas com longas penas de prisão, o ambiente, em meados do ano, novamente exaltou-se tendo em vista “o novo clima democrático” trazido pela perspectiva de eleições presidenciais marcadas para 1938. A pressão dos anticomunistas se fez presente novamente com a decretação do estado de guerra e a “descoberta” do Plano Cohen, que justificaram, em boa medida, o golpe de novembro de 1937. Todavia, a repressão legal foi redirecionada, a partir de maio de 1938, a outros inimigos de ocasião; os integralistas, que, nesse mês, aliados a alguns liberais e outros descontentes, engendraram o chamado *putsch* integralista, resultando em prisões, exílios e novos julgamentos. Essa fase foi chamada por um autor, com toda a razão, de “fase verde”, alusão ao fato de os integralistas usarem como uniforme camisas verdes. In: CAMPOS, Reynaldo P. de. *Repressão Judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982, p. 71-114.

Mudanças decisivas na situação internacional incentivaram a retomada da ênfase em soluções que incorporavam o comunismo como inimigo, mesmo que simbólico, na tônica da política. No Brasil, o detonador do “anticomunismo de guerra” resultou da invasão nazista na Rússia, em junho de 1941, com a dissolução do pacto Hitler-Stálin,¹⁹ e a eleição, pela Inglaterra, do bolchevismo como aliado.²⁰

Um curto período, junho a dezembro de 1941, pode auxiliar não somente a compreender a flexibilidade do imaginário anticomunista, mas também é cabível de apreendê-lo em suas potencialidades e alternâncias. Seus elementos estavam apoiados na forte inclinação ao ideário nazista daqueles que propugnavam o comunismo como perigo universal. Dessa maneira, é possível perceber o anticomunismo no interior de uma dinâmica que está fora das duas perspectivas temporais acentuadas pela intensidade de ações e representações, e num duplo movimento, reconhecê-lo como tributário do acervo dos imaginários.

A catalisação dos acontecimentos pelos anticomunistas de plantão, enquanto guardiões desse imaginário,²¹ propiciou a produção de arquétipos que exigem, se não a completa identificação, ao menos, o estabelecimento dos principais pontos de contato entre o anticomunismo e outras tendências e sentimentos políticos no período mencionado.

A conjuntura foi interessante porque revelou como a hostilidade ao comunismo pôde ser forjada tendo em conta as forças simbólicas captadas e

¹⁹ Para François Furet, crítico do stalinismo, o pacto germano-soviético assinado em 23 de agosto de 1939, poucos dias antes da invasão da Polônia pela Alemanha, é o acontecimento político mais difícil de fazer enquadrar numa racionalização leninista: “Ele não foi, como Brest-Litovsk, ditado por um perigo extremo; ou, como a virada de 1934-1935, imposto por um acontecimento novo (a ditadura de Hitler). Ele deve tudo às circunstâncias: a necessidade que tem Hitler de neutralizar Stálin antes de desencadear a guerra, a vantagem que encontrou Stálin numa primeira partilha da Europa Oriental. E, se for preciso acrescentar às circunstâncias algumas razões mais substanciais, todo o caso de agosto-setembro de 1939 entre a Alemanha e a URSS pode ser descrito em termos de razão de Estado. Os dois grandes ditadores ideocráticos do século finalmente se entendiam fora de suas ideologias”. FURET, François. *O Passado de uma Ilusão*. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 380-381.

²⁰ Uma abordagem didática da invasão nazista na Rússia e da resistência pode ser verificada em: REIS FILHO, Daniel A. *Uma revolução perdida – A história do socialismo soviético*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 149-166.

²¹ Os guardiões do imaginário podem ser entendidos, segundo Baczko, como o “pessoal” designado por uma coletividade como responsável pela gestão dos imaginários, e desempenham o papel de formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados etc. Cf. BACZKO, op. cit., p. 309.

invocadas pelo imaginário social. A oposição gerada no passado retornou em forma de crise e desconforto político. Para sua solução, dois substratos afetivos, o nacionalismo e o nazismo, opondo-se ao internacionalismo, confluíram, apontando em direção aos inimigos. Em 1941, na linguagem do anticomunismo de guerra, o comunismo, representando o crime e a desagregação do homem, converteu-se em abjeção maior quando mostrou capacidade de se consorciar ao poder do capitalismo financeiro, este, configurado pela ideologia liberal e administrado pelos grupos judaicos dispersos pelo mundo. Favorecer e reforçar esses argumentos, foram mecanismos que visaram imprimir força e eficácia simbólica ao imaginário

O oportunismo presente nesse discurso está centrado em encampar todos os temas que convergem para as mesmas intenções. Esse instrumento não era original, e pode ser concebido como tática também usada na propaganda nazista.

Há cinqüenta anos, em clássica obra, Jean Marie Domenach, citando Jules Monnerot e seu *Sociologie du Communisme*, frisou que a propaganda nazista empregava sucessivamente temas diversos e até contraditórios com a única preocupação de orientar as multidões ante as perspectivas do momento:

Jules Monnerot observou perfeitamente esse caráter ao mesmo tempo irracional e descontínuo da propaganda nacional socialista: 'Os hitleristas haviam abocanhado todos os temas disponíveis na Alemanha, todos os que, com um mínimo de convergência no tocante às intenções do momento, pudessem favorecê-los'. Jules Monnerot cita, confusamente: materialismo zoológico, pangermanismo, geopolítica, transposição da luta de classes para a guerra entre Estados, arianismo contra semitismo, socialismo prussiano contra o capitalismo ocidental e o bolchevismo asiático, povos proletários contra povos capitalistas, a terra e o sangue contra o espírito e o dinheiro, idealismo, liberdade e democracia contra a moleza e a corrupção francesa, pureza contra impureza racial, povo enraizado contra as finanças sem partido e, no último momento, defesa da Europa contra os judeus, os anglo saxões e o bolchevismo.²²

Essa aliança confusa de temáticas, explica mais ou menos, a natureza das discussões que os anticomunistas empreenderam, como veremos a seguir, no conjunto das imagens convergentes para um mesmo arquétipo.

²² DOMENACH, Jean Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1955, p. 42.

1.1. Anticomunismo, antiliberalismo, anti-semitismo

A ação demolidora do comunismo russo é vária e multiforme. Na sua faina insidiosa de levar a perturbação a todos os povos, engendrou uma técnica especializada do crime contra a ordem social, em nada semelhante aos processos dos conspiradores comuns, disse Vargas, em 1936.²³

Sem exageros, poderíamos argumentar que, inspirados pela brecha aberta por essa e outras imagens, os anticomunistas de 1941 engendraram uma articulação do comunismo com as táticas criminosas comuns para atingir finalidades políticas. Afinal, o que se pensava e escrevia sobre o teor da pregação comunista e no que consistiam a moral, a ética, a ideologia, e a ação comunistas?

No crime. Aliás, essa palavra era reiteradamente apropriada para designar tal regime político.²⁴ Bernardo Só resumia algumas amostras da ação comunista, primeiro com o propósito de esclarecer o que poderia ser aquilo que não foi: a vitória da intentona que os vermelhos fizeram estourar em novembro de 35.²⁵

Depois, alegava que uma classe de facínoras sob a direção do verdugo-mor Stálin governava a Rússia, e seu prolongamento, seria a instituição de uma república do crime no Brasil, já comprovadas essas intenções em assassinatos sumários efetuados nas células comunistas.²⁶ Repetindo seu chefe de Moscou, Luís Carlos Prestes teria imposto, por escrito, a condenação à morte de algumas vítimas inocentes, seduzidas então pelo Partido.

Bernardo tinha também como fulcro no seu texto, assinalar uma condenação aos países capitalistas comprometidos com auxílio material à Rússia:²⁷

É a essa espécie de gente sanguinária, cruel até a selvageria que hoje a Inglaterra e os Estados Unidos prestam assistência moral e auxílio material contra a cultura germânica e a civilização de Cristo!
Ainda bem que, para honra dos homens e para gloria de Deus, os jorros de luz deslumbrante da Alemanha, forte, nobre e culta, acabarão por desfazer

²³ VARGAS, Getúlio. Necessidade de repressão ao comunismo. In: _____. Op. cit., p. 153.

²⁴ SÓ, Bernardo. Amostras da ação comunista. Diário da Tarde, Curitiba, 2 de outubro de 1941, p. 7.

²⁵ Idem.

²⁶ Aqui, Bernardo recorria à menção das execuções de Tobias Warchavski em 1934, e de Elza Fernandes, a “Garota”, em 1936. Sobre a execução de Elza Fernandes (ou Elvira Cupello) e seus efeitos na repressão aos comunistas; sobre o processo dos envolvidos no caso da “Garota” cf. VITAL JR., op. cit.

²⁷ SÓ, Bernardo. Op. cit.

de todo o espesso nevoeiro em que se amortalharam largos trechos do mundo civilizado.

Essa ginástica verbal, se observada com olhar retrospectivo, estava em simetria com o propósito de denunciar a curiosa associação entre dois elementos à primeira vista inconciliáveis: o liberalismo britânico e o bolchevismo russo. O conchavo anglo-comunista teria sido determinado a partir da “guerra santa” empreendida pelos nazistas na Rússia. Nessa perspectiva, a tarefa dos anticomunistas era comunicar uma espécie de espúria sociedade entre dois pólos antagônicos. O argumento exposto e repetido se constituiu em uma das alavancas que movimentou o imaginário anticomunista de guerra. Na visão dos anticomunistas, o antagonismo verificado era apenas aparente na medida em que ele informava, no fundo, a semelhança entre duas ideologias.

Sob o impacto provocado pelo alastramento da guerra, o discurso anticomunista brasileiro apreciava o dramático conflito na frente russa como uma operação de saneamento e libertação da humanidade. A aliança britânica com a Rússia, significava um insulto à civilização ocidental. A ladainha anticomunista alertava para uma vitória russo-britânica como a legitimação de um regime que há vinte anos se configurava numa experiência ditada pelo massacre, pela destruição e pela amoralidade.²⁸

De outra forma, o tradicional regime representativo ocidental, rebatizado de plutocracia, exibindo uma legião de homens acorrentados ao dinheiro, e o bolchevismo, traduzido por homens acorrentados ao maquinismo do Estado,²⁹ eram, no contexto, os verdadeiros semeadores da guerra, representando a confluência de dois tipos distintos de imperialismos, harmonizados e com reflexos de suas ações no Brasil:

O imperialismo inglês [que] desde os tempos distantes do Brasil-Colônia, há sangrado fundo, e impiedosamente, nos flancos da nossa economia, pela prática consagrada da prepotência, (...) o segundo, o bolchevista, é o crime organizado, contra a infiltração do qual o legislador brasileiro opôs o dique de uma legislação repressiva e punitiva.³⁰

²⁸ A traição da plutocracia. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 de julho de 1941, s/p.

²⁹ Posando para a história. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 de julho de 1941, s/p.

³⁰ BARBOSA, Renato. O Brasil poderá ser intervencionista? In: *Diário da Tarde*, Curitiba, 1 de outubro de 1941, p. 7.

Por que simpatizar com a Alemanha? Porque tanto o exercício da neutralidade brasileira, e correntes modernas da nossa intelectualidade, indicavam que defrontávamo-nos com dois terríveis inimigos da humanidade, na retomada da velha fórmula: a plutocracia de Londres e o bolchevismo dos criminosos instalados nababescamente em Moscou.³¹ Nesse entendimento, o Brasil, dentro de um espírito de sã nacionalismo resguardado pela sua tradição cristã, corroborava “as ações do Reich, que reivindicava imperativos da civilização, postergados, há quase vinte e cinco anos, pela aventura criminosa dos bolchevistas do Kremlin”.³²

Um outro exemplo marcante dessa passagem obrigatória do anticomunismo brasileiro pelo referente nazista, encontramos no texto de Almeida Silva.³³ Para o articulista, com certa dose de razão, no Brasil a lei não permitia nem mesmo simpatias pelos russos em função do regime político incompatível que era praticado por ambos os lados. O comunismo, infiltrado na placidez da América, tingira de sangue o magnânimo coração brasileiro com o crime de 1935, e a simpatia a Moscou, era o melhor meio de ajustar contas com o Tribunal de Segurança Nacional. Além do impedimento legal, existia uma histórica discrepância em aderir a duas concepções tão diferentes:³⁴

Com o lado alemão, estamos entre velhos amigos, identificados em relações amistosas, cordiais e inalteráveis conosco.

No outro setor, se encontra um inimigo, expressamente assim considerado pela legislação brasileira, e que é o comunismo.

Ora, é bem de ver que não se podem colocar em mesmo pé de igualdade o amigo e o inimigo.

Inimigos da Europa, e por conseguinte da civilização, desobedientes, desorganizados, taticamente consorciados com a plutocracia da *city* londrina, aniquilados pelas forças alemãs, o que restava aos comunistas russos?

Provavelmente, a capitulação incondicional diante da avalanche nazista, tendo em vista que, desconhecendo modernas técnicas bélicas, os soldados vermelhos entrados na discussão, eram recrutados no seio de antigos aprendizes

³¹ BARBOSA, Renato. Porque simpatizamos com a Alemanha. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 de agosto de 1941, p. 5.

³² Idem.

³³ SILVA, A. de Almeida. Entre a Alemanha e a Rússia. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1941, p. 2.

³⁴ Idem.

de oficinas, ou filhos de camponeses. A única impressão que provocavam era apenas quantitativa,³⁵ ou seja, a imagem reproduzia uma horda desumanizada, sem rumo e sem comando.

Imagens fortes que invalidavam o opositor, ridicularizando sua técnica sempre foram comuns no anticomunismo. Assim, não é de surpreender que todos os recursos trazidos à luz pelos simbolismos fossem recrutados, primeiro para inviabilizar as ações inimigas, segundo para causar forte impressão no usufrutuário da mensagem política.

É dessa forma que podemos compreender o esforço de Wladimir Bernardes, em texto que ainda se referia à insuficiência do exército russo. Produto do despotismo comunista, o soldado russo, em comparação ao alemão teria sido mantido num estado de

Embotamento cerebral, que é impossível dar-se conta de uma evidência qualquer. É uma máquina que não tem alma, nem reflexos, que se deixa esmagar sem saber e sem compreender.

Vinte e quatro anos de domínio bolchevista foi o suficiente para conseguir um produto que de humano só tem as principais características do homem.³⁶

Resultava dessa condição uma massa de homens disformes, descaracterizados e incompetentes:

O nível mental desses infelizes foi rebaixado a zero. Eles vivem na ignorância completa, absoluta, a tudo quanto se passa no exterior. Sem alma e sem cultura, essa enorme e repulsiva massa de indivíduos sujos e maltrapilhos, contenta-se com o que tem, isto é, desconhece o que poderia ter como ser humano, em conforto e assistência, porque não possui atributos de raciocínio que o ajude a comparar, e a discernir o bom do mau, o necessário do supérfluo.³⁷

Uma construção que abarcava como certa a queda do capitalismo britânico, e simultaneamente, o ocaso do aliado bolchevista, imaginado assim, como o derradeiro dos seus capangas,³⁸ não poderia prescindir de um terceiro elemento

³⁵ ANSALDO, G. A Armada Vermelha. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 de julho de 1941, s/p.

³⁶ BERNARDES, Wladimir. Os lobos de Moscou. In: *Diário da Tarde*, Curitiba, 27 de outubro de 1941, p. 7.

³⁷ Idem.

³⁸ GUIMARÃES, L. da Silva. Dois anos de guerra de libertação européia. In: *Diário da Tarde*, Curitiba, 10 de setembro de 1941, p. 5.

de força do imaginário anticomunista, também ele, poderoso fomentador de símbolos: o anti-semitismo.

O anti-semitismo apresentado como chave que encerra o primeiro arquétipo anticomunista leva em conta a efervescência própria do momento, mas não descarta a imersão numa dimensão histórica mais ampla. Desse modo, a leitura desabonadora sobre tendências em que se forcejava o viés internacionalista superando a idéia de nação, se compatibilizava aos propósitos do nacionalismo autoritário vigente no país.

Todavia, autores que interpretaram textos de ideólogos comprometidos com o Estado Novo, não viram propriamente uma predisposição anti-semita na construção teórica desses intelectuais. Essa é a posição de Boris Fausto que, remetendo-se à obra de Azevedo Amaral “O Estado Autoritário e a Realidade Nacional”, de 1938, afirma: “Curiosamente, em uma época em que a ditadura, por meio de circulares secretas, proibira a entrada de imigrantes judeus no Brasil, o autor não dá demonstração de anti-semitismo”.³⁹

É claro que esta referência foi feita com base em trabalhos de maior densidade, cuja elaboração, também se destinava a justificar ideologicamente o regime estadonovista, do qual, autores como Azevedo Amaral foram ativos colaboradores.⁴⁰

Por outro lado, não podemos desfavorecer uma certa produção de Amaral destinada aos veículos de divulgação, e considerar apenas trabalhos com nível de refinamento e análise diferenciados de sua produção jornalística.

Os textos jornalísticos de Azevedo Amaral denunciavam tendências anti-semitas sempre na perspectiva de anunciar o esfacelamento da nação através das forças do judaísmo. Esses textos se configuravam como indício de que, num

³⁹ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário 1920-1940*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 44.

⁴⁰ Antônio José Azevedo Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Formado em medicina, dedicou-se, entretanto, ao jornalismo político. Ferrenho defensor da intervenção estatal na economia, e crítico convicto do liberalismo, defendia ainda a implantação de um estado autoritário que prescrevesse a industrialização acelerada. Foi um dos ideólogos mais atuantes durante o Estado Novo até sua morte em 1942. Cf. *DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO PÓS 1930*, op. cit. Uma análise de profundidade do pensamento de Azevedo Amaral, pode ser encontrada em: OLIVEIRA, Lúcia L. Autoridade e Política: O Pensamento de Azevedo Amaral. In: _____ et al. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Cit., p. 48-70.

momento em que as lutas pela eficácia dos símbolos se tornavam mais prementes, os argumentos de convencimento poderiam ser dirigidos por meio da gradação da violência no linguajar político.

Mais importante do que ressaltar a percepção de Amaral sobre o “problema judaico”, é perceber a forma como o autor articulava o judaísmo com o comunismo, transformando o último numa adversidade dupla a ser solucionada.

Na primeira seção do artigo Pan-bolchevismo ⁴¹, permeada por visões de preconceito étnico, Amaral atribuía como principal obstáculo à invasão das forças asiáticas do bolchevismo, na sua investida contra a civilização cristã, o espírito nacionalista: ⁴²

Os judeus, proletários uns e milionários outros, que fraternizam nas sinagogas e nos recintos da finança internacional, para a obra comum de semitização do mundo, já se convenceram de que, para estabelecer a confederação universal sionista e o império mundial do Bezerro de Ouro, precisam primeiro eliminar os nacionalismos. (...) Bolchevismo é pura e simplesmente judaísmo. (...) Por trás dessa fachada doutrinária, há apenas uma realidade, o domínio da oligarquia plutocrática judaica e o predomínio da canalha hebréia que lhe serve de clientela. Bolchevismo é o reino universal de Israel e nada mais.

Estava decidida a questão. Atropelando as palavras, e de forma simplificada, mas convincente para seus pares anticomunistas, Amaral justificava plenamente a tríade anticomunismo, antiliberalismo e anti-semitismo por meio de uma operação criativa e simples. O capital internacional parasitário e ligado aos regimes liberais, mas controlado por judeus, contraditoriamente formava um elo com o bolchevismo, financiando-o nas tentativas conspícuas de conquista marxista.⁴³ Fora assim em 1935, no malgrado levante organizado pelos agentes do Komintern, onde, a força ativa demonstrada pela nacionalidade chefiada por Vargas mostrou-se capaz de vencer o inimigo cosmopolita. “Quando a idéia nacional era forte e sadia, o comunista acabava falando sozinho dentro das quatro paredes de uma prisão”. ⁴⁴

⁴¹ AMARAL, Azevedo. Pan-Bolchevismo. In: *Diário da Tarde*, Curitiba, 10 de dezembro de 1941, p. 7.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

Amaral traçava um paralelo entre o Brasil de outrora e o Brasil presente. Dividia o núcleo de sua problemática em três ordens de argumentos nem sempre harmônicos, mas tendo como pretexto último validar a ordem interna. Antes do Estado Novo, o Brasil comportava como característica, um sistema em que partidos, mandões eleitorais e politiquieiros profissionais faziam o jogo do capital, abrindo um flanco que poderia ser aproveitado pelos comunistas. Com o Estado Nacional, a política de previsão e de prevenção sob o influxo das leis trabalhistas propiciou a imunização do nosso meio social contra a infecção comunista. Depois, uma rápida e eficaz atitude do Estado Novo, na elaboração de legislação restritiva à entrada de imigrantes judeus resultou num terceiro ponto: evitar o enfraquecimento das instituições políticas, e do edifício cultural e ético da sociedade.⁴⁵

Essa linha de ação adotada, era um traço da política que distinguia os estados fortes que emergiram no século XX com a finalidade de encerrar o ciclo da chamada democracia moderna.⁴⁶

Essa democracia moderna teria gerado como expressão final de sua degenerescência a ideologia bolchevista, que não foi apenas o produto da sistematização judaica de Marx, mas o resultado da confluência de todos os detritos do revolucionismo liberal.⁴⁷

No cerne da questão anticomunista habitavam os regimes liberais e o judaísmo controlador de todo o dinheiro do mundo. A leitura entrecruzada, onde as imagens absorviam o peso das razões de ordem política, exibia uma natureza desigual quando se sobrepunham concepções que consideravam a associação anglo-comunista como “maquinação do judaísmo”.⁴⁸

Ilustravam esse aspecto o capitalismo semita, aquele que valorizava as finanças em desfavor da produção e do trabalho, e o bolchevismo, também

⁴⁵ AMARAL, Azevedo. O Problema Judaico. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1941, p. 2.

⁴⁶ AMARAL, Azevedo. Tática bolchevista. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1941, p. 2.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ A traição da plutocracia ... Op. cit.

semita, pois ambos não tinham pátria, eram destituídos de princípios e visavam somente uma coisa: a escravidão da humanidade.⁴⁹

Simple. Nessa linha de compreensão, considerando o desenvolvimento do conflito bélico, e a contabilidade de amigos e inimigos, a despeito da neutralidade brasileira, inferia-se que:

Na guerra da Europa contra a Rússia bolchevista, o Brasil não é neutro. É contra a Rússia. Quem quer que seja que traia os mais leves indícios de simpatia pela causa bolchevista – está trabalhando conscientemente contra o Brasil, e é um elemento suspeito à segurança nacional. (...) Se a Rússia vencesse, se não fossem os soldados alemães, o Comunismo se apoderaria do Ocidente, e o rastro de sangue da Estrela Vermelha mancharia os céus da Europa. O único perigo que existe contra o Brasil, é o Bolchevismo.⁵⁰

Em contraste com os grandes surtos de anticomunismo, a conjuntura definiu uma linha diferenciada para o fenômeno, porém, não perdeu os adornos de uma velha cantilena que reunia a crítica a outras concepções políticas e a grupos étnicos.

Nesse aspecto, a “insídia comunista” tramada desde primórdios da década de 1930, caso não fosse destruída simbolicamente, porque materialmente já havia sido, tenderia a desvirtuar e desviar os valores de uma sociedade que pautava suas práticas dentro da tradição ocidental.

Em contrapartida, essa mesma sociedade engendrava seus próprios mecanismos de dominação, dissimulando-os sob a égide da ordem social, do elitismo político e da censura, embalados sob o princípio da autoridade.

Nos anos 1930/1940, os atores políticos enquadrados ou aderentes aos seus respectivos regimes políticos estavam menos dispersos, menos fragmentados, e as ideologias estavam condicionadas a causas menos plurais. Portanto, menos diversificação política, mas nem por isso, menor complexidade.

Escritores autoritários e ideólogos dessa época, ocuparam muitas páginas de suas obras para convencer seus leitores da temível aliança entre comunistas, liberais e judeus. O ataque em bloco a outras concepções foi característica de um

⁴⁹ Posando para a história ... Op. cit.

⁵⁰ MOURÃO, Gerardo Melo. Pão, pão; queijo, queijo... In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1941, p. 2.

mundo polarizado. Converter grupos e ideologias políticas em inimigos deve ser interpretado como o revestimento de projetos políticos diferenciados que não abraçaram unicamente a causa anticomunista.⁵¹

Ademais, muitos dos nossos anticomunistas de 1941 devem estar situados no interior de uma tradição. As imagens contidas nessa tradição foram solicitadas de forma reiterada por aqueles que retomaram certas causas do anticomunismo em 1941, podendo-se referir que essa releitura se alicerçava num sistema sócio-afetivo.⁵² No Brasil, um dos mais criativos intérpretes ou mentores dessa tradição sócio-afetiva foi Gustavo Barroso.⁵³ Presente em 1941 com imagens e idéias-força, incidir sobre a interpretação de Barroso requer, minimamente, que ilustremos nosso argumento com uma de suas tantas produções.

Na obra “*O Integralismo de Norte a Sul*”, publicada em 1934, foram colocadas algumas diretrizes que vimos debatendo até agora, e cuja lembrança reapareceu com clareza no “anticomunismo de guerra”. Logo no início, a começar pelo mero transplante da ideologia liberal, Barroso percebia que o Brasil, ao copiar a forma organizacional da federação norte-americana, desprezava o sentido de sua própria realidade.⁵⁴

⁵¹ Por meados da década de 1930, a III Internacional Comunista elege como inimigo a destruir o fascismo. Assim, o esforço da IC a partir dessa época estava situado em organizar frentes únicas de luta contra o fascismo, que contemplavam a inclusão de outras forças e movimentos que não somente os comunistas ou os partidos comunistas. Essa frente abrigava socialistas, social-democratas, liberais, reformistas. A ANL (Aliança Nacional Libertadora), frente ampla fundada em março de 1935, no Brasil, em muito reflete a tônica da luta contra o avanço dos fascismos. PINHEIRO, Op. cit., p. 197-200. CARONE, Edgard. *BRASIL. Anos de crise 1930-1945*. São Paulo: Ática, 1991, p. 147-155.

⁵² Pierre Ansart dimensiona algumas perspectivas de análise para o estudo das afetividades políticas. Dentre elas, destaca as expressões que dizem respeito ao passado de um sistema sócio-afetivo. Ora, tentar reconstituir uma certa tradição das paixões políticas derivadas do anticomunismo implica em examinar alguns textos que balizam, através do tempo, suas justificativas. Nesse aspecto, o autor assinala que no interior desse sistema sócio-afetivo encontra-se a “história das crenças, das expressões, tanto quanto a das práticas políticas, dos conflitos sociais e, sobretudo, das lembranças por estes deixadas”. Cf. ANSART, *Em defesa de uma ciência...*, op. cit., p. 153-154.

⁵³ Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza, no ano de 1888. Jornalista e advogado, foi redator e diretor de vários jornais e revistas., e fundador do Museu Histórico Nacional. Em 1923, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, e dez anos depois, filiou-se à Ação Integralista Brasileira, da qual seria um dos principais formuladores doutrinários, ao lado de Plínio Salgado e Miguel Reale. Cf. *DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO PÓS 1930*, op. cit.

⁵⁴ BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p. 10.

Prosseguindo na reflexão, o ideólogo integralista ⁵⁵ afirmava que o liberalismo, criado pela filosofia racionalista do século XVIII, produziu o Estado moderno e destruiu os restos da sociedade fundada na escolástica, corroendo nessa operação, o princípio da autoridade. ⁵⁶

O liberalismo, permitindo a atrofia sucessiva e ilimitada do capital, que começara escondido, quase como um criminoso, com prestamistas e rendeiros judeus, no seu ímpeto desagregador, materialista e desespiritualizado, teria gerado uma categoria semelhante: o comunismo. Para enriquecer a discussão, Barroso perguntava como o vírus comunista penetrava na sociedade liberal?

Através de seu estatuto básico: o sufrágio. O sufrágio universal e o direito de greve refletiam o desdém, o ceticismo e a amargura de uma sociedade liberal em vias de decomposição pelo comunismo. Colocando-se contra a alternância e a favor da constância, Barroso apregoava que o absolutismo periódico dos presidencialismos e a descontinuidade impotente dos parlamentarismos demandavam na falta de organicidade, unidade, e autoridade política. ⁵⁷

Por meio de afirmações trocistas, Barroso anunciava a falência da democracia liberal, tripudiando o papel do eleitor:

Se eu pudesse duvidar da natural incapacidade do povo para escolher, bastaria meditar na preferência que deu a Barrabás, condenando Jesus.

(...)

As garantias que o regime liberal dá ao eleitor, morais ou materiais, são tão precárias que o próprio regime o esconde num cubículo para votar. ⁵⁸

Para demonstrarmos como os anticomunistas de 1941 apoiavam-se em leituras pretéritas, subordinando seus argumentos ao arquétipo aqui apresentado,

⁵⁵ Não se constituindo numa doutrina monolítica, o integralismo, segundo SOUZA, comportava três correntes: 1) a corrente fundamentada na doutrina social da igreja, com fortes vínculos do conservadorismo católico de Jackson de Figueiredo, cujo representante era Plínio Salgado; 2) a corrente representada por Miguel Reale, que buscava superar o intuicionismo, centrando-se num paradigma político-jurídico de gestão social através da integração das classes por meio de corporações e sindicatos; 3) por último, a corrente liderada por Gustavo Barroso que advogava a denúncia do capitalismo internacional, do sionismo e do comunismo como fatores interessados na desorganização e dominação das forças vivas da nacionalidade. SOUZA, Francisco. M. de. O Integralismo. In: *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília: UnB, 1982, p. 64.

⁵⁶ BARROSO, Op. cit., p. 10-11.

⁵⁷ Ibid., p. 18.

⁵⁸ Id., ibid.

é necessário caminharmos um pouco mais ao lado de Barroso, indo ao encontro do anti-semitismo.⁵⁹

Com o propósito de tornar incontestável a tríade comunismo-liberalismo-judaísmo, Barroso apressava em afirmar que o verdadeiro criador do comunismo marxista era o velho materialismo judaico que desde muitos centenários solapava os alicerces da civilização cristã. Só a raça judaica com seu espírito cosmopolita, racionalista e messiânico comportava estreitas afinidades com o socialismo:⁶⁰

Karl Marx era judeu, duma família rabínica-talmudista de Tréves. Engels era judeu, duma família rabínica de Barmen. Lenine casou com uma judia. Os comissários do povo, na Rússia, na maioria, judeus. Bela Kun, judeu. Trotski, judeu. As suas doutrinas são, na verdade, de traição nacional e de decomposição social, destinando-se a destruir a religião, o princípio de autoridade e a idéia de pátria, transformando-a em espírito odioso de classe.⁶¹

Os principais ideólogos do Estado Novo execravam o caráter das instituições políticas clássicas do sistema liberal (a representatividade parlamentar, o sufrágio). É também correto afirmar que esses ideólogos apresentavam o liberalismo como o caminho mais rápido à desagregação social, à desordem e à subversão. Significa aduzir que o liberalismo político exercitado no Brasil abria as portas para a implantação do comunismo.

Foi de Paulo de Figueiredo, colaborador estadonovista como presidente do Conselho Administrativo em Goiás, uma das críticas mais usuais ao liberalismo. O autor, reunindo textos produzidos entre 1941 e 1945 para as revistas *Cultura*

⁵⁹ Para SOUZA, embora informado pela ideologia nazista, o anti-semitismo de Barroso é produto de análise econômica, sem comportar conteúdos raciais ou religiosos. Barroso identifica no judaísmo a presença do capitalismo internacional, e conforme toda a doutrina integralista, como um capital sem pátria, sem nenhum compromisso com o destino moral ou político dos povos. O desdobramento dessa reflexão de Barroso resultava na sua preocupação entre o Brasil manter-se “servo humilde do judaísmo capitalista de Rotschild”, ou “escravo submisso do judaísmo comunista de Trotski”. Cf. SOUZA, op. cit., p. 98. Em todo caso, é difícil estar informado pela ideologia nazista, e, ao mesmo tempo, desprezar seus conteúdos raciais.

⁶⁰ Cf. BARROSO, op. cit., p. 39.

⁶¹ Idem, p. 40-41.

Política e Oeste, sintetizava as motivações que provocaram o estabelecimento do Estado forte em 1937.⁶²

Republicada em 1983 sob os auspícios do Senado Federal e, em comemoração ao centenário de nascimento de Vargas, a escritura de Figueiredo colocava em destaque o liberalismo como produto de uma abstração política. Fruto exclusivo da imitação, o regime liberal oportunizou vestirmos uma indumentária exótica que não servia para o nosso talhe desconjuntado e robusto:⁶³

Manequins, nada mais, fomos nós na época liberal, pois que homens sem sangue, sem nervos, sem vida, deixando-nos mover por outras mãos, atuando em espaços vazios...

Daí um Estado desprovido de conteúdo humano, um estado Amorfo, estático, abstrato...

O Estado liberal é um Estado sem planos, sem métodos, sem fins. Estado sem raízes históricas, sem personalidade – portanto, sem atribuições definidas, sem funções específicas, sem objetivos determinados. Estado sem vontade, vivendo, por isso, como barco sem leme entre ondas sem direção. Estado que não atende às necessidades reais e profundas da nação – que, sendo povo, sendo vida, reclama disciplina, enquadramento, orientação.

Outro autor importante que concentrava suas críticas no liberalismo político era Azevedo Amaral. O autor mitigava a crítica ao regime de livre iniciativa, afirmando que o Estado Novo contemplava uma função essencialmente capitalista exercendo coordenação sem comprimir as iniciativas privadas. Amaral repudiava a prática de representação parlamentar. Ela era considerada promíscua e pervertida, e o autor atribuía à incapacidade do eleitorado os efeitos negativos que redundaram na emergência de manipuladores políticos:

Entre nós, os resultados de semelhante método de representação foram na prática tão pouco satisfatórios que se torna surpreendente a tenacidade com que nos apegamos a um erro evidenciado por forma tão impressionante. A semelhança do que acontecera em outros países e tendo ainda os seus efeitos agravados por circunstâncias peculiares ao meio brasileiro, a eleição direta pelo sufrágio universal redundou na impossibilidade de praticar-se o sistema representativo. A grande maioria do eleitorado, formada por indivíduos destituídos de capacidade para opinar conscientemente sobre as questões em torno das quais deveriam versar os pleitos e não tendo mesmo competência para discriminar entre os

⁶² FIGUEIREDO, Paulo de. *Aspectos Ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1983.

⁶³ Idem, p. 26-27. Texto originalmente publicado na revista *Cultura Política*, ano 1, n. 6, em agosto de 1941, sob o título “Fins humanos e políticos do estado brasileiro”.

candidatos que se apresentavam, tinha forçosamente de ser manobrada por um pequeno grupo de manipuladores da política.⁶⁴

Desse modo, o novo Estado brasileiro de 1937 resultou de um imperativo de salvação nacional.⁶⁵ Entendia-se que o liberalismo político e a facilidade de penetração do capitalismo financeiro, encobertos sob a frágil armadura da democracia representativa, ocultariam o fim último desse processo: a invasão comunista.

Nessa perspectiva, Francisco Campos⁶⁶ aduzia que toda a dialética de Marx, teria por pressuposto essa verdade: a continuação da anarquia liberal determinaria, como conseqüência necessária, a instauração final do comunismo.⁶⁷

Conforme constatamos, essa plataforma era defendida em quase todas as suas prerrogativas pelos anticomunistas de 1941. O espectro da guerra ampliou essa imagem e permitiu que a ela fosse agregada como argumento necessário a evolução do nazismo, como fonte de libertação que rompesse os elos entre comunistas, liberais e judeus.

Optando por fórmulas constantes e sobreviventes na engrenagem do imaginário anticomunista, esse discurso político não perdeu de vista outra significativa modalidade do imaginário social. Referimo-nos ao compromisso ideológico dos grupos envolvidos em sua elaboração, pois foi através dele que ocorreu a apropriação e o aproveitamento de símbolos relativamente dispersos e dependentes de reorganização, remetendo-os ao campo das representações do anticomunismo.

⁶⁴ AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 187-188.

⁶⁵ CAMPOS, Francisco. *O Espírito do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil do Distrito Federal, 1939, p. 5.

⁶⁶ Francisco Luís da Silva Campos nasceu na cidade mineira de Dores do Indaiá em 1891. Formou-se em Belo Horizonte na Faculdade Livre de Direito, tornando-se professor substituto de direito público constitucional em 1918. Deputado pelo PR mineiro por duas legislaturas, foi inimigo do movimento tenentista e defensor intransigente do discurso da ordem e da autoridade. Ministro da Justiça do Estado Novo até 1942, Campos foi um dos principais articuladores da constituição de 1937. Durante sua gestão à frente do ministério da Justiça, elaborou as reformas do Código de Processo Civil, do Código Penal, e do Código de Processo Penal, dentre outros mecanismos que visavam um maior refinamento jurídico no sistema de repressão do Estado Novo. Cf. *DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO PÓS 1930*, op. cit.

⁶⁷ Idem, p. 26.

Nesse sentido, a linguagem política “diz aquilo que é salutar amar afirmando o que é o bem e o que é o mal. Ela é perfeitamente explícita na medida em que proclama o que é em si e indiscutivelmente amável, assim como denuncia o mal social [o comunismo, o liberalismo, o capitalismo administrado por judeus], e a torpeza de tudo o que a ela conduz”.⁶⁸

1. 2 Anticomunismo, pan-americanismo, neutralidade

O segundo arquétipo proposto para o estudo da dinâmica anticomunista no período é formado pelo anticomunismo, pelo pan-americanismo e pela idéia de neutralidade. Esse tema ganha relevância na medida em foi objeto de discussão entre os anticomunistas, estando em relação de congruência com a organização social que lhe forneceu a matéria e a lei estrutural. Ou seja, somente foi possível introduzir o anticomunismo consorciado ao pan-americanismo tendo em vista as inquietações do presente histórico contidas no discurso político.⁶⁹

O pan-americanismo pode ser traduzido como uma política de aproximação entre as nações americanas visando a defesa dos interesses comuns do continente sob o fundamento da solidariedade política, econômica e territorial.

Originalmente, o pan-americanismo nasceu sem esse nome. A expressão remonta provavelmente a 1889,⁷⁰ mas os pressupostos de aspiração ao entendimento continental para o bem comum das nações americanas apareceram em 1823 no bojo da doutrina Monroe.

Em síntese, essa doutrina defendia a firme decisão de que os países americanos não poderiam ser considerados objeto de futura colonização por parte de nenhuma potência européia.⁷¹ No princípio, a doutrina Monroe deu margem a duas modalidades de interpretação. Em primeiro lugar, mesmo nascida no espírito de solidariedade geral, lograva ser entendida por uma política de aplicação unilateral, a juízo norte-americano.

Depois, passou a vigorar como sentimento de uma interpretação mútua, de igualdade de soberanias, e desse modo, garantir os laços de solidariedade

⁶⁸ Cf. ANSART, *Ideologias...*, op. cit., p. 215.

⁶⁹ Cf. ANSART, *idem*, p. 187-207.

⁷⁰ LOBO, Hélio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 1.

⁷¹ *Idem*, p. 4.

territorial como elemento que concretizava as aspirações gerais dos países americanos.⁷² Embora manifestada de forma não homogênea, foi esta última interpretação que repercutiu favoravelmente entre as nações americanas, expressando o ponto de partida de uma política de amizade continental.

Escapando a essas leituras, é importante mencionarmos que a política norte-americana a partir de 1937, na era Roosevelt, comportou duas posições antagônicas: os defensores do isolacionismo, sem abrir mão dos envolvimento externos, mas opondo-se à criação de alianças e ao armamentismo; e os defensores do intervencionismo, que apoiavam a expansão militar, enfatizavam a segurança nacional, reivindicavam a proteção dos interesses americanos no exterior, e rejeitavam o isolacionismo inspirado no monroísmo.⁷³

A despeito do caráter republicanista da doutrina,⁷⁴ - elemento reafirmado na primeira reunião das nações americanas, realizada em 1826 no istmo do Panamá por iniciativa de Bolívar – o Brasil imperial logo em 1824 deu sua adesão, numa feição que retratava a compreensão recíproca, e no dizer de um estudioso, uma larga política de entendimento.⁷⁵ No entanto, esse apoio precoce do Brasil viria a ser mais bem delineado numa política panamericanista de aproximação somente em fins do século XIX,⁷⁶ com o advento da República.

Assim, o desenvolvimento do pan-americanismo brasileiro deu-se sob algumas variáveis que apresentavam os seguintes aspectos gerais: a) a

⁷² Id., *ibid.* p. 5.

⁷³ Segundo Roberto Gambini, os pressupostos do intervencionismo serão depurados na forma do “pan-americanismo”. Desse modo, essa posição passa a apresentar como verdadeiro objetivo de uma política externa a segurança econômica e militar para manter o povo motivado em defender o país; considerar o território inteiro das três Américas como uma região defensiva para a segurança dos EEUU; introduzir essa política agressiva na forma supostamente branda do pan-americanismo traduzido na “política da boa vizinhança” e na adoção de uma política que viabilizasse investimentos na América Latina e interesses comerciais. Cf. GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977, p. 31-33.

⁷⁴ Helio Lobo informa que na primeira reunião das nações americanas, o Brasil chegou a nomear representante que, no entanto, não se fez presente. Segundo o autor, “evitava o Brasil comprometer-se em projetos de anfictiônia, como os que anunciavam, além de saber que, nos planos do Libertador [Simon Bolívar] se continha a propósito de nossa guerra na Cisplatina, o de uma coligação para arrancar da América a ‘planta exótica’, isto é, nossa Monarquia”. *Ibid.*, p. 11-12.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 8, 146.

⁷⁶ SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 26.

participação do Brasil em todas as conferências pan-americanas; b) uma política de mediação frente aos conflitos entre os países da região; c) a evolução positiva das relações com a Argentina.⁷⁷

Esses aspectos não impediram que entre o período que se iniciou com a Constituição de 1934, até o golpe de novembro de 1937, a política externa do Brasil tenha se caracterizado pela preponderância das preocupações internacionais do país em relação à Europa, em prejuízo do pan-americanismo predominante nos quatro anos iniciais do governo Vargas.⁷⁸

Mercê dessa política, ocorreu uma expansão nas relações comerciais entre Brasil e Alemanha a partir de 1935, e uma decorrente cooperação mútua na luta anticomunista com a aproximação entre a Gestapo e a DOPS.⁷⁹

Em 1941, a tradicional política de cooperação continental também suscitou a propulsão do sentimento anticomunista. Evidenciou-se uma tendência a considerar que os comunistas tomavam parte em práticas que teriam deturpado os elementos essenciais do pan-americanismo. Por meio de manobras de dissolução dos postulados nacionais, os comunistas, dentro desse entendimento, sobrepunham os interesses do continente em prejuízo da nação, afirmando o caráter internacionalista de sua ideologia.

A partir dessa constatação, examinamos os textos de Pedro Lafayette e Azevedo Amaral, dois próceres anticomunistas no período do Estado Novo que faziam claras referências ao tipo de procedimento sugerido. Assim, pensar o anticomunismo naquela perspectiva, também se configurava em atribuir importância a outras questões que revelavam, ou de outra forma, encobriam os diversos pontos de contato com o próprio anticomunismo.

Uma crítica acerba ao pan-americanismo atravessando a reflexão contida em texto de Pedro Lafayette teve como alvo, denunciar o componente comunista que se imaginava presente nos seus princípios doutrinários, reforçando ao mesmo tempo, a nem tanto inusitada aliança de liberais e de comunistas.⁸⁰

⁷⁷ Idem, p. 26.

⁷⁸ Ibidem, p. 81.

⁷⁹ Ibid., p. 46-47.

⁸⁰ LAFAYETTE, Pedro. Acima de tudo o Brasil. *Diário da Tarde*, 24/10/1941, p. 7.

Exprimindo esse desconcerto, gerado por uma suposta influência de comunistas na formulação da política panamericanista brasileira, Lafayette não deixava de reconhecer que, no passado, o Brasil tinha sido um dos instrumentos de mobilização dos esforços para desenvolver na América, o progresso comum.

Lafayette atestava assim, uma das premissas do pan-americanismo, mas indignava-se com os critérios políticos referendados pelo Brasil nas resoluções da Conferência de Lima, em 1938.

O pan-americanismo, argumentava, não era uma “arca de Noé”, onde o extremismo judaico-comunista colocava a fauna imensa e repugnante de seus princípios, incompatíveis com a formação histórica do Novo Mundo. Nesse momento, Lafayette via a “mão criminosa do bolchevismo”, penetrar os fundamentos da doutrina concebida no século XIX. Portanto, justificaria a adoção de um procedimento conveniente para nossa política exterior repudiar o pan-americanismo na sua “nova” forma até o limite da violência, se assim fosse necessário: ⁸¹

Este panamericanismo nós não queremos. Nós brasileiros, o repudiamos com desprezo e se preciso, com violência. O espírito de Marx, de Lênin e de Stálin não penetrará no nosso país sob fantasia alguma. Estamos vigilantes. Não admitimos tais contrabandos. Não é sem propósito que falo. Estas ponderações se inspiram em fatos concretos que cumpre denunciar com energia e sem rodeios.

Quais os fatos que caberiam a Lafayette denunciar e que reunidos, comportavam o desvirtuamento da doutrina panamericanista pela introdução das ações comunistas?

Qual era a contraproposta que teria afastado o Brasil da realização do ideal panamericanista?

Lafayette concluía que o Brasil, dentro do movimento panamericanista, não deveria desempenhar o papel de mero caudatário de outros povos. Assim, quer pela longa ação diplomática brasileira, quer na função de agente mediador das

⁸¹ Idem.

contradições continentais, “A política panamericanista foi sempre e continua a ser a política do Brasil”.⁸²

O problema se assentava nas resoluções da Conferência de Lima em 1938,⁸³ considerada por Lafayette, como o ponto de cisão no pan-americanismo. Teria existido um primeiro pan-americanismo, criado pela obra de nossos estadistas e harmonizado com “nossas melhores tradições históricas” que mesmo completado pela ação intensa de Getúlio Vargas, fora cindido pela presença de comunistas que de mãos dadas com os liberais pregavam uma forma exótica de pan-americanismo.⁸⁴

deve haver um padrão de governo para todos os países do continente e este é a democracia liberal. Desprezando acintosamente as peculiaridades históricas de cada nação e as suas condições geográficas, visavam os demagogos vermelhos perturbar-nos a ordem pública e estabelecer entre o governo do BRASIL e o das demais unidades americanas, ao invés de franco e leal entendimento, um período de grave desequilíbrio político e de choques, capazes de comprometer a resistência que temos mantido contra a infiltração das forças dissolventes da esquerda.

Residia no discurso de Lafayette uma crítica velada a certa desobrigação da diplomacia varguista em orientar-se por uma política que colocasse “a idéia de Pátria acima da idéia de América”. Além do que, era visto por Lafayette, nesse pan-americanismo impingido por liberais e comunistas, um canal que dissociava o “amor à pátria” de uma concepção original do pan-americanismo.

É pouco provável que em 1938, na plena vigência do Estado Novo, os comunistas brasileiros motivassem algum tipo de intervenção nas discussões da Conferência de Lima, e desse modo, defendessem a instituição de um padrão de governo uniforme para todas as repúblicas americanas, e que este fosse a

⁸² Idem, *ibid.*

⁸³ A VIII Conferência Americana foi realizada em Lima de 9 a 27/12/1938, e segundo Helio Lobo, constituiu um marco a mais na cristalização do espírito e do sentimento intercontinental. A situação internacional absorveu as preocupações da Conferência. O programa geral abrangia a seguinte agenda: 1) organização da paz; 2) direito internacional; 3) problemas econômicos; 4) direitos políticos e civis da mulher; 5) cooperação intelectual e desarmamento moral; 6) União Pan-Americana; 7) resultados das conferências precedentes. Cf. LOBO, *Op. Cit.*, p. 122-123.

⁸⁴ LAFAYETTE, *op. cit.*, p. 7.

democracia liberal.⁸⁵ Igualmente, é difícil imaginar o representante brasileiro na Conferência, Afrânio de Melo Franco,⁸⁶ numa atitude conspirativa contra os ideais panamericanistas e ao lado dos impertinentes comunistas.

Referências feitas por Lafayette quanto às peculiaridades históricas e geográficas no sentido de cada nação preservar autonomia em seu sistema de governo poderiam não estar tanto relacionadas a uma possível “infiltração das forças dissolventes de esquerda”, e mais aos itens da Conferência que privilegiavam um certo debate.

Essa polêmica talvez envolvesse a questão dos núcleos imigratórios nos países americanos e a preocupação em enquadrá-los devidamente no “sentido” do pan-americanismo.

Desse modo, a Conferência aconteceu sob o nítido amparo de uma relativa⁸⁷ reaproximação brasileira com a política de boa vizinhança promovida pelos E.U.A.⁸⁸, e reacendeu momentosas questões relacionadas às etnias estabelecidas em solo americano. Portanto, o que perturbava Lafayette não era propriamente a

⁸⁵ Em depoimento concedido para Sergio Soares Braga e Luciano Cavini Martorano, no ano de 1995, o líder comunista João Amazonas afirmou: “...o Estado Novo apresentou, desde o seu início, um caráter anticomunista, violentamente anticomunista. (...) essa repressão alcançou êxitos importantes, não há dúvida: ela praticamente dizimou, pode-se assim dizer, o Comitê Central, prendeu boa parte da direção central do Partido. Dizimou também uma grande parte – talvez a esmagadora maioria – das direções do Partido nos estados”. Cf. BRAGA, Sérgio S.; MARTORANO, Luciano C. O Partido Comunista do Brasil: História e Perspectivas. Entrevista com João Amazonas. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 6/7, 1996, Curitiba, UFPR, p. 85.

⁸⁶ Afrânio de Melo Franco, político e diplomata mineiro ligado ao PRM (Partido Republicano Mineiro), foi o primeiro ministro de Estado das Relações Exteriores do governo Vargas, entre 1930 a 1933. Participou como representante do Brasil, em fevereiro de 1923, da V Conferência Pan-Americana realizada em Santiago do Chile. Também foi embaixador brasileiro junto à Liga das Nações em 1924. Como presidente da delegação brasileira na VIII Conferência de Lima em 1938, pautou sua atuação pelo alinhamento com os E.U.A. na defesa de uma decidida política de solidariedade continental, face ao perigo de uma guerra mundial. Essa Conferência também consagraria uma das teses sustentadas por Melo Franco quando ainda era delegado do Brasil na Liga das Nações, e que versava sobre a condição de minorias étnicas, raciais ou nacionais residentes na América. Para maiores detalhes da trajetória política de Melo Franco: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*, versão em CD-ROM 182017. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁸⁷ A reaproximação é relativa porque até o final de 1938 as relações comerciais entre Brasil e Alemanha não chegam a sofrer nenhum entrave mais comprometedor, e o problema está mais localizado na atuação de militantes do partido nacional-socialista no sul do Brasil, e em relação às medidas nacionalizantes do Estado Novo.

⁸⁸ Sobre a política de boa vizinhança dos E.U.A. e suas relações com o Brasil durante a segunda guerra: GAMBINI, Op. Cit. McCANN JR., Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. SEITENFUS, Op. Cit. TOTA, Antonio. P. *O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

introdução do comunismo no princípio panamericanista, mas sua inquietação centrava-se no fato de a Conferência rejeitar o conceito de minoria étnica, lingüística ou religiosa, defender a similitude das instituições republicanas da América, bem como não reconhecer as aquisições territoriais realizadas através de coerção e força, em alusão explícita às anexações territoriais efetuadas pela Alemanha desde meados dos anos 1930.⁸⁹

No contexto, o discurso anticomunista de Lafayette foi instrumentalizado de forma a justificar sua crença no nacional-socialismo e alertar para o fato de que o Brasil deveria recusar qualquer espécie de pan-americanismo que não se fundamentasse no mais amplo respeito pela autodeterminação de todas as nações do continente, e que não reconhecesse a plena faculdade de cada país montar *a sua máquina estadual segundo as suas conveniências e as suas raízes históricas*.⁹⁰

Não obstante, segundo Lafayette, liberais e comunistas no seu delírio pelo poder não descansavam e,

Para os Mangabeira, para os Paulo Duarte, para os Jorge Amado, para todos os prostituídos, o Brasil pode ser um pedaço de terra enfiado num lado da América, perfeitamente igual a todos os outros pedaços de terra. Para estes desesperados e vendidos entre a China e o lugar onde nasceram só há uma diferença: a cor do dinheiro.⁹¹

Resultava desse consórcio não mais o pan-americanismo puro, norteado pelos interesses idiossincráticos de cada nação americana, mas um outro princípio doutrinário: o pan-bolchevismo.⁹² A expressão, cunhada por um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo representava abandono do verdadeiro pan-americanismo que teria sido uma nobre criação do espírito generoso e clarividente de grandes americanos.⁹³

Em seu lugar, o pan-bolchevismo judaico compreendia que para instalar-se no Brasil precisava, antes de tudo, minar e destruir a resistência das forças

⁸⁹ Cf. SEITENFUS, op. cit., p. 171-175 e CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 310.

⁹⁰ LAFAYETTE, op. cit., p. 7. Sem grifos no original.

⁹¹ Idem.

⁹² AMARAL, Azevedo. Pan-bolchevismo. *Diário da Tarde*, 10 de dezembro de 1941, p. 7.

⁹³ Idem.

nacionalizadoras que o esmagaram em novembro de 1935.⁹⁴ Além da curiosa denominação, como qualificá-lo com maior precisão para que dele pudessem surgir efeitos desejados para o imaginário social?

Como um fenômeno adúltero, transformando o pan-americanismo em uma ideologia flagrante no seu antinacionalismo. Como uma política incompatível com os deveres e imperativos que a pátria impunha, afirmando o continente como realidade política e não a pátria. Construído com essas finalidades, o pan-bolchevismo, interpretado numa visão supranacional pelo pensador nacionalista autoritário era uma invenção exclusivamente judaica e bolchevista;⁹⁵ dupla síntese do internacionalismo.

Relacionada com esse terreno fluido em que se elaborava a retórica anticomunista retratada, é necessário que uma outra preocupação permeie nossa reflexão e diga respeito ao caráter contraditório, oscilante e pendular⁹⁶ das relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos e os países do Eixo. De modo que ao princípio de solidariedade continental, era incorporado o complicado princípio da neutralidade americana frente ao conflito mundial.⁹⁷

Ainda que referendasse e se comprometesse com todas as resoluções das conferências pan-americanas, e com a idéia de neutralidade reinante nos preceitos panamericanistas até final de 1941, o Brasil se permitia transitar entre uma diplomacia aberta, americanófila, e uma diplomacia tática, de flerte com a Alemanha e operada pelo personalismo de Vargas.⁹⁸

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Ibid., p. 7.

⁹⁶ Paula Beiguelman, no prefácio ao trabalho de Roberto Gambini, já fizera alusão a esse movimento pendular operado nas relações diplomáticas brasileiras durante o período. In: GAMBINI, Op. cit., p. 11.

⁹⁷ Segundo Seitenfus, a neutralidade impôs-se ao Novo Mundo pelas regras fundamentais que foram promulgadas na Conferência do Panamá em 1939, já no curso da guerra. Constituiu uma resposta do panamericanismo ao conflito, reiterando a paz e a proteção econômica continental. In: SEITENFUS, op. cit., p. 183-186.

⁹⁸ O princípio da neutralidade concebido pela Conferência do Panamá concedeu uma liberdade relativa de movimentação para a política externa brasileira, especialmente, no tocante à continuidade de suas relações comerciais com a Europa, prática que foi obstada pelas ações do bloqueio britânico no Atlântico Sul. Nesse sentido, é importante reter que o Brasil legislou sobre a neutralidade através do Decreto-Lei 1561 de setembro de 1939, no entanto, sua posição perante o princípio da neutralidade chocava-se com o princípio do panamericanismo: "A posição brasileira, exibida também as vésperas da conferência, vai ao encontro, portanto, da interpretação alemã do direito e dos deveres dos neutros. Por conseguinte, a diplomacia brasileira se encontra, nesse

Esta última era apoiada pelas posições anticomunistas cuja preferência ideológica recaía sobre o Eixo. A dupla formulação política da diplomacia brasileira estimulava os anticomunistas à pressão por diversos modos, porque ela significava, enquanto posição neutra, uma possibilidade mesmo que remota, de adesão ao Eixo.

Foi com o avanço do conflito mundial, que a neutralidade inicial visada pelo panamericanismo transformou-se em medida ativa a tomar em razão das possíveis conseqüências dos conflitos internacionais.⁹⁹ Representa dizer que a política da neutralidade foi, a partir da Conferência do Panamá, um tenso estado temporário de indecisão que definiu uma dupla relação dos estados americanos com a Europa e entre si mesmos na perspectiva de escolha entre os pólos ideológicos dominantes.

Outro desafio colocado para os anticomunistas no âmbito da política interna, é lembrarmos que a representatividade das colônias alemãs no sul do Brasil, embora não apresentasse uma tendência monolítica, era um terreno fértil para a penetração e a disseminação da ideologia nazista e da militância do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães), e inspirou ações legislativas de caráter restritivo por parte do Estado Novo no mesmo ano da Conferência de Lima.¹⁰⁰

Por outro lado, um dos fatores ideológicos que mais marcavam a regularidade na crítica dos anticomunistas era qualquer referência em que estivesse explícita a

momento, à margem da corrente pan-americanista, sendo aliada objetiva de Buenos Aires e de Berlim.” Cf. SEITENFUS, *idem*, p. 187.

⁹⁹ CARVALHO, *op. cit.*, p. 311.

¹⁰⁰ No ano de 1938 entraram em vigor o Decreto-Lei 383 de 18 de abril, legislando sobre a proibição de organizações estrangeiras; o Decreto-Lei 639 de 20 de agosto, sobre cotas de imigração, e o Decreto-Lei 868 de novembro, sobre a nacionalização do ensino. Segundo MAGALHÃES, “A influência da ideologia nazista nas colônias germânicas do Sul do Brasil já estava presente desde o início da década de 1920”. A historiadora também assinala que a ascensão do movimento nacional-socialista, implicou no fato de que uma série de entidades interessadas na preservação da germanidade fossem reanimadas numa dupla perspectiva: interesses pragmáticos, isto é, propósitos econômicos a curto e médio prazo; e subjetivos, como a necessidade de divulgar a doutrina pelo mero desejo de vê-la conhecida e admirada. Contradição decisiva durante o Estado Novo, é percebermos que esse regime nutriu durante algum tempo, declarada simpatia pelo nazismo, embora, no plano interno, tenha empreendido repressão indiscriminada à comunidade alemã no sul do país. In: MAGALHÃES, Marion B. de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 135.

negação do nacionalismo de viés autoritário e das prerrogativas da nação. Essa orientação ficou bem evidenciada nos argumentos de Azevedo Amaral quando propôs um neologismo composto, o pan-bolchevismo, movimento imaginário que estaria em conflito com o verdadeiro pan-americanismo, o tradicional, aquele que garantia os direitos da nação, submetidos então, à crescente sedução norte-americana:

Não há nada de mais contraditório ao verdadeiro pan-americanismo, que esta idéia de converter a solidariedade das nações da América em uma espécie de confederação sob a hegemonia dos Estados Unidos. Aliás, o povo da grande República do norte seria o primeiro a insurgir-se contra semelhante conceito, que nada tem de americano, mas é exclusivamente judaico e bolchevista.

Esses saudosistas e comunistas, hoje aliados fraternais que andam a pleitear concessões em matéria de soberania, estão, sob a capa de democracia e de pan-americanismo, repetindo as manobras dos agentes da defunta Aliança Libertadora, nas vésperas do levante bolchevista de novembro de 1935.¹⁰¹

Observamos como o anticomunismo pode manejar as bordas ou o centro de um discurso, estando presente, com nítida evidência ou habitando as margens da linguagem política, em múltiplos lugares e objetos sociais. Essa operação de versatilidade do imaginário anticomunista não seria possível sem a sua apropriação por uma ideologia política.¹⁰² Entendida como uma das modalidades do imaginário social,¹⁰³ a ideologia política se apresenta como a mais favorável à expressão e intensificação dos conflitos sociais.

Nessa perspectiva, é função ideológica, a utilização dos materiais históricos disponíveis no contexto, bem como a recorrência constante ao acervo do imaginário social, como “a lembrança de 35”, dando-lhe a expressão de um “levante bolchevista” ou “a presença de forças dissolventes de esquerda” no purismo doutrinário do pan-americanismo.

¹⁰¹ AMARAL, A. Op. cit., p. 7.

¹⁰² Conforme Ansart, a ideologia política não está, de forma alguma, descolada da prática. O autor insiste na “imanência essencial do sentido à prática”. Nesse aspecto, uma ideologia política busca uma explicação sintética, onde o fato particular adquire sentido, onde os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa. ANSART, *Ideologias...*, op. cit. p. 22-36.

¹⁰³ Id., p. 44.

Essa tarefa possui precisamente a especificidade de não ser um discurso verdadeiro nem falso no sentido científico da palavra, e sim fundir na mesma lógica a verdade e a ocultação polêmica, as instituições vivas e as distorções. É precisamente essa especificidade que faz da linguagem ideológica uma força simbólica historicamente verdadeira.¹⁰⁴

A verdade histórica – o comunismo amalgamado ao panamericanismo – assume um caráter de evidência vivida, uma vez que os portadores da linguagem ideológica expressam bem o que sentem e as linhas gerais de uma situação social de que são participantes.¹⁰⁵

1. 3 O evento Gastaldi: síntese da dinâmica anticomunista

A produção do imaginário social anticomunista comporta a participação da atividade imaginativa individual nesse fenômeno coletivo, propiciando que o sentimento anticomunista não se esgote propriamente nos limites de uma comunhão de interesses.

No comportamento político dos indivíduos e no desenho cultural traçado pela perspectiva histórica, fabrica-se, nomeia-se, denuncia-se o inimigo potencial: o comunista, o judeu, o capitalista.

Nesse sentido, as questões suscitadas pela produção jornalística do curitibano José Petrelli Gastaldi, de um lado, ilustravam as tendências que fermentavam de crises incontornáveis e desestruturação social e política em escala planetária, como a 2ª guerra. Elas também demonstravam cabalmente o alcance que o debate político atingia, com uma batalha aberta pela conquista das consciências.

Jovem remanescente do integralismo, José Petrelli Gastaldi nasceu em Curitiba em 30 de dezembro de 1917, filho de Ernesto Gastaldi e Maria Adelaide Petrelli Gastaldi. Em 1941, aos vinte e três anos, era acadêmico de direito, tendo-lhe sido conferido o grau de bacharel em 18 de dezembro do mesmo ano, formando-se na Turma “Clovis Bevilacqua” da Faculdade de Direito.

¹⁰⁴ Ibid., p. 196.

¹⁰⁵ Ibid., p. 206.

Visto freqüentemente em “rodas de elementos que pertenceram ao extinto integralismo”,¹⁰⁶ Gastaldi chegou a exercer o cargo de secretário de propaganda da AIB em Curitiba, durante a década de 1930:¹⁰⁷

Mais ou menos na altura de 1935, eu era moço ainda e na Rua XV tinha um comício. O Plínio Salgado estava fazendo um discurso e falando sobre a dívida externa do Brasil. Eu me entusiasmei, e aí ingressei no integralismo. Eu fui quase chefe provincial aqui. Usei a camisa verde também. Nós tínhamos o princípio de que o homem é criado à imagem de Deus, que era exatamente o contrário do comunismo. Nacionalismo acentuado e combate ao comunismo.¹⁰⁸

Embora Gastaldi fizesse parte do grupo de anticomunistas que escrevia para os jornais, e seus textos se aparentassem com o discurso corrente no anticomunismo de guerra, pensamos que o enfoque sobre sua atuação pode trazer elementos que reforçam o papel do indivíduo na relação de pertencimento ao seu grupo, e na produção da atividade imaginativa.

Para explicitarmos mais detidamente essa questão, salientamos que essa filiação de Gastaldi a uma identidade de afetos garantia o reconhecimento de valores comuns em torno do anticomunismo. A conformidade das reações emocionais do outro confirmava não só suas escolhas, mas também uma integridade afetiva.¹⁰⁹

Mas Gastaldi, através de manobras jurídicas e eufemismos em matérias jornalísticas confrontou o regime, iniciando, de forma pessoal, uma espécie de movimento de revolta.

Que é um homem revoltado? Um homem que diz não. Mas, se ele recusa, não renuncia: é também um homem que diz sim, desde o seu primeiro movimento.¹¹⁰

Enquanto o ressentimento comporta uma noção totalmente negativa, a percepção sobre a revolta (contra o regime político instalado, contra os comunistas, contra os judeus capitalistas etc.), revela para o homem “algo com o

¹⁰⁶ DOSSIÊ JOSÉ PETRELLI GASTALDI, DOPS/PR, PRONTUÁRIO 1370/41. Departamento Estadual de Arquivo Público, Pasta 2175. Caixa 399. Daqui a diante denominado apenas “DOSSIÊ”.

¹⁰⁷ DOSSIÊ, fls. 3.

¹⁰⁸ GASTALDI, José Petrelli. Entrevista em Curitiba, 14 de julho de 2003.

¹⁰⁹ Cf. ANSART, op. cit., p. 218.

¹¹⁰ CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 25.

qual pode identificar-se, mesmo que só por algum tempo”.¹¹¹ Desse modo, “O homem revoltado (...) age, portanto, em nome de um valor, ainda confuso, mas pelo menos sente ser comum a si próprio e a todos os homens”.¹¹²

O movimento de revolta não ocorre alheio ao tempo em que se vive; ele é um movimento dentro do tempo presente, em que se cultivam expectativas sobre uma vida futura. Para Gastaldi, como frisamos, essas expectativas estavam colocadas na produção jornalística e nas ações jurídicas. Nessa dupla empresa, ele depositava suas repulsas e suas sensibilidades acerca do momento, onde também procurava expor com clareza suas convicções políticas anticomunistas.¹¹³

É doloroso contemplar-se a desenvoltura com que agem no Brasil as forças internacionais, sem nenhum respeito pela política anticomunista do governo central. Timbram em glorificar o regime bolchevista, que varreu a Deus do cérebro do seu povo enervando e atrofiando os sentimentos mais generosos da natureza humana. (...) Se isto não é causa bastante à nossa nação, se-lo-ão as sanhas brutais de 1935, em Recife, e de 1937, no Rio de Janeiro, ainda bem vivas da memória de todos.¹¹⁴

Catalogamos quatorze textos de Gastaldi produzidos para quatro jornais diferentes: três de Curitiba e um de Ponta Grossa.¹¹⁵ A produção jornalística de Gastaldi englobou os meses de junho a outubro de 1941. Não localizamos textos no mês de agosto. Sua ausência dos jornais nos meses de novembro e dezembro, aparentemente, pode significar que durante eles, Gastaldi via-se em constantes inquietações com a Delegacia de Ordem Política e Social. De outra forma, preparando-se para o seu bacharelado que ocorreria no mês de dezembro, era possível que Gastaldi oferecesse uma trégua aos seus opositores, aliada à pressão da Delegacia que se fazia sentir de forma irreversível. Quanto ao mês de agosto, não está clara a ausência de seus textos nos jornais da capital. Gastaldi começou a enfrentar problemas com a DOPS a partir de vinte e quatro de junho

¹¹¹ Idem, p. 26.

¹¹² Ibid., p. 28.

¹¹³ GASTALDI, José Petrelli. A guerra européia e as forças super-nacionais. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08 de julho de 1941, s/p.

¹¹⁴ Nessa fala, note-se que Gastaldi utiliza uma interessante estratégia: relaciona o ano de 1937 no Rio de Janeiro com a “descoberta” do Plano Cohen, o documento forjado pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, da AIB, para denunciar um plano de sabotagem geral elaborado pelos comunistas.

¹¹⁵ Os jornais de Curitiba são os seguintes: *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo*, *O Dia*. O jornal de Ponta Grossa é o *Diário dos Campos*.

de 1941, quando se apresentou pela primeira vez para prestar declarações junto àquela Delegacia.¹¹⁶ Este fato não o impediu de continuar escrevendo de forma estável até o final do mês, após o dia vinte e quatro, com mais dois artigos (dias 27/6 e 28/6), e com regularidade durante todo o mês de julho, com quatro artigos.

Assim, se considerássemos somente os meses em que Gastaldi escreveu para jornais, teríamos, dentro de uma média aritmética, 3,5 textos por mês (junho, julho, setembro e outubro de 1941). Embora essa média não refletisse uma extensa produção, o critério quantitativo deve ceder em favor à importância do debate levantado por Gastaldi, e do recorte analítico proporcionado por sua produção jornalística.

No quadro demonstrativo que segue, apresentamos a produção jornalística de Gastaldi durante o período, contendo data, título do artigo, e o jornal em que o texto foi publicado.

Textos jornalísticos escritos por José Petrelli Gastaldi

Data do Artigo	Título do Artigo	Jornal
10 de junho de 1941	O Brasil não é um fenômeno à parte	O Dia
12 de junho de 1941	O Brasil não permite	Diário da Tarde
22 de junho de 1941	Dias negros para o império britânico	Gazeta do Povo
27 de junho de 1941	Neutros, mas não indiferentes	Gazeta do Povo
28 de junho de 1941	Plutocracia e bolchevismo	Diário da Tarde
03 de julho de 1941	O melhor partido	Diário da Tarde
08 de julho de 1941	A guerra européia e as forças supernacionais	Gazeta do Povo
09 de julho de 1941	A Alemanha é a única nação capaz de anular o bolchevismo	Diário da Tarde
27 de julho de 1941	O momento oportuno para agir	Gazeta do Povo
24 de setembro de 1941	Falsos, falsificadores, refalsados	Diário dos Campos
30 de setembro de 1941	Não; sou simplesmente realista	Diário da Tarde
09 de outubro de 1941	Eis o problema	Diário da Tarde
18 de outubro de 1941	Hipóteses que servem de consolo	Diário dos Campos
30 de outubro de 1941	Aos que não compreendem	Gazeta do Povo

¹¹⁶ DOSSIÊ, fls. 1, verso.

Em março de 1942, impetrou perante o Juiz de Direito da 1ª Vara de Curitiba, ordem de *habeas-corporis* em favor do chefe integralista de Londrina Heber Gonçalves Palhano, e perante a 2ª Vara, outro *habeas-corporis* em favor do “fascista” Francisco Finamore.¹¹⁷

No dia 26 do mesmo mês, foi recolhido à delegacia “por ser suspeito pelas suas atividades anteriores e estar demonstrando, por pedidos de *habeas-corporis*, e propalado pelos cafés da cidade, o seu propósito de defender os elementos do eixo ou os que a D. O. P. S. detenha para averiguações”.¹¹⁸

Nessa situação cabe perguntarmos, quais atividades anteriores eram estas a justificar a detenção de Gastaldi, atribuindo-lhe periculosidade no relacionamento com a coletividade? Qual o caráter político dessa repressão a Gastaldi?

A atuação de Gastaldi era bem anterior à sua detenção, como vimos no quadro demonstrativo dos seus artigos de jornais. Seus textos foram produzidos em maior intensidade e variedade temática a partir de junho de 1941, concentrando o eixo de suas atenções em alguns postulados pelos quais, afiançava suas linhas de argumentação.

Esses temas apareciam, por vezes, articulados, formando um corpo homogêneo e funcional, e outras tantas, analisados isoladamente. Sua premissa era a comum associação maléfica de interesses entre comunistas, judeus e financistas. Esse conluio tendia a liquidar os fundamentos da nação, e por conseguinte, acreditava Gastaldi, viria a dominar o mundo.

Na base dessa premissa cada grupo de conspiradores era imaginado agindo em reciprocidade, em movimentos alternados, no sentido de dispersar, confundir e acelerar a queda e a destruição das civilizações nacionais. O baluarte de defesa da integridade nacional, no interior do modelo anticomunista gastaldiano, e no contexto de guerra mundial, era a Alemanha de Hitler.

No texto “O Brasil não é um fenômeno à parte”,¹¹⁹ Gastaldi anunciava o desgaste do sistema liberal, propagando o advento do socialismo de Estado

¹¹⁷ DOSSIÊ, fls. 1, verso.

¹¹⁸ DOSSIÊ, idem.

¹¹⁹ GASTALDI, José Petrelli. O Brasil não é um fenômeno à parte. *O Dia*, Curitiba, 10 de junho de 1941, s/p.

(alusão ao regime nacional socialista) que, à base da produtividade e do respeito ao trabalho humano se imporia ao liberalismo. Na guerra, uma luta em que se decidia a sorte do mundo, o Brasil, longe de estar alheio, em que pese a opção pela neutralidade, também jogaria suas fichas.

Gastaldi apostava numa nova ordem que receberia a aderência do país, facilitada pela obra de reconstrução do Estado Novo. Inserido nesta dimensão, o Brasil, “lendo” corretamente os fatos internos e externos, participaria da “reconstrução fundamental do futuro, do renascimento universal”, encetado pelo nacional socialismo.

No entendimento de Gastaldi, não se constituindo num fenômeno à parte, o Brasil operava sua revolução interna com os olhos dirigidos para a hora ansiosamente aguardada em que se pronunciaria a extirpação de qualquer ameaça. Dentre essas ameaças, destacavam-se o coletivismo dissolvente e o individualismo liberalóide.¹²⁰

A percepção sobre o rápido espraiamento do conflito associada a uma visão eurocêntrica, delineavam para Gastaldi que “A sorte dos povos americanos, como a dos asiáticos e africanos, sempre se liquidou no teatro do mundo”. O futuro, abstração temporal repleta de mistérios e expectativas era ansiado pela ardência do texto: “Mil vezes ouvir as vozes misteriosas que nos aconselham o caminho a seguir, caminho da definição corajosa, para que não vivamos à custa da nova ordem, sem que para ela tenhamos concorrido com uma idéia, um pensamento, ou uma crítica construtiva”.¹²¹

Um dos principais inimigos a ser derrotado no curso da reconstrução mundial era o bolchevismo. Porém, a dinâmica do regime soviético não se apresentava como empecilho para a empreitada, tanto que, Gastaldi perguntava: “que poderá o bolchevismo, sem alma e sem fé, contra o social nacionalismo espiritualista, de finalidade prefixada, de plasticidade revolucionária, de capacidade criadora?”¹²²

¹²⁰ GASTALDI, José Petrelli. O melhor partido. *Diário da Tarde*, Curitiba, 3 de julho de 1941, p. 7.

¹²¹ O Brasil não é um ... Cit.

¹²² GASTALDI, José Petrelli. A Alemanha é a única nação capaz de anular o bolchevismo. *Diário da Tarde*, Curitiba, 9 de julho de 1941, p. 7.

A Alemanha desmascarara a obra malsã do bolchevismo, mostrando, através da retumbância de suas vitórias militares o que impera no reino do comunismo:

A barbaria, a corrupção, a comédia, a história, a embriaguez, a alucinação, o ridículo, o ignóbil, o disforme, num estupendo misto de audácia e medo, de ambição e servilismo, de cinismo e luxúria, de demência e fanatismo.¹²³

Aniquilar os russos em seu território era o imperativo da hora, porque as conseqüências de uma vitória comunista não se limitariam a um círculo geopolítico definido, mas se reproduziriam geometricamente. Desse modo, não era à toa que Gastaldi considerava a liberal-democracia e o comunismo em ciclos, etapas políticas de sistemas políticos com aptidão de intercalaram-se:

A vitória da Rússia seria a internacionalização do direito, da moral e da política, a proletarização do mundo, a escravidão dos povos, a destruição da cultura, a abolição do cristianismo, o advento do judaísmo, o domínio absoluto e incontrastável da plutocracia. (...) A Alemanha vencerá salvando a humanidade de uma tremenda catástrofe.¹²⁴

O “trágico bolchevismo” aparecia como a “última face do super-capitalismo financeiro” e “como grande reduto da escravidão”, que seria demolido por obra dos soldados do Reich. Não era possível, sob a ótica gastaldiana, escurecer ou negar “o grande serviço que Hitler está prestando à humanidade”, pois, “Sabe o genial estadista germânico que atrás do comunismo russo se esconde a plutocracia internacional e que esmagar aquele é golpear profundamente esta em um dos seus centros vitais”.¹²⁵

A cruzada anticomunista supranacional gastaldiana, como vimos, não se configurava como um ato solitário. Sua fala era corroborada por outras falas. Logo a 25 de junho de 1941, instado a dar explicações sobre suas posições políticas, endereçava carta a Divonsir Borba Cortes, delegado da DOPS em Curitiba, informando que:

Artigos mais violentos que os meus, pois sempre escrevi serenamente, vêm publicados na revista oficializada pelo Ministério da Guerra: “Reação

¹²³ GASTALDI, idem.

¹²⁴ GASTALDI, José Petrelli. Plutocracia e Bolchevismo. *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 de junho de 1941, p. 7.

¹²⁵ GASTALDI, José Petrelli. Neutros, mas não indiferentes. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 de junho de 1941, s/p.

Brasileira”. Se eu quebrei a neutralidade, o que é pueril, todos aqueles oficiais que nela colaboram, o que é mais pueril, também quebraram-na também, o que [não] deixa de ser infantil, todos os que pregam contra a Alemanha. E, o que dizer de artigos como o de Wladimir Bernardes, diretor da Gazeta de Notícias, do Rio, de Renato Barbosa, professor de Direito Internacional e outros, favoráveis à Alemanha.¹²⁶

Em Gastaldi, quase todos esses temas surgiam como um eufemismo que ocultava uma outra luta. A luta pelo ressurgimento do integralismo na continuada crítica à aliança deformada entre comunistas e capitalistas. Uns, prefigurados pelo bolchevismo dissolvente, e outros pelo financismo judaico, mas ambos, irmanados numa conspiração mundial. Gastaldi começava a transgredir um frágil pacto que, conduzido pelos interesses da censura estadonovista estabelecia tênues limites à vazão de seu estado de ânimo. Avaliando essas condições, resolveu arriscar, desafiando o regime e estimulando o caráter político de sua detenção.

Em artigo de 18 de outubro de 1941,¹²⁷ via como consolidada a aproximação dos exércitos do Eixo de Moscou, o que materializava a capitulação russa:

Foi uma nova e verdadeira blitzkrieg, mais formidável que as guerras relâmpagos da Polônia, França, Iugoslávia e Grécia. Em poucas semanas o bolchevismo foi destruído em seu próprio reduto. Três milhões de prisioneiros, milhões de mortos, uma centena de divisões encurraladas, copioso material de guerra apreendido, eis o resumo da maior, mais genial e mais completa campanha da história.

Exultante com uma presumida vitória nazista, considerava os comunistas “fora de cogitações”, pois haviam perdido tudo, o que fez “ruir por terra os seus sonhos de domínio mundial, presenciou a cremação de seu regime que durante vinte anos sacrificou milhões de seres e encheu de desasossego todas as nações”.¹²⁸

Uma das teses de Gastaldi exposta em artigo anterior, sustentava que ruindo o comunismo russo, último reduto do capitalismo internacional, ruiria por conseguinte o sistema do liberalismo plutocrático, fato que abriria as possibilidades para renovadas experiências políticas. Referendado por outros grupos e indivíduos, e como homem público, premido entre manter uma suspeitável adesão ao regime, entre suas convicções permeadas pelas

¹²⁶ DOSSIÊ, fls. 12.

¹²⁷ GASTALDI, José Petrelli. Hipóteses que servem de consolo. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 18 de outubro de 1941, s/p.

¹²⁸ GASTALDI, idem.

reminiscências integralistas, administrando seu anticomunismo mesclado a outras abordagens presentes na doutrina que abraçara, Gastaldi finalmente optou: “O liberalismo plutocrático como o feudalismo já passou. Será mencionado nos livros de história. Façamos agora uma experiência com nova concepção que surgiu em Roma em 22”.¹²⁹

As motivações policiais do Estado, através da DOPS, estavam colocadas para a repressão que Gastaldi sofreria ulteriormente. Essas ações ainda seriam reforçadas pelo fato de Gastaldi defender àqueles que sofriam constrangimento, como foram os casos de Heber Gonçalves Palhano e Francisco Finamore. Porém, outro aspecto que é imprescindível observarmos reside no fato de que a detenção de Gastaldi não esteve, em nenhum momento, associada ao caráter anticomunista da sua preleção. Ou seja, *Gastaldi não foi detido por ser anticomunista*, e sim, por elaborar um discurso, efetivar práticas que não se coadunavam com os postulados do regime:

Sempre me orgulhei de minhas atitudes, pois elas nunca se dirigiram e jamais se dirigirão contra minha Pátria. Estou pronto a me defender de tão vil calúnia e pronto a enfrentar os delatores de minhas pretensas atividades. (...) Por isso eu refuto categoricamente tais afirmativas, e nesse ponto estou com a consciência plenamente tranqüila, pois orgulho-me de não ser igual aos Tartufos morais, que escondem seus atos, tendo medo de mirar a própria fisionomia no espelho, com receio de serem traídos.¹³⁰

Pela manobra das palavras, além de contradizer possíveis suspeitas da DOPS quanto à sua simpatia por regimes políticos, Gastaldi reafirmava a idéia de Pátria superando a noção de existência de um líder salvador ou carismático produzida em torno de Vargas.

A dimensão política da atitude de Gastaldi estava associada aos procedimentos de aproximação e enfrentamento com o regime. Aproximação tática quando enaltecia a capacidade do Estado Novo em conservar a neutralidade:¹³¹

Neutralidade – eis, pois, a atitude que devemos manter, contra as influências super-nacionais. Tenhamos a consciência comum de querer,

¹²⁹ GASTALDI, *ibid.*

¹³⁰ DOSSIÊ, fls. 12.

¹³¹ GASTALDI, José Petrelli. Neutros mas não indiferentes. Op. cit., 27 de junho de 1941.

capacidade de agir, vontade, independência, finalidade firmes. Não aceitemos a vida como a vida vem ou como nô-la querem impor. Somos neutros, e neutros devemos ficar. Neutros mas não indiferentes. Neutros mas não passivos. Neutros com individualidade. Neutros com personalidade.

Enfrentamento no procedimento de desafio ao regime através de ações jurídicas legais na defesa de sujeitos que teriam sofrido constrangimento ilegal, sem acusação ou processo de espécie alguma:¹³²

Tendo o Bacharel José Petrelli Gastaldi, impetrado uma ordem de habeas-corpus a favor de HERBERT [sic] PALHANO, alegando que o mesmo está sofrendo constrangimento ilegal, por haver sido preso, há um mês e encaminhado à Penitenciária do estado, por ordem da Delegacia de Ordem Política e Social, *sem que tenha sido contra ele iniciado processo de espécie alguma*, solicito de V. Excia. Informações a respeito, para fins de direito [grifo nosso].

Em face do alto grau de arbitrariedade imposto pela polícia política estadonovista, Gastaldi, ao manobrar ações jurídicas legais procurou burlar o regime, por meio do restrito espaço que cabia ao estado de direito. Além desse fator, suas referências jornalísticas pouco faziam remissão ao enaltecimento do Estado Novo. Grande parte de suas reflexões se concentrava na divulgação anticomunista e na apologia do futuro próximo nacional socialista. Seu olhar estava lançado para um mundo em que a obra hitleriana, traduzida pela “plasticidade revolucionária”, e pela potência militar, destruiria o comunismo mundial. Essa obra opor-se-ia à decrepitude do bolchevismo, que havia construído sua imagem, tal como elaborada por Gastaldi, nos termos de uma grande mentira política, pelo arremedo criminoso de um sistema de governo, e pelo espúrio consórcio com os liberais. Anticomunista, sim e sempre, mas com suas energias projetadas para um futuro não estadonovista, e sim, um futuro de civilização nacional socialista.

Alguns valores que Gastaldi defendia não eram exclusivamente seus. Eram compartilhados em grupo, na mesma perspectiva percebida por outros

¹³² Ofício nº 122, de 18 de março de 1942. do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba para o Exm^o. Snr. Dr. Chefe de Polícia. DOSSIÊ, fls. 5.

personagens que legitimavam uma situação vista como consolidada. Este era o caso do próprio Vargas. Ao mesmo tempo em que Gastaldi deblaterava seu anticomunismo, Vargas anotava em seu Diário a 17 de outubro de 1941: “Acentua-se a vitória alemã sobre a Rússia. Isto se reflete na situação interna: liberais e comunistas, que andavam arrogantes e espalhando boatos, se retraem; integralistas, animados com o manifesto de Plínio Salgado aconselhando apoio ao governo, procuram organizar-se”.¹³³ Portanto, o caráter vário e multiforme atribuído por Vargas ao comunismo em 1936, também deve ser atribuído ao anticomunismo em 1941.

As lutas dos gestores do imaginário anticomunista nesse período reeditaram as principais linhas de oposição ao comunismo, vivenciadas ao longo dos anos 1930. As lutas de símbolos pelo convencimento dos perigos apresentaram uma situação de equilíbrio com os fatores externos, que tiveram um peso significativo e caracterizaram bem a peculiaridade do anticomunismo.

Socializar a experiência anticomunista no espectro das mutações que ocorriam globalmente, e nesse sentido, articular essa experiência com os impactos que a guerra produzia na política interna, era uma estratégia que aprofundava, no âmbito das representações, a perspectiva de controle e gestão dos imaginários sociais.

Para tal empresa, a instrumentalização de jornais, como veículos produtores de símbolos anticomunistas, foi um fator que estimulou os imaginários acerca do anticomunismo. Essa operação também se apresentou como a chave de aproximação dos grupos interessados na disseminação do anticomunismo com a sociedade envolvente. É verdade que não podemos aquilatar qual o grau de penetração das teses tão insistentemente prolatadas pelos cruzados anticomunistas. Mas é provável que o momento efervescente da guerra tenha contribuído para que muitos tivessem acesso a esse debate e se posicionassem.

¹³³ VARGAS, Getúlio. Diário, vol. 2, p. 429.

Como veículos potenciais de produção de sentidos, expectativas, esperanças, os meios de comunicação garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala desconhecida.¹³⁴

As relações entre esse último fenômeno e a censura estadonovista são evidentes. A postura dos responsáveis pela condução da política de propaganda do Estado Novo, através do DIP e da polícia, pelo menos, até final de 1941, foi contraditória. Em muito, estava em consonância com a convicção dos grupos que produziam os textos analisados neste capítulo.

Esse aspecto pode ser devido a uma política conciliatória formulada pelos órgãos censores do Estado Novo.¹³⁵ A atitude conciliatória foi revelada pelo fato de todos os veículos de comunicação impressa estarem sujeitos, por lei, à censura prévia.

Se levarmos em consideração que os agentes estimuladores do anticomunismo no contexto em análise circulavam livremente posicionamentos, idéias, sentimentos, verificamos que o comprometimento da censura estadonovista é notório.

Desde que não fossem colocadas em xeque a integridade e a continuidade do regime, desde que não se questionasse abertamente a legitimidade do Estado nacional na obra de reconstrução a que se propunha, qualquer discussão que se inclinasse para o incitamento de símbolos clássicos do anticomunismo era reconhecida como temática de livre manifestação.

Nessa compreensão, identificados com uma parcela do regime brasileiro, os próceres anticomunistas enxergaram a nova ordem nacional socialista como um sistema de orientações expressivas e afetivas. Esse sistema permitia a nomeação das iniquidades dos inimigos comunistas por meio de símbolos.

Esse conjunto de símbolos estava destinado a invalidar o papel dos opositores, denunciando-os como assassinos, ateus, escravizadores etc. No

¹³⁴ BACZKO, op. cit., p. 313.

¹³⁵ Segundo Stanley Hilton: "Como parte da política conciliatória do Brasil para com o Eixo, o famoso, ou notório, DIP, sob a chefia de Lourival Fontes, e a polícia federal aplicavam a censura de uma maneira que, na opinião de muitos observadores, era favorável ao Eixo". HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil. A espionagem alemã e a contra espionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 36.

mesmo movimento, justificavam as ações do exército nazista como legítimas, de vez que elas apontavam para a regeneração do presente, orientado para um futuro luminoso do qual verteria a nova civilização.

As modalidades de sentir e pensar em termos de séries de oposições e visões expectantes foram elementos poderosos na fabricação dos imaginários sobre o comunismo. Elas legitimaram ainda mais vigorosamente a produção de visões futuras sobre o perigo comunista, designadamente na projeção de angústias, esperanças e sonhos coletivos.¹³⁶

Um dos aspectos de maior visibilidade dessa produção estava dimensionado pelo caráter comemorativo e cívico no qual os anticomunistas produziam seus sentimentos e materializavam suas convicções.

Se a imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem,¹³⁷ os mecanismos acionados para validar essas paixões se apresentam de diferentes formas.

No Brasil, reforçar o anticomunismo investindo numa espécie de tradição inventada foi uma das estratégias encontradas para que ele sobrevivesse na imaginação da sociedade, sobretudo, nos anos decisivos em que o Brasil rompeu sua neutralidade e aderiu à aliança ocidental.

No capítulo seguinte, tentamos compreender como se articulava essa tradição aos símbolos e mitologias contidos na narrativa sobre o levante comunista de 1935. Também são analisados a forma pela qual acontecia a convocação de uma sociedade na esperança de que ela produzisse condutas significativas, e o papel do ator político no engendramento de soluções que visavam angariar identidade de afetos e gerar ódios políticos. O ano é 1942. A cidade, Curitiba.

¹³⁶ BACZKO, op. cit. p. 312.

¹³⁷ Idem, p. 301.

CAPÍTULO 2

1942 – A CONSPIRAÇÃO NO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA

2.1 Elementos do mito da conspiração no imaginário anticomunista

O sino velho do cemitério
 Bateu três pancadas:
 Eram mortos que entravam
 Para ser enterrados,
 Para que a terra os acariciasse com ternura
 Como a vida não os acariciara...
 Para que a podridão de seus corpos
 Refulgisse, à noite, em fogos-fátuos,
 E, através das raízes das plantas,
 Subissem às flores carregadas de perfume.
 Eram mortos que entravam
 Para ser enterrados...¹

Ao escrever para a *Revista do Clube Militar* na edição bimensal de novembro-dezembro de 1941, o 1º Tenente Dr. Olyntho Luna Freire do Pillar, subdiretor Secretário da Revista durante o triênio 1941-1944, lembrava aos leitores sobre a importância do mês de novembro para a história republicana do Brasil.²

Segundo o oficial, novembro reunia e consignava as maiores datas nacionais. A 15, “Era a república que, pelo braço vigoroso do Marechal Deodoro da Fonseca, se implantava no país, entre as mais efusivas demonstrações cívicas da nação exultante, rasgando-lhe novos horizontes e perspectivas magníficas”.³

¹ Trecho do poema Toque de Silêncio (Canto em memória dos Soldados assassinados em 1935). Escrito por Carlos Maul em 1961, e publicado em: ARAGÃO, José Campos de. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973, p. 141-144. O propósito dessa citação reside na necessidade de reafirmarmos a versatilidade de símbolos que envolvem a representação anticomunista, e que contribuem, até por meio da linguagem “poética”, para sedimentar as afetividades contrárias ao comunismo.

² PILLAR, Olyntho Luna Freire do. Mês histórico. *Revista do Clube Militar*, ano XIV, Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1941 n. 62, p. 17.

³ Id. A proclamação da República foi um ato concebido verticalmente, de cima para baixo, sem qualquer participação popular mais contundente. Nesse aspecto, José Murilo de Carvalho reitera que o esforço despendido pelos próceres republicanos para popularizar o evento “não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio...”. Carvalho analisa as diversas correntes republicanas que estavam inseridas na luta pela aquisição dos “títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime”; colocando em questão a própria natureza do regime. À figura de Deodoro era atribuída a República Militar; em Benjamin Constant configurava-se a República Sociocrática; Bocaiúva representava a República de viés liberal. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, pp. 35-54, 141.

Outro feito de repercussão se registrava a 19 de novembro de 1889, quando o Decreto n. 4 do governo provisório, criou a bandeira da república brasileira, “que hoje cobre soberba, impávida, absoluta, o vasto e opulento território pátrio”.⁴ Em 1937, a 10, a “clarividência” de Getúlio Vargas instituía o “Estado Nacional”, “mercê do qual saltares frutos hão, sem dúvida, advindo”.⁵

Embora a maior parte dos fatos do novembro histórico correspondesse, na perspectiva de Olyntho, às façanhas de antepassados e contemporâneos, um acontecimento em especial, inserido no périplo republicano enlutava a estatística das realizações nacionais:

A 27, do lutuoso ano de 1935, é escrita a mais rubra e trágica epopéia, em que tomaram na liça da hora e do civismo oficiais e praças, em defesa das nossas gloriosas tradições liberais, consentâneos com a índole do nosso povo laborioso e bom.

As romarias anuais, que nessa efeméride são levadas a termo, ao Mausoléu dos bravos militares são de fato e de justiça, preito de saudade e de veneração do Brasil agradecido e livre.⁶

A remessa aos diligentes atos glorificados do passado, nada mais era do que o esforço para legitimar afetivamente as ações no presente histórico. A bandeira e a República menos escamoteavam e mais eram coadjuvantes de uma montagem que convocava os leitores ao propósito de fundo no texto do militar.

Pela manobra combinada de datas e eventos o narrador atingia o ponto central da questão, aludindo à insurreição armada organizada por militares ligados a ANL – Aliança Nacional Libertadora – e ao PCB – Partido Comunista do Brasil, que tomaram de assalto, em 27 de novembro de 1935, o 3º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, na antiga capital federal.⁷

⁴ Id.

⁵ Ibid., p. 18.

⁶ Ibid., p. 17-18.

⁷ É evidente a omissão do militar quanto às revoltas ocorridas nas cidades de Natal e Recife, a partir do dia 23 de novembro de 1935. Voltaremos a tratar dessa conduta que obscurece os acontecimentos daquelas duas capitais e enaltece as ocorrências no Rio de Janeiro.

Fato que para o intérprete deslustrava nosso passado político, a insurreição está presente como verbete no “Dicionário Brasileiro de Datas Históricas”,⁸ que dedicou extensa citação para os quatro dias em que eclodiram revoltas nas cidades do nordeste e na ex-capital do país.

A menção comprova que o acontecimento figurou ao lado de outras datas do mês de novembro, requisitadas em maior número de vezes pela história pátria para acerbar e engrandecer episódios considerados mais marcantes do que ela.

As contingências históricas e o Dr. Olyntho, mesmo que fosse para depreciá-la, emparelharam a revolta a comemorações de peso como o dia da república, da bandeira, e até com o 10 de novembro, dia do golpe do Estado Novo, e para o contexto aqui aplicado, evento de razoável importância.

Tal episódio, enquadrado no âmbito das polarizações ideológicas em curso durante a década de 1930 – e que anunciavam as fraturas havidas no sistema liberal – marcou decisivamente a história política do país. Pejorativa e costumeiramente qualificado de “Intentona Comunista”, o evento traumatizou as relações existentes entre as práticas dos comunistas brasileiros e a sociedade envolvente.

O anticomunismo de guerra, intensamente divulgado ao longo do segundo semestre de 1941, nada mais era então, que uma tática obscurecida pelo vigor da ritualização que envolvia os mortos e os vivos do levante de novembro.

Pode-se afirmar que a sublevação de novembro de 1935 formalizou institucionalmente o anticomunismo brasileiro, revestindo-o de uma natureza profundamente calcada no imaginário mitológico.

Nessa perspectiva, residiu a preocupação em problematizar as ritualizações constantes na homenagem aos mortos da Intentona, apreendendo-as na construção de suas simbologias e mitologias, e na medida em que essas manifestações apresentaram, ao longo do tempo, um caráter de exaustiva repetição. Essa reincidência se deu por meio de limitado inventário simbólico e através de uma linguagem submetida à gestão das paixões políticas.

⁸ A consulta foi realizada tendo por base uma edição de 1992. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. (Org.). *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1992, pp. 716, 719, 722.

Na análise do culto cívico destinado a homenagear anualmente os soldados legalistas mortos por ocasião da “Intentona”,⁹ a ênfase recaiu especialmente sobre a manifestação ocorrida em Curitiba a 27 de novembro de 1942. O ato mobilizou parcelas significativas da sociedade local e foi encabeçado e concebido pelo General Newton de Andrade Cavalcanti, comandante da 5ª Região Militar estabelecida na cidade.¹⁰ A análise sobre a pontualidade tentou não subtrair a importância que essa prática abrigava em outros quadros espaciais, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, *locus* privilegiado onde a manifestação capitalizou maior eficácia.

O tema da homenagem aos mortos é/era particularmente caro ao imaginário social anticomunista. Aparecia como um conjunto coordenado de representações através do qual a coletividade que interagira com ele designava em particular o grupo a ele próprio, distribuía as identidades e os papéis, expressava as necessidades coletivas e os fins a alcançar.

Os sistemas de representações traduzidos pelo imaginário anticomunista, sobretudo àqueles onde repousava a ritualização anual, fixavam simbolicamente as normas e valores pelos quais a coletividade se autodesignava. No entanto, o sentido das representações jamais podia estar dissociado da prática efetiva, dimensão em que a dialética se revelava em seus postulados de coerência.¹¹

⁹ O texto apresentado neste capítulo não tem como objetivo evidenciar a originalidade. Um trabalho que podemos considerar pioneiro é a Dissertação de Mestrado de José Roberto Martins Ferreira, defendida em 1986. A perspectiva de Ferreira, no entanto, é diferente da nossa. O autor trata dos discursos anticomunistas produzidos especificamente pelo Exército por ocasião dos aniversários da “Intentona”, e para consumo dos militares exclusivamente. Nesse aspecto, Ferreira utiliza como fontes privilegiadas “Ordens do Dia” emitidas pelos ministros da Guerra e/ou do Exército, e as alocações pronunciadas por generais. Outra diferença está em que Ferreira concentra-se em investigar os discursos militares sob o amparo da “Análise de conteúdo do discurso”, utilizando como suporte teórico o que chama de “junção inteligente”, reunindo metodologias da sociologia política, da sociologia das organizações, das teorias da ideologia, da lingüística e da semiologia. FERREIRA, José Roberto M. Op. cit., especialmente, Capítulo 4 – “O Discurso Anticomunista do Exército: Análise de Conteúdo”, pp. 144-219.

¹⁰ É de estranhar que o ritual de homenagem aos mortos, também constatado por Nelson Werneck Sodré, ocupe apenas algumas linhas em seu estudo sobre a história militar brasileira: “A solenidade pública em que se punha mais ênfase era a 27 de novembro quando, junto aos túmulos das vítimas da rebelião de 1935, vociferavam-se todos os chavões anticomunistas”. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 278.

¹¹ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, pp. 21-22.

Para que essa coerência estivesse garantida, era necessário que o saber sobre o fenômeno – em nosso caso o imaginário anticomunista – fosse monopolizado pelos especialistas no manejo dos bens simbólicos. Essencial também era o fato de que os símbolos e mitos contidos no ritual (a homenagem aos mortos) funcionassem como processos integrados incentivando a reatualização fundada na repetição.

Entretanto, de nada valeria o esforço da repetição se não fossem agregados a esse movimento dois elementos potentes de inculcação e fertilização dos imaginários.

O primeiro se configurava pelo aporte a instrumentos materiais como os veículos de comunicação, como rádio e jornais, dedicados a amplificar a produção de sentidos. O segundo elemento, complementar, era definido pela “sedução verbal” do emissor que comportava a capacidade para acionar os mecanismos simbólicos.¹²

Essa articulação permite constatar que o imaginário anticomunista somente pode ser veiculado se estiver dissimulado no acervo simbólico de uma sociedade, apta à apreensão de seus significados.

Ao detalharmos o significado sobre o germe do comunismo, tal como imaginado e disseminado pelo anticomunismo, vemos que ele presumia as insurreições populares através do impacto de uma revolução. Na imaginação anticomunista, ao promover o desafio às instituições e hierarquias, o comunismo armava a possibilidade de implantação de uma ordem inversa, deformada e contrária aos valores da cultura política tradicional. Por ser portadora de uma doutrina internacionalista, a idéia comunista depunha, da mesma forma, contra os imperativos da nacionalidade e de uma totalidade depreensível.

Dito de outro modo, o comunismo canalizava por meio de seus agentes, os estigmas da violência, da destruição, da corrupção moral, da desordem e do caos. Suscitava no seio de uma coletividade, sentimentos de temor, ódio e repulsa, amalgamados aos mitos negativos e às reais vicissitudes e contradições enfrentadas pelas populações dos regimes comunistas, notadamente o soviético.

¹² Ibid., p. 50.

Devemos evidenciar a visão hipertrofiada que os anticomunistas brasileiros tenderam a representar sobre a efetiva capacidade de o comunismo ser implantado no Brasil. Em certas conjunturas, um imaginário hiperbólico ultrapassou em muito, o resultado histórico do comunismo no país, servindo de pretexto para dissimular estratégias de dominação política, para empreender intensa repressão, bem como criminalizar a atividade pública por meio de ações que não atingiram somente comunistas.

Por outro lado, seria imprudente não reconhecermos que uma parcela das visões sobre o comunismo soviético durante o período stalinista apresentava uma base literária amplamente divulgada. A sincera convicção pela qual diversos segmentos da sociedade brasileira nutriam seu temor ao comunismo durante àquele período, também é inquestionável.¹³

Algumas percepções sobre as políticas de coletivização desencadeadas por Stálin no final da década de 1920, os processos de Moscou que vitimaram centenas de milhares de quadros do PCUS, e de oficiais de alta patente do Exército Vermelho, começavam a ressoar com insistência nas consciências de anticomunistas e de tantos outros.¹⁴

¹³ Remetemos esse argumento ao trabalho de Carla Luciana Silva, que apresenta e analisa em um dos seus capítulos, uma copiosa literatura produzida por supostos “entendidos” da realidade russa, que, após visitarem o país, apresentavam relatos apologéticos ou detratores da “realidade socialista”, a partir das políticas empreendidas pelo stalinismo. Nessa literatura, já estão implícitas certas percepções sobre a existência de campos de trabalho, processos de expurgo e fuzilamentos. Nas páginas 120-121 de sua pesquisa, Carla fornece uma listagem de livros, aduzindo que “esse interesse era mundial. Para termos uma idéia de sua relevância listamos alguns livros referentes aos primeiros anos da década de 1930, a maioria contrários, mas alguns favoráveis ao regime” (grifo nosso). Cf. SILVA, Carla Luciana, op. cit., especialmente cap. 4: “União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: a ‘onda vermelha’ sustentando a ilusão no comunismo”, p. 119-173.

¹⁴ Roger Dadoun caracterizou o terror stalinista pelo exercício de uma violência qualitativa, que utilizou métodos econômicos e quase cirúrgicos. Segundo Dadoun, a prática terrorista stalinista foi extensiva e igualitária porque todos estavam sujeitos aos *gulags* e os massacres se realizavam ao longo do tempo, “*esparramando milhões de vítimas em vastas extensões de terra que as engolfam*”. DADOUN, Roger. *A Violência: ensaio acerca do “homo violens”*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998, p. 23-42. A citação explícita é da p. 35. Em 1943, os nazistas descobriram na floresta de Katyn, milhares de ossadas de poloneses assassinados pela NKVD. Segundo François Furet: “Já em setembro de 1939, comandos do NKVD seqüestraram, com um cuidado particular, na Polônia Oriental, tudo o que o setor podia ter em matéria de quadros presentes ou futuros da resistência nacional (...) cerca de 15 mil homens, metade sob o uniforme, outra metade composta por professores, jornalistas, advogados, médicos e padres. Eles foram divididos em três campos de concentração soviéticos, Ostachkov, Kosielski e Starobielsk. Todos os de Kosielski – um pouco menos de cinco mil homens – foram assassinados em abril de 1940, na floresta de Katyn, com

Assim, a homenagem ritual aqui retratada, e prestada aos mortos da “Intentona”, aproveitava-se de uma imaginação anterior desenvolvida em séries de argumentos que realçavam oposições, e se colocava nos termos de uma tradição inventada,¹⁵ fundamentada em leituras das realidades interna e externa.

Nesse aspecto, as tradições inventadas se apresentam como reação a situações históricas novas, e ilustram o contraste entre as inovações do mundo moderno – técnicas e políticas – e a luta pela manutenção de um passado imutável. Por conseguinte, as tradições inventadas dependem de práticas fixas, repetitivas, e são determinadas por um inventivo, mas escasso repertório de símbolos. Assim, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”.¹⁶

Embora tenhamos em conta que é necessário, por parte da historiografia, cobrir todos os registros possíveis e mais variados sobre o anticomunismo, a homenagem aos mortos é um momento crucial no qual se constrói uma espécie de obra de consolidação do anticomunismo no Brasil.

É imprescindível salientar que a tradição de homenagem aos mortos se instalou como prática precedente ao Estado Novo e sua elaboração foi um processo concomitante ao recrudescimento das formas jurídicas que visavam combater a subversão política no país.¹⁷ Era o próprio Vargas, através das anotações do “*Diário*” em 28 de novembro de 1936, quem testemunhava e noticiava o “nascimento” da tradição:

uma bala na nuca. Ninguém nunca soube nada dos dez mil outros infelizes, cujas ossadas jazem, sem dúvida, em algum lugar na terra russa ou bielo-russa”. Cf. FURET, François. Op. cit., p. 391-392.

¹⁵ Hobsbawm define “tradição inventada” como um termo utilizado em sentido amplo, mas nunca indefinido e que remonta a duas espécies de práticas: 1) tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas; 2) tradições que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo. Nesse sentido, as tradições inventadas referem-se a um “conjunto de práticas (...) de natureza ritual ou simbólica, destinadas a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”. Ver: HOBBSAWM, Eric J. A Invenção das Tradições – Introdução. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995, pp. 9-23.

¹⁶ Ibid., p. 21.

¹⁷ Notas 8 e 16 do capítulo anterior. Em janeiro de 1936 foi criada a CNRC, Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com o objetivo de investigar sumariamente atos ou crimes contra as instituições, e indicar a abertura de processos administrativos ou judiciários, centralizando as medidas de repressão aos participantes ou simpatizantes da revolta de 1935. Foi dissolvida em setembro de 1937.

À tarde, fui com o ministro da Guerra ao Cemitério de São João Batista deixar flores e prestar homenagem aos oficiais e praças mortos no Movimento Comunista de 27 de novembro de 35, que completara seu primeiro aniversário no dia da chegada do presidente Roosevelt. Por isso, a homenagem aos mortos foi prestada no dia seguinte. Lá estavam vários generais.¹⁸

Cultuar civicamente os mortos tem como característica uma longa datação. Segundo Ariès, os primeiros soldados mortos a serem homenageados com um túmulo comemorativo foram os vitimados nas guerras civis da Revolução Francesa, com direito a monumento, capela expiatória e cemitério. O mesmo autor destaca que, para que a lembrança dos mortos não se apagasse depressa na memória pouco sentida dos vivos, a operação de homenagear os mortos em guerra incorporava a participação da igreja, ciente de que era sua vocação manter o culto. Na França, por exemplo, a guerra de 1914, deu ao culto cívico dos mortos uma difusão e um prestígio que nunca antes conhecera.¹⁹

No Brasil, a tradição de homenagem aos mortos de 1935, começada provavelmente em 1936, estendeu-se até meados da década de 1990, na sua forma de convocação da coletividade. Embora nos últimos anos o ritual tenha ficado restrito aos quartéis, sempre se procurou dar-lhe extrema visibilidade por meio da imprensa e da publicação de ordens do dia dos ministros militares.

A manifestação também foi reforçada pela construção de objetos biográficos, numa atitude que demonstrava o esforço de preservação sobre a memória do fato. Para Motta, o mausoléu inaugurado em novembro de 1940 no Cemitério de São João Batista resolveu um problema que encobria o brilho da solenidade. Antes dessa data, as autoridades e a coletividade se obrigavam a duas romarias cívicas, pois que, oficiais e praças estavam sepultados em cemitérios diferentes. O monumento criado em São João Batista veio democratizar a cerimônia, porque reuniu, num mesmo lugar, os restos mortais de oficiais e subalternos.²⁰

¹⁸ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário, 1930-1936*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, p. 563. v.1.

¹⁹ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, pp. 595-599. v.2.

²⁰ Os restos mortais dos praças estavam depositados no Cemitério de São Francisco Xavier. MOTTA, Op. cit., p. 82-83.

Na já citada edição de novembro-dezembro de 1941, a *Revista do Clube Militar* dedicava inúmeras páginas à concentração cívica junto ao Monumento no Cemitério de São João Batista. Ao depositar uma coroa de flores no pedestal do monumento, Vargas deu início à cerimônia, traduzida por uma imagem que retratava o homem-síntese (Vargas), curvando-se ao homem comum (o soldado morto). A presença numerosa das forças armadas, da juventude escolar, delegações de sindicatos trabalhistas e “grande massa popular, emprestaram à romaria uma grandiosidade impressionante”.²¹ Lembremos que Vargas era freqüentador habitual dessa espécie de cerimônia, e tradicional intérprete da “vontade” dos mortos quando a ocasião propiciava o seu comparecimento. Esse fato foi constatado no longínquo ano de 1908, quando, aos pés do túmulo do seu mentor e padrinho político, Júlio de Castilhos, Vargas proferiu um discurso fúnebre homenageando a obra do caudilho sulriograndense.²²

Como veremos, a não ser por tratar-se de um empreendimento quase que individual, as motivações ativadas pelo General Cavalcanti junto à coletividade curitibana em 1942, pouco diferem dos procedimentos empregados por ocasião da homenagem aos mortos em 1941 no Rio de Janeiro.

Ali, estavam presentes os materiais elementares que conferiam eficácia à ritualização. A etiqueta e a pompa protocolar satisfaziam e organizavam com rigidez o verbo afinado das representações oficiais. Falava-se em nome da sociedade civil, delegava-se voz aos altos oficiais das Forças Armadas, na demonstração cabal de que todos os elos sociais estavam suficientemente garantidos pela solidariedade comum contra as “doutrinas prejudiciais” e “inimigas da sociedade”.²³

²¹ Aos que se sacrificaram em defesa da Pátria. *Revista do Clube Militar*, op. cit., p. 61.

²² “A 24 de outubro [de 1908], coube a Getúlio proferir em nome do Partido Republicano, a oração na romaria ao túmulo de Castilhos. Nela ainda ressoa o timbre da campanha do ano anterior e se renovam os sentimentos de fidelidade aos ensinamentos e princípios do líder desaparecido, assim como de solidariedade à direção do Sr. Borges de Medeiros”. FONTOURA, João Neves da. *Memórias*, 1º Volume. Porto Alegre: Globo, 1958, p. 11; *Apud* RODRÍGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 126.

²³ ANSART, op. cit., p. 221.

Ano após ano, as romarias rituais se enraizavam no cotidiano e consagravam o “heroísmo brasileiro”, encarnando o espírito da nacionalidade e cimentando, no imaginário social, a herança anticomunista.

No ritual de 1941, Vasco Leitão da Cunha, Ministro interino da Justiça passava em revista os nomes de todos os militares abatidos em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Prorrompia num preito de gratidão, aludindo ao ato de bravura que redimiu a vida de milhões de brasileiros através da morte de outros brasileiros, pois, “destes a vossa vida para salvar os nossos lares, as nossas liberdades, a nossa civilização cristã”.²⁴

Em suas raízes culturais, é interessante mencionar que a homenagem anual aos mortos pelo comunismo no Brasil, se estabeleceu numa ordem diversa daquela descrita por Benedict Anderson, quando o autor se referiu aos cenotáfios como o símbolo mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo.²⁵

A homenagem aos mortos silenciosos se metamorfoseava em apologia do regime, como se do gesto de 1935 emergisse antecipadamente o Estado Nacional, irrigado pelo sangue dos soldados:

Impôs-se aos poucos da consciência do país a necessidade de reforma das instituições, a fim de evitar novos sacrifícios sangrentos. Do contacto fecundo do vosso sangue com a terra germinou o Estado Nacional. Dois anos eram passados sobre o vosso túmulo e já o Brasil, afastando-se igualmente dos extremismos da esquerda e da direita, moldava as instituições que convinham aos verdadeiros interesses da Nação. Suas raízes, mergulham fundo na terra da Pátria, regada por aquele sangue generoso.²⁶

Se a sedução verbal é condição de coerência para que a linguagem política repouse num sistema de fluidez e legitimação, é importante frisar que o momento propício de exaltação ao soldado-herói morto e, no mesmo movimento, a

²⁴ Aos que se sacrificaram pela Pátria. Op.cit., p. 62.

²⁵ Anderson afirma que “A reverência pública ritual a tais monumentos, precisamente porque estão deliberadamente vazios, ou ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra precedentes em épocas passadas. Para que se sinta a força dessa inovação, basta imaginar a reação geral a algum introneto que ‘descobrisse’ o nome do Soldado Desconhecido, ou insistisse em introduzir dentro do cenotáfio alguns ossos de verdade. Seria um sacrilégio de estranha espécie, contemporânea!” Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 17. Este não é o caso dos “nossos” mortos. Ali, era preferencial ligar os nomes dos soldados mortos e os seus restos mortais à nacionalidade brasileira, para acentuar mais ainda o fosso que separava os comunistas dos brasileiros de verdade.

²⁶ Cf. op. cit.

depreciação ao inimigo comunista, requerem a aproximação com fórmulas que assegurem a permanência do ritual no tempo.

Quais os bens simbólicos que estavam em jogo no cerimonial e por quais meios esses artefatos eram acionados para garantir a permanência?

O recurso às modalidades de convencimento, através do repertório imaginário intervinha não somente na constituição, mas no aperfeiçoamento contínuo dos significados correntes acerca do sujeito comunista e reinventava o sujeito anticomunista como seu feroz opositor.

Os bens de “significado ideológico” eram empregados no papel de expressarem e difundirem os mecanismos que visavam a inculcar os valores, os afetos e as repulsas. Exigiam do receptor da mensagem política não uma posição de mero conformismo ou passividade diante de um sentido imposto. Era fundamental que o registro encampasse a reprodução e a devolução da mensagem sob a forma de condutas significativas.²⁷

Uma característica marcante do ritual se dava sob a forma de materializá-lo como ato que nunca devia ser encerrado. Ele ultrapassava a si mesmo na sua função simbólica, apontando para o futuro a ser preservado por meio da atitude vigilante de todas as classes no intervalo anual que separava uma cerimônia de outra.

Assim, reiterar a idéia de continuidade na luta comum frente ao sempiterno inimigo soava como um argumento de peso e brado de alerta. O “feito imperecível” firmado pelo discurso dos delegados que se sucediam na melopéia interminável, tendia a manter a perplexidade da audiência diante das ações criminosas dos recalcitrantes vermelhos, estreitando os laços entre mortos e vivos: “Junto ao túmulo das vítimas da sanha bolchevista, o Brasil inteiro – povo e dirigentes – se manteve de pé. Foi como um juramento solene dos brasileiros de vigiarem sempre, de se manterem alerta contra todo e qualquer atentado à integridade da Pátria”.²⁸

²⁷ ANSART, *Ideologias...*, op. cit., p. 84.

²⁸ Aos que se sacrificaram em defesa da Pátria. Op.cit., p. 61.

Para legitimar suas potencialidades simbólicas, era imprescindível estar presente no ritual anticomunista um discurso de corte nacionalista. Nada mais eficaz para essa operação se concretizar, do que a menção repetitiva aos mortos que entregaram sua vida como moeda de troca em defesa da nação. Como sublinhou José Gil, “é necessário que a nação produza mortos para que se realize a sua essência”,²⁹ sobretudo, quando esta essência estiver vinculada a um perigo ideologicamente superestimado tal como presente no imaginário sobre o comunismo. De fato, o perigo comunista aparecia adequadamente colocado para que a história nacional, nesses momentos, se realizasse pelos mitos, “pelos mortos, pelos militares conhecidos e desconhecidos”.³⁰

No entanto, o ritual também se instalava em privilégio das denúncias de conspiração, de engendramento de um complô, acentuado mais ainda, pelo caráter de clandestinidade e segredo que sempre repousou na prática “subterrânea” dos comunistas.

A marca de distinção dessa imagem esteve ancorada no interior de um largo período temporal, tendo em vista que foi a partir de eventos como a “Intentona” de 1935, que o anticomunismo cristalizou-se como um sentimento socialmente aperfeiçoado em seu núcleo de representações, e fortaleceu o clássico mito da conspiração.³¹

O mito da conspiração pode ser considerado como uma fabulação construída sistematicamente em torno de imagens detratórias e negativas que nomeiam os inimigos sociais. A fabulação atribui aos inimigos mecanismos simbólicos e materiais com vistas à dominação do mundo. Os elementos que normalmente perpassam essa fabulação são o segredo, a delação, a espionagem, a chantagem, a sabotagem, o aliciamento, as redes de controle e de informação presentes no conjunto do corpo social, e que são refinados ainda pela sua natureza invisível e pela sua capacidade de ampliação.

²⁹ GIL, José. Nação. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 14 – Estado-Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 300.

³⁰ Idem, p. 301.

³¹ Raoul Girardet, no seu estudo sobre os mitos políticos, dedica um capítulo sobre o tema da conspiração no imaginário político. GIRARDET, Cf. op. cit., p. 25-62.

Contribuí ainda a recorrência a imagens que representam os inimigos, no caso particular, os comunistas, como articuladores de intervenções políticas violentas, ou pelo seu repúdio às instituições basilares da cultura ocidental, notadamente, a religião cristã, a família monogâmica, a propriedade etc.³²

Essas imagens ainda tendem a derivar para uma interpretação que se acerca das estruturas antropológicas que convertem os “inimigos sociais” comunistas, aos imaginários da teriomorfia – que animaliza os seres humanos; e da nictomorfia, que os associa aos seres habitantes das trevas e da escuridão da noite.³³

No Brasil, essa representação foi especialmente favorecida pelos longos períodos de clandestinidade do Partido Comunista do Brasil, e pela mitificação do levante militar-comunista de novembro de 1935. Esse evento foi interpretado pelo imaginário mitológico como obra máxima de malignidade contra a sociedade, além de marcar uma profunda quebra de coesão e de hierarquia no seio da corporação militar, o Exército em particular.

O legendário do complô reafirmava o rigor da compartimentação interna e da estrutura hierárquica do Partido Comunista. A condição de ilegalidade em simbiose com a clandestinidade espacial, contribuía na leitura sobre o completo anonimato dos comunistas para a realização de reuniões e conselhos. Sob a imagem da organização ainda pairava a mística do segredo e da cumplicidade, pelo juramento do silêncio.

Nessa representação anticomunista, embora valorizada pelos próprios comunistas, o integrante da organização fosse qual fosse sua posição na hierarquia era cúmplice ligado pelo juramento, e um castigo inexorável não poderia deixar de atingir aquele que ousasse traí-lo.³⁴

Ademais, não era unicamente na esfera do político que os comunistas imiscuíam sob a forma conspirativa. Na opinião de muitos contemporâneos, o

³² “As pregações anticomunistas delineavam o revolucionário como violento e desonesto no plano político, dissolvente e deletério no plano social, subversivo e agitador no plano institucional, dissoluto e imoral – ou amoral – no plano familiar e da sexualidade.” FERREIRA, Jorge. Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 72.

³³ Cf. DURAND, Op. cit., p. 69-111.

³⁴ Essa imagem foi muito utilizada pelo anticomunismo brasileiro quando ocorreu o julgamento dos militantes acusados do assassinato de Elza, a “Garota”. Sob o “juramento”: GIRARDET, op. cit., p. 34.

comunismo representava uma “insídia”, isto é, algo que pervertia o tecido social penetrando, inclusive, nas atividades culturais, como as artes e as letras.³⁵

Reunindo os aspectos que mais tendem a evidenciar o anticomunismo nas suas representações, e mesmo, nas suas relações com as mitologias políticas, poderíamos inseri-lo em algumas dimensões que caracterizariam a força de seu imaginário. Como fenômeno político, é relativamente autônomo e atua sem necessitar da existência legal de um partido comunista como base de enfrentamento, ou ainda, pode prescindir da efetivação de qualquer institucionalização da vida partidária. Como demanda simbólica, o anticomunismo absorve de diferentes esferas da cultura política suas justificativas de permanência, fundando-se em linhagens culturais como o liberalismo, o nacionalismo e o catolicismo. Tais linhagens, ou matrizes,³⁶ superam as práticas unicamente amparadas na repressão policial ou política, e oferecem um manancial de símbolos que revigoram as imagens sobre o comunismo.

O anticomunismo ainda apóia-se em argumentos presentes no ambiente externo, deslocando para o ambiente interno, as idéias, os (res) sentimentos, os juízos de outras culturas, adaptando-as e tornando-as legíveis para a sociedade receptora. Daí, a insistência do discurso anticomunista brasileiro em colar simbolicamente uma realidade a outra; neste caso, referindo-se sistematicamente aos dilemas da experiência soviética e transplantando-as mecanicamente para o cotidiano social e político do Brasil.³⁷

³⁵ Em 1941, o juiz do Tribunal de Segurança Nacional, Raul Machado, escreveu um opúsculo bastante divulgado, denunciando o modernismo como “produto da propaganda solerte de bolchevistas” e obra de demolição do espírito nacional: “Lembre-mos de que todo esse trabalho de demolição tende, apenas, a enfraquecer os pontos de resistência do organismo nacional, para a deflagração oportuna do surto epidêmico da revolução vermelha, depois de convenientemente preparado o caldo de cultura em que se irão desenvolvendo as bactérias do comunismo”. MACHADO, Raul. *A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1941.

³⁶ MOTTA, cf. op. cit. p. 15-46, estabeleceu matrizes ideológicas para o anticomunismo brasileiro, abordando a fundamentação doutrinária do anticomunismo, a partir de fontes matriciais que forneceram “argumentos para elaboração das representações acerca do ‘perigo vermelho’”: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

³⁷ Voltaremos a discutir esse aspecto no capítulo três do trabalho.

2.2 General Newton Cavalcanti e o ressentimento do vencedor, ou: “um dia na vida de um anticomunista”

*Pobres Comunistas!
Apesar do que tendes feito contra a nossa
Pátria; apesar de todo o mal que tendes
semeado; de todas mentiras que tendes
pregado e de todas as calúnias que tendes
engendrado nós vos lastimamos!
Lastimamos quando mereceis unicamente o
nosso mais exacerbado ódio!*³⁸

O anticomunismo de feição comemorativa, e que apresenta como propósito incitar os sentimentos de uma coletividade, é um objeto que se projeta preferencialmente no imaginário da cidade. Na medida em que os símbolos estão dados pelo espaço urbano, necessitam do gerenciamento dos agentes incumbidos de interagir e negociar os produtos do imaginário com a sociedade.

A cidade de Curitiba, exibindo a disposição comemorativa típica do período estadonovista, não se furtou a tornar-se também um centro privilegiado para a propaganda do regime. Com uma população em torno de 143.000 habitantes nos primeiros anos da década de 1940,³⁹ o denodo da imprensa local era apresentá-la como cidade inscrita no modelo progressista do Estado Novo, ordenando-a aos ditames da propaganda.

Esse aspecto era flagrante em certos exemplos que enalteciam manifestações culturais singulares;⁴⁰ transparecia também no discurso sobre a ausência da mendicância urbana;⁴¹ ou nas práticas de reorganização arquitetônica

³⁸ POMBO, Orlando Xavier. A hiena mostra as garras. In: _____. *Imunização Ideológica*. Curitiba: Tipografia da Penitenciária Central do Estado, 1950, p. 63.

³⁹ De acordo com o censo populacional consolidado em 01/09/1940, a população de Curitiba era 142.873 habitantes. *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano VI – 1941-1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 35.

⁴⁰ Tito Schipa estreará dia 29. *Gazeta do Povo*, 15 de agosto de 1940, s/p. Tito Schipa era um cantor lírico de fama internacional que, após muitas negociações por meio da empresa A. Mattos Azeredo e Filho, se apresentaria no Cine Teatro Avenida em 30/08/1940.

⁴¹ Uma cidade sem mendigos. *Gazeta do Povo*, 09 de julho de 1940. “Já se encontram em diversos pontos da Capital, agindo com prudência muitos mendigos falsos, valendo-se do bom coração do povo, para ganhar a vida sem muito esforço. Afirmamos que se trata de simples exploração, por isso que os verdadeiros pobres não têm necessidade de implorar a caridade pública, quando é certo que encontram amparo imediato, desde que solicitem. (...) Em se tratando de indiscutíveis extorsões, as associações de caridade, em colaboração com a polícia, deveriam

remodelando-se praças, alargando-se ruas, fazendo-se desaparecer construções antigas para surgir uma arrojada arquitetura.⁴²

Como uma das sedes do I Congresso de Brasilidade, evento marcado por um ciclo de conferências em comemoração ao 4º aniversário do Estado Novo,⁴³ ou engajando-se a campanhas que visavam a auxiliar o país no esforço de guerra,⁴⁴ a cidade ganhava visibilidade, e se tornava em local propício para empreendimentos políticos afetivos, de ordem cívica e comemorativa.

Entretanto, aguçar as sensibilidades, desenvolvendo e disparando os dispositivos de atração que constituíam o suporte político de um regime, era a parte que cabia aos profissionais da dramaturgia política.

Conforme essa designação, o imaginário tem como uma de suas perspectivas iluminar o fenômeno político, pois que é dele uma parte constituinte, e todo sistema de poder, desde o democrático ao totalitário, é dependente de certas regras que aproximam a arte dramática da arte de governar.⁴⁵ Obedecendo à lógica de colocar o “poder em cena”, o ator político aplica estratégias que implicam na dramatização do político, administrando a montagem do cenário, organizando o figurino, distribuindo os papéis coadjuvantes e conclamando a audiência para a fundação de uma relação catártica.

O papel desempenhado pelo General Newton de Andrade Cavalcanti, na homenagem aos mortos da Intentona exige discernimento tal para a

adotar medidas enérgicas, destinadas a manter para Curitiba o título orgulhoso de ‘CIDADE SEM MENDIGOS’, título que se pretende arrebatar, e que não devemos permitir”.

⁴² Acentua-se dia a dia o progresso de Curitiba. *Gazeta do Povo*, 15 de agosto de 1940, s/p.

⁴³ O I Congresso de Brasilidade, realizado entre 10 e 19 de novembro de 1941, contou com a presença de 13 conferencistas, entre militares, professores universitários e secundaristas, magistrados, diretores de entidades públicas. A edição das conferências ficou sob responsabilidade do Serviço de Estatística, Divulgação e Turismo da Prefeitura Municipal de Curitiba. *PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA*. Curitiba e as Comemorações do Estado Novo – Conferências. Curitiba: SEDT, 1942. Acervo da Biblioteca Paranista Júlio Moreira, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

⁴⁴ Com a entrada do Brasil na guerra em 1942, foram impulsionadas campanhas visando a defesa nacional. Uma delas foi chamada de “campanha do metal”, que consistia em angariar peças de metal e encaminhá-las à capital federal, como forma de contribuir com o governo no esforço de guerra. Em Curitiba, o local escolhido como centro de coleta dessas peças foi a praça Rui Barbosa, que, a partir de abril de 1942, sediou um evento chamado I Grande Exposição de Curitiba. Verificar, por exemplo, o Jornal *Gazeta do Povo* entre os meses de abril a novembro de 1942.

⁴⁵ BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: UnB, 1982. Especialmente p. 5-21.

“teatrocracia”.⁴⁶ Ele conseguiu acumular a responsabilidade pelo texto do enredo, pela direção e pela interpretação do cerimonial elevando-o à condição de drama. A cidade é Curitiba. O ano, 1942.

Com longa folha de serviços prestada no primeiro período Vargas (1930-1945), Cavalcanti se notabilizou, a despeito de uma suposta obscuridade, pelo combate pertinaz ao comunismo no Brasil. Nascido em Alagoas, no ano de 1885, foi militar revolucionário em outubro de 1930, o que provavelmente facilitou a aproximação e a confiança de Vargas e da alta hierarquia do Exército, tendo sido nomeado Chefe da Casa Militar da Presidência em 1935. Antes, em 1933, ainda na patente de Coronel, foi comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, em substituição ao General Raimundo Barbosa, que foi detido por abandono de cargo.⁴⁷

A trajetória institucional como anticomunista resulta da nomeação de Cavalcanti em janeiro de 1936, como membro da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo – CNRC – organismo criado com a finalidade de investigar atos e/ou crimes contra as instituições, sugerir processos administrativos e judiciários, visando a repressão aos participantes civis e militares do levante de novembro de 1935.⁴⁸

Na sua disposição de colaborar com o regime, Cavalcanti exerceu uma espécie de Interventoria tampão nos Estados do Mato Grosso (de 28/8/1935 a 7/9/1935) e Rio de Janeiro (de 8/11/1935 a 12/11/1935).⁴⁹ Incentivou, com sua participação na Comissão do Comitê Olímpico Internacional, através da obtenção de fundos, a viagem de uma delegação brasileira para a disputa das Olimpíadas de Berlim em 1936.⁵⁰

⁴⁶ Forma de regulação da vida cotidiana. Impõe-se como um “regime permanente” face aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos. Implica na teatralização da vida política e ilustra de maneiras variadas, uma espécie de “tribunal teatral” onde se encenam as peças do jogo político, abarcando as manifestações da existência social, notadamente as do poder. *Ibid.*, p. 5.

⁴⁷ VARGAS, *Diário...*, op cit. p.190.

⁴⁸ Nota 17, página 75. A CNRC era presidida por Adalberto Correia, deputado federal do Rio Grande do Sul, pelo PRL, Partido Republicano Liberal, fundado por Flores da Cunha. A CNRC foi dissolvida em setembro de 1937.

⁴⁹ VARGAS, *Op. cit.*, pp. 484 e 486. v. 2.

⁵⁰ Os outros integrantes da Comissão eram Arnaldo Guinle, Alaor Prata e Herbert Moses. Cf. VARGAS, *Op. cit.*, p. 470.

Comissionado para superintender a execução do estado de guerra em 1937,⁵¹ teria declarado de forma contundente o seu anticomunismo: “Vejam bem qual é o nosso ponto de vista: neste momento não são inimigos da Pátria apenas os adeptos e simpatizantes do comunismo, mas também os indiferentes”.⁵²

A experiência como vanguardeiro anticomunista não somente lhe proporcionou ascensão no interior da corporação militar,⁵³ mas conferiu relevo na sua atuação como comandante de regiões militares.⁵⁴ Essa dedicação também o investiu no papel de mediador entre os interesses dos integralistas e o governo, sobretudo, nos dias que antecederam o golpe de novembro de 1937.

Estabelecido com maior evidência na mediação e como articulador pela continuidade do integralismo, aparece o personagem, o ator político Newton Cavalcanti. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* no dia 26 de outubro de 1970, Plínio Salgado, ex-dirigente da AIB reforçou o papel de Cavalcanti como seu contato militar junto ao governo e promotor de garantias da preservação do integralismo sob qualquer circunstância.⁵⁵

Dessa forma, não surpreendeu sua presença perfilada com Vargas, em 1º de novembro de 1937, ao assistir e passar em revista cerca de 20 mil integralistas,⁵⁶ na passeata de fidelidade ao regime orquestrada por Plínio Salgado, e, bem possível, com o aval de Cavalcanti. É interessante mencionar que a fidelidade se ajustava a um possível endurecimento do regime, mas ela também se constituía como forma de assegurar a sobrevivência da AIB, e, ao mesmo tempo, como demonstração de força do movimento.

Nesse dia, Vargas escreveu:

⁵¹ Ao lado do Almirante Dario Paes Leme e de José Carlos Macedo Soares, Ministro da Justiça.

⁵² *Jornal do Brasil* de 9/10/1937. Citado em MOTTA, Op. cit., pp. 34 e 222.

⁵³ General de Brigada em 1935 (VARGAS, Op.cit., pp.440 e 441. v.1) e General de Divisão em 1942 (VARGAS, Op.cit. p.471. v. 2).

⁵⁴ Comandante da 7ª RM no Recife em 1936; Comandante da 5ª RM em Curitiba em 1942 (VARGAS, Op.cit. pp. 491 e 493. v.2).

⁵⁵ A entrevista de Plínio Salgado está citada em: CAMPOS, Op. cit., p. 77.

⁵⁶ Segundo Robert Levine, em 1/11/1937 “Plínio Salgado fez desfilar milhares de camisas verdes pelas ruas do centro do Rio de Janeiro rumo ao palácio presidencial, onde Vargas e o General Newton Cavalcanti, simpático ao integralismo, admirativamente passaram-nos em revista – do alto de uma varanda”. Ver: LEVINE, Robert, Op .cit., p. 247. McCann Jr. informa como data da passeata o dia 25 de novembro de 1937, o que, efetivamente, trata-se de uma incorreção. Cf. McCANN JR., Op. cit., p. 55.

À tarde compareço ao Catete, onde despacho com os ministros da Justiça e Educação, e recebo o General Newton Cavalcanti. Quando conversava com este, começou o desfile da concentração integralista pela frente do palácio. Fui assisti-la, acompanhado pelos generais Newton e Pinto. Mais tarde, chegou o ministro da Guerra, que assistiu ao resto do desfile. Certamente 20 mil integralistas desfilaram em continência ao chefe da nação.⁵⁷

A obediência de Cavalcanti ao regime viria a sofrer arranhões semanas após a parada integralista, e a sua fidelidade era colocada sob suspeita. O golpe de 10 de novembro de 1937 teve como uma de suas conseqüências a dissolução dos partidos políticos. O Decreto-Lei n. 37 de 2 de dezembro também atingiu a Ação Integralista Brasileira e motivou o ressentimento de Cavalcanti, porque talvez percebesse em Vargas, a clara intenção de uma maior aproximação com os integralistas, fato não cogitado pelo ditador.

No dia 9 de dezembro, Vargas anotou:

O ministro da Guerra mostrou-me a carta que o general Newton lhe escrevera e que [fora] distribuída clandestinamente em larga escala, pedindo demissão do comando da Vila Militar por causa da dissolução do integralismo. Lamentei o ocorrido, porque gostava desse general e porque ele foi solidário e auxiliou o Movimento de 10 de Novembro. Mas quis se arvorar em fiador do integralismo e arrogar-se a autoria de uma aproximação daquela organização comigo, o que não é exato.⁵⁸

Em situação desconfortável, sobre Cavalcanti ainda recairia a suspeita de estar envolvido, em março de 1938 numa conspiração militar que também contava com a participação de integralistas.⁵⁹

Reabilitado na década de 1940, foi nomeado por Vargas em abril de 1940, embaixador especial do Brasil para assistir a transmissão de Governo na Bolívia.⁶⁰

⁵⁷ VARGAS, Op. Cit., p. 79. v. 2.

⁵⁸ VARGAS, Op. cit., p. 91. v. 2. A íntegra da correspondência de Newton Cavalcanti a Eurico Gaspar Dutra pode ser encontrada e lida em: SILVA, Hélio. 1938 – *Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 138-143.

⁵⁹ Na bibliografia consultada não existe menção sobre o envolvimento do general Cavalcanti no chamado *putsch* integralista de maio de 1938. Numa reunião da cúpula militar em setembro de 1937, Newton Cavalcanti teria afirmado: “Acusam-me de integralista; não o sou. A calúnia é um recurso do comunismo. Com esta orientação sou de parecer que se não permita a influência de elementos políticos, nem mesmo integralistas. Só utilizá-los, se preciso, enquadrados na tropa, mas nunca como milícias. Nada de milícias”. Arquivo Eurico Dutra. Classificação Edvp 1936.01.07, Rolo 1, Fotograma 1072. CPDOC/FGV.

⁶⁰ VARGAS, Op. cit., p. 305. v.2. Enrique Peñaranda substituiria o General Carlos Quintanilla no governo da Bolívia, que ocupara o poder após a morte de Germán Busch.

Direitista extremado e principal protetor militar dos integralistas,⁶¹ Cavalcanti assumiria o comando da 5ª Região Militar em Curitiba em 1942, tendo seu nome aventado, inclusive, em 1943, para comandar uma divisão da Força Expedicionária Brasileira, o que não chegou a se concretizar tendo em vista que a formação da FEB se restringiu a uma divisão chefiada pelo General João Baptista Mascarenhas de Moraes.⁶²

O desenho político desse dossiê qualifica o general Cavalcanti para uma de suas principais tarefas na luta pela preservação e continuidade da tradição de homenagem aos mortos de 1935. De fato, o 27 de novembro foi, por muitas décadas, uma data singular para os anticomunistas brasileiros, em particular, para uma parte da hierarquia militar que investiu de forma redobrada no imaginário.

As prerrogativas de Cavalcanti como anticomunista ainda ressaltavam por sua destacada participação nas reuniões secretas promovidas por altas patentes militares. Esses conclaves, certamente, objetivavam a adoção de medidas drásticas para conter e sufocar possíveis ou imaginárias conspirações em curso, evitando assim, novos riscos de insurreição comunista.

Esse aspecto ficou evidenciado em setembro de 1937, pouco mais de trinta dias antes do golpe do Estado Novo, e da publicação do Plano Cohen. Em reunião realizada no Ministério da Guerra, com a participação da alta cúpula militar, Cavalcanti demonstrou a firme disposição de neutralizar o que julgava um plano comunista em execução. Tomando a palavra, o anticomunista sugeriu algumas ações estritamente de caráter militar, sem a concorrência de “elementos políticos”, metáfora que poderia ocultar, com alguma probabilidade, o encaminhamento da situação para uma ditadura militar:

Impõe-se uma ação imediata, em defesa do Exército, das instituições democráticas, da sociedade, da própria família ameaçados de morte.

Cabe ao Exército uma atitude enérgica, imediata, capaz de desorganizar o plano comunista e capaz de obrigar os poderes públicos a tomarem medidas rigorosas exigidas pelo momento.

Assim, é necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições, e da própria lei deturpada. Impõe ao Exército, às forças armadas, tomarem de surpresa os cabeças da ação comunista, prendê-los

⁶¹ McCANN JR., Op. cit., p. 281.

⁶² Id.

sumariamente e comunicar ao Governo que assim procedeu, para salvar o Brasil.

Mas é necessário que nesse movimento, exclusivamente militar, não tome parte nenhum elemento político, nenhum elemento civil. A iniciativa e a responsabilidade devem ser inteiras das forças armadas.⁶³

Agir fora da lei para garantir a lei com a ênfase redobrada no papel do Exército permite perceber Cavalcanti como guardião da nacionalidade, e dos valores de uma espécie de democracia de mão única que só interessava aos militares. A outra dimensão que tomava corpo no discurso anticomunista de Cavalcanti, era o registro da idéia de crise iminente:

Aí estão os achincalhes aos chefes militares, partindo até de congressistas. (...) Há uma corrente, um agrupamento comunista dentro do próprio Congresso Nacional, (...) A iminência de um novo golpe comunista é evidente. (...) já [tive] oportunidade de falar aos comandantes de corpos da Vila Militar, todos de acordo com a realização de um movimento impetuoso, geral, capaz de aniquilar imediatamente o adversário e evitar o desencadear iminente da ofensiva que se prepara, atentatória à organização nacional. (...) Para isso, impõe-se a imediata volta ao estado de guerra sem restrições, assim como a decretação da Lei Marcial em toda a sua plenitude.⁶⁴

O registro sobre a noção de crise é privilegiado nos discursos contra-revolucionários, neles funcionando no aspecto que mobiliza os agentes sociais. Acena-lhes para o risco da perda da identidade (o Exército deve agir, o Exército deve se impor), suscitando-lhes o medo da desagregação social traduzida pela revolução, e oferece-lhes a oportunidade de restaurar uma ordem não crítica graças à ação de alguns salvadores da ordem ameaçada – eis porque a crise, no discurso contra-revolucionário, é posta como crise de autoridade.⁶⁵

⁶³ Ministério da Guerra. Reunião Secreta de 27 de setembro de 1937. Arquivo Eurico Dutra. Classificação Edvp 1936.01.07, Rolo 1, Fotograma 1070. CPDOC/FGV. Os participantes dessa reunião foram os seguintes generais: Eurico Dutra, Góes Monteiro, Newton Cavalcanti, Coelho Neto, Almério Moura, Firmino Antonio Borba, Deschamps Cavalcanti, e o capitão Filinto Müller, chefe de polícia. A reunião foi secretariada pelo secretário do Ministério, coronel Benício da Silva. Também citado em: NOVELLI JR., Luiz Gonzaga; LEITE, Mauro Renault. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 232-238.

⁶⁴ Idem, Fotogramas 1071 e 1072.

⁶⁵ CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: _____; FRANCO, Maria Sylvia C. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 129.

Com isto, a imagem da crise serve para reforçar a submissão a um poder miraculoso que emana dos chefes esperados e que encarnam em suas pessoas a identidade possível da sociedade consigo mesma.⁶⁶

A crise é usada para fazer com que surja diante dos agentes sociais o sentimento de um perigo que ameaça igualmente a todos, dá-lhes o sentimento de uma comunidade de interesses e de destino e leva-os a aceitar a bandeira da salvação da sociedade supostamente homogênea.⁶⁷

Devido ao resultado da revolta comunista em 1935,⁶⁸ ocorreu uma maior aproximação entre os chefes militares, antes divididos por concepções divergentes sobre a organização. Ou seja, teria emergido a consciência de que a existência de um inimigo comum podia ser manipulada como fator de coesão maior, fazendo com que esta se estendesse aos demais escalões.⁶⁹

Considerando que a pregação marxista naquele contexto de exaltação nacionalista era insuportável numa instituição que tinha zelo pela hierarquia e pela disciplina, os militares recorreram a vários instrumentos simbólicos para garantir a coesão e sensibilizar o conjunto da sociedade. Esforçavam-se para serem vistos como defensores da nação reiterando uma unidade orgânica entre o poder invisível que lhes era delegado pelos mortos, e suas ações concretas de intervenção na vida política.

Dentro da lógica imaginária, o inimigo comunista estava camuflado e presente em todos os lugares – no local civil e no local militar – portanto, o perigo não surgia produzido somente enquanto monopólio dos militares. Acontece que o Exército tomou a dianteira pós-1935 na pregação anticomunista, aumentando o

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ As razões do fracasso da “Intentona” de 1935 são enumeradas por Carone, sem um aprofundamento analítico maior. O autor observa que os motivos que levaram o movimento ao fracasso são os seguintes: “fechamento da ANL; o recrudescimento da reação e do Integralismo; a ilegalidade do Partido Comunista e a ausência de liberdade da maioria de seus líderes; grande otimismo e a série de informações errôneas do próprio Partido Comunista; as provocações de agentes do governo infiltrados na clandestinidade; o conhecimento que o governo tinha dos preparativos da revolução”. CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo 1922-1938*. São Paulo: Ática, 1989, p. 106.

⁶⁹ SINTONI, Evaldo. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. Araraquara: FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999, p. 68.

grau de exigência no sentido de que essa pregação sofresse um deslocamento com maior intensidade e sistemática para os setores civis. O esforço foi empreendido de forma que, civis e militares, primeiro compartilhassem o perigo estabelecendo um nível de vigilância que alcançasse a formulação de medidas policiais e judiciais, e segundo, que estivessem engajados num projeto que disseminasse as representações anticomunistas.

Nessa perspectiva, a prioridade sobre o 27 de novembro operava na identificação e reconhecimento de laços que conectavam todo o tecido social, ensejando a idéia de que qualquer abalo que pudesse sofrer a nação, necessariamente, desalinava e desorganizava as Forças Armadas, que entravam em crise de subversão e ordem.⁷⁰

Portanto, é lícito reter a importância que Newton Cavalcanti destinou à comemoração de 1942, mais ainda, se o foco estiver localizado na simbiose entre indivíduo e cidade, tendo em vista que Curitiba não se configurava, tradicionalmente, num espaço privilegiado para o tipo de representação ritualística engendrada pelo General.

Um outro complicador entrevisto na zona imaginária requer nossa compreensão. Referimo-nos à exteriorização do ressentimento por parte dos atores políticos que se responsabilizam pela condução da cerimônia.⁷¹ O conceito de ressentimento desdobra-se na relação entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas políticas.⁷²

Pouco se duvida que o apreço demonstrado na materialização do ritual perca de vista, desde a organização até a consecução, algumas atitudes qualificadas

⁷⁰ Ibid., p. 62.

⁷¹ Nesse sentido, Pierre Ansart oferece valiosa contribuição para o entendimento do vínculo existente entre os conceitos de história, memória e ressentimento. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella.; NAXARA, Márcia. (Orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 15-36.

⁷² Na apropriação crítica que elabora acerca de interpretações sobre o ressentimento – dialogando com Nietzsche, Scheler e Merton – Ansart assinala que o termo designa sentimentos e representações que envolvem os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte. Idem, p. 5.

como atitudes possíveis de reforçar a memória dos ressentimentos, e atravessar, ao mesmo tempo, a memória individual e as memórias coletivas.⁷³

Principalmente atitudes como a *tentação da repetição ou rememoração* e a *intensificação*, estão presentes na ritualística anticomunista e permitem que os ressentimentos sejam disparados com base num arsenal de mitos e simbologias em torno do evento (a Intentona), e do sujeito comunista. A *rememoração* se caracteriza pela tentação ao não-esquecimento e como forma de afirmar identidades. A *intensificação* sugere o caráter de repetição ou reiteração como normas de exasperação dos ressentimentos.⁷⁴

Uma viagem de retorno até a Curitiba de 1942 comporta o reaparecimento das formas ressentidas de rememorar e intensificar a memória que incide sobre o drama ritual.

Primeiro se instalava um exercício de convencimento através de sistemáticas convocações, onde a coletividade devia se fazer presente para revigorar o dia nacional do anticomunismo.

A mobilização era dirigida a todas as classes, e sua audiência garantida com emissões radiofônicas, missa de Réquiem oficiada pela autoridade eclesiástica, ampla divulgação na imprensa, e a apoteose final delegada à responsabilidade do principal ator político e animador do conclave anticomunista: General Newton Cavalcanti.⁷⁵ No ato de incitamento encerravam-se prescrições para que não ocorressem atitudes escorregadias quanto à liturgia, à presença de sonoridade musical, ou quanto aos procedimentos a adotar na indumentária dos militares presentes:

⁷³ Ibid., p. 30.

⁷⁴ Ibid., pp. 30-33.

⁷⁵ Consultar, por exemplo, o convite feito à coletividade curitibana no Jornal *Gazeta do Povo*, edições de 24/11/1942, 26/11/1942, 27/11/1942. Nessas edições também consta toda a programação alusiva ao evento, anunciando a emissão radiofônica pela Rádio PRB-2, Solene Missa de Réquiem na Catedral Metropolitana, formas de representação das guarnições militares, Banda de Música da Força Policial do Estado, obrigatoriedade da presença do funcionalismo federal, estadual e municipal; direções, corpos docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino superior, secundário e primário, associações de classes e trabalhadores “do Brasil”.

HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO COMUNISMO

Em Curitiba

A)- Às 9,00 horas – Solene Missa de Réquiem na Catedral Metropolitana, devendo officiar o exmo. Sr. Arcebispo. D. Ático Euzébio da Rocha.

Deverão comparecer:

1-Todos os oficiais da Guarnição: uniforme: cinza, calça, desarmado;

2-Representações dos Corpos no valor de um pelotão (ou secção), sob o Comando de um oficial. Uniforme: verde oliva, capacete, equipamento de guarnição, desarmado.

3-A Banda de Música da Força Policial do estado do Paraná.

B)- Às 13,00 horas – Leitura do Boletim Regional, ao microfone da PRB2.

C)- Às 19,00 horas – O Comando da Região fará, ao microfone da PRB2, uma exposição sobre os fatos lutosos de 1935 e a atitude a assumir em momento tão grave da vida nacional.

Todos os aparelhos de rádio dos quartéis e estabelecimentos desta Guarnição deverão estar ligados à PRB2 às 12,00 horas e às 19,00 horas do dia 27 do corrente (6ª feira).⁷⁶

MISSA DE REQUIEM PELAS VÍTIMAS DO COMUNISMO

O Comando da 5ª Região Militar e o Governo do Estado do Paraná tem a honra de convidar as Autoridades Civas, Militares e Eclesiásticas, ao Funcionalismo Federal, Estadual e Municipal, as Direções, Corpos Docentes e Discentes dos estabelecimentos de Ensino Superior, secundário e primário, Associações de Classes, Trabalhadores do Brasil e ao Povo em geral para a Solene Missa de Réquiem, que será oficiada pelo Exmo. Rvdmo. Sr. D. Ático Euzébio da Rocha, na Catedral Metropolitana, às 9 horas do dia 27 do corrente, sexta-feira, pelas nobres vítimas do Dever, abatidas em novembro de 1935, pelos ferozes adeptos do bárbaro credo vermelho.

(a) Newton de Andrade Cavalcanti
Gen. de Div. Cmt. da Região

(a) João de Oliveira Franco
Interventor Interino⁷⁷

Pode-se referir que Cavalcanti fez do ressentimento uma prática política que estabeleceu a tensão entre seu verbo e a assistência. Dirigindo a palavra às mães e chefes de família do Paraná e Santa Catarina, à juventude da 5ª Região Militar e aos “camaradas” oficiais, Cavalcanti desenvolveu com precisão, os mitos clássicos construídos em torno do evento destilando seu ressentimento: o ressentimento do vencedor:

A data de hoje é um dia de luto nacional. Figura na evolução política da República, como a mancha negra e sinistra do passado. Sua evolução lembra-nos uma rude

⁷⁶ HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO COMUNISMO. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de novembro de 1942, s/p.

⁷⁷ MISSA DE RÉQUIEM PELAS VÍTIMAS DO COMUNISMO. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 de novembro de 1942, s/p.

experiência e faz-nos sangrar o coração pois que revive um período vermelho, triste e sombrio, durante o qual ruíram lares, Igrejas e Quartéis.

(...)

Nessa resistência estóica aos acontecimentos imprevistos, insidiosos e covardes, alheios à vida e fiéis à pátria, civis, soldados e autoridades em comunhão sagrada, formaram a barreira intransponível à fúria dos bárbaros contemporâneos, permitindo às forças nacionais, aniquilá-los no alvorecer da revolta e inscrever páginas de empolgante lealdade ao Brasil e às suas tradições de Nação civilizada e feliz. (...) Somos testemunhas – meus senhores e minhas senhoras – destes monstruosos atentados pelos arautos da dissolução, os quais, fugindo ao cumprimento de seus deveres como brasileiros, como cidadãos e como seres humanos, se entregaram à prática dos crimes mais hediondos, traindo a fé cristã que sempre norteou os homens desta terra acolhedora e boa, contrapondo-se a sentimentalidade que tem sido o orgulho de nossa raça e nacionalidade.

(...)

As homenagens que hoje prestamos às vítimas do comunismo encontrarão eco através dos séculos e servirão para estreitar cada vez mais os laços de solidariedade entre os brasileiros, mantendo eterna repulsa a esses atentados que o tempo jamais apagará.

Brasileiros!

Podeis estar descansados.

A linguagem dos sepulcros dos heróis que tombaram falam da invulnerabilidade de nossas convicções.

As vítimas [ilegível] que eles guardam, viverão por seus parentes e descendentes, estarão em nossos corações sempre redivivos.

E todos os anos, nesta data, receberão nossa eterna gratidão.

Qualquer que seja o destino que nos imponha a catástrofe mundial, nós repetiremos sempre, o grande juramento em sua memória: saberemos imitar o seu exemplo de fé, bravura e abnegação, mantendo-nos leais e fiéis ao Brasil, ao seu passado e às suas tradições, defendendo a família, a Religião e as demais instituições sagradas!⁷⁸

Cavalcanti invocava a necessidade de perpetuar no tempo o diálogo entre vivos e mortos, acentuando a memória de 1935. O general reatualizava, reiterando e inserindo na historicidade, elementos de há muito trabalhados, pensados, elaborados pelo imaginário anticomunista. O esforço de reiteração encampava, em série, os símbolos que pretextavam a invenção de um esquema mítico para que a iminência do perigo fosse presente na trama do cotidiano.

Cavalcanti desenvolvia alguns estilos de narrativa mítica.⁷⁹ Passava pelo relato nictomórfico, desde que, clandestinos, camuflados, ramificados na teia social, os comunistas se utilizavam, sobretudo, “das sombras do sono e do

⁷⁸ CAVALCANTI, Newton. Homenagem às vítimas do comunismo. *Gazeta do Povo*, 28 nov. 1942; *O Dia*, 28 nov. 1942.

⁷⁹ Para o desenvolvimento dessas observações, seguimos os modelos orientadores de Raoul Girardet, no seu estudo sobre o imaginário político. GIRARDET, Op. cit.

silêncio da noite”.⁸⁰ Atravessava a tradicional defesa da instituição basilar da sociedade cristã-ocidental: a família. Desprovidos de vínculos familiares, pois que, na concepção de um anticomunista, a família é o esteio da nação, e o espaço indepassável do lar representa o refúgio primitivo da nacionalidade, os comunistas violaram as viúvas, os lares, provocaram a orfandade, vislumbrando “apenas a luxúria e o prazer”.⁸¹

Outro aspecto que se tornava patente no ritual sobre os mortos da Intentona era a ação cirúrgica, rápida e eficaz das forças militares legalistas no aniquilamento da revolta e dos revoltosos. Símbolos tanto mais ascensionais despontavam quanto mais a ação contra os recalcitrantes vermelhos se revelava bem sucedida.

Foi apenas com a aurora, com a luz do sol que a “chacina” empreendida pelos comunistas tornou-se visível. O inimigo oculto, infiltrado na escuridão aviltante colidia com os “soldados e autoridades em comunhão sagrada”, que levantavam uma “barreira intransponível (...) permitindo às forças nacionais, aniquilá-los no alvorecer da revolta”.⁸² No entanto, o quadro exibiria uma lacuna se a ele não fosse incorporado o paradigma do Salvador.

Numa visão falocrata, do monturo fumegante e dos escombros, Cavalcanti fazia ascender impávida, a personalidade varonil do soldado-herói Dutra:

Outra é a figura máscula de soldado, o Ministro Eurico Gaspar Dutra, então comandante da 1ª Região Militar que também pessoalmente, entre rajadas de metralhadoras, dirigiu e coordenou o assalto à unidade rebelada, dando assim um exemplo de singular bravura à mocidade, cumprindo suas grandes virtudes, como soldado e cidadão, graças a que foi possível sufocar, com golpe certo e implacável, o principal foco da masorca vermelha no Rio de Janeiro.⁸³

Mariani, em trabalho de Análise de Discurso (AD), que revolve o imaginário produzido pela imprensa de referência sobre o PCB, mostra como se deu a seleção de um conjunto específico de indivíduos, dentro do todo político social, a partir de um imaginário já constituído. Emprestamos um recorte analítico desse

⁸⁰ Cf. CAVALCANTI, Op. cit.

⁸¹ Idem.

⁸² Ibid.

⁸³ Ibid.

trabalho, para, de forma simplificada, enquadrar, enumerar e quantificar como o sujeito comunista é adjetivado e também quais os atributos relacionados ao evento.⁸⁴

Sendo os comunistas portadores de certos atributos; a natureza do evento que produzem, qual seja, a “Intentona”, também é qualificada em consonância às adjetivações que recebem. É sobretudo nessas qualidades arroladas na narrativa sobre o evento que os seus provocadores se tornam visíveis para a sociedade.

No discurso de Cavalcanti, a 27 de novembro de 1942, cabível em três ou quatro laudas, os comunistas foram reconhecidos apenas pela voz do outro, emudecidos e censurados pelos vivos emissários dos mortos.

Quanto ao evento se utilizaram os seguintes atributos: dia de luto nacional; mancha negra e sinistra do passado; rude experiência; período vermelho, triste e sombrio; tragédia; horas de terror, de incertezas e de anarquia; insidiosos e covardes os acontecimentos da intentona vermelha; atentados comunistas; chacina de heróis da legalidade; monstruosos atentados; crimes mais hediondos; atos bárbaros; processos vergonhosos; fatídico dia 27 de novembro; sanha sanguinária; trama iníqua; movimento de subversão; empreitada tenebrosa; onda criminosa; quadro dantesco sem precedentes; quadro desolador e triste; furacão sanguinário e bestial; roubo, sangue, desonra do lar e degradação da família brasileira; bárbaros crimes contra o Estado, a Família, e as Leis da Humanidade; período trágico e abominável; regime de anarquia social, do luto, da orfandade e da desgraça; intenções criminosas dos comunistas; monstruosidades; cortejo de acontecimentos torpes e hediondos; bárbaros crimes; obra de demolição e intriga; atentados monstruosos; crimes negros; atentados que o tempo jamais apagará; onda sanguinária; intentona vermelha; masorca vermelha, revolta incendiária, covarde e cruel; nódoa repugnante.⁸⁵

Quanto ao sujeito comunista, os adjetivos eram, da mesma forma, de extrema criatividade: bárbaros contemporâneos; arautos da dissolução; mãos assassinas; seres animalizados, cegos, afeitos ao crime e à pusilanimidade; abomináveis e

⁸⁴ Cf. MARIANI, Op. cit., p. 119-122.

⁸⁵ CAVALCANTI, op. cit.

torpes traidores, covardes e desprezíveis agressores; sinistros elementos vermelhos; piratas da idade contemporânea; agentes marxistas; mentalidade abominável; assecclas da rebelião; elementos materialistas; instintos pervertidos; inimigos da Pátria; bandos desordenados e bêbados; bárbaros sanguinários; elementos inconscientes, pobres de espírito, esquecidos dos princípios humanos e religiosos; sedentos de mando; bando de ladrões e assassinos vulgares; monstros humanos; incitadores de masorcas vermelhas; mortos morais; agentes permanentes da dissolução e da desordem; socialistas avançados, empreiteiros do mal; profissionais do crime.⁸⁶

Assim designados, os comunistas tomaram parte num enredo em que a experiência da história se resolveu pela exposição dos mitos e onde floresceu o ânimo ressentido que conduziu a encenação de personagens como Cavalcanti. Incitando a coletividade, promovendo a adesão das forças sociais, convocando para a montagem da peça, Cavalcanti insultou, insinuou, censurou, desonrou, ridicularizou, intimidou, puniu, inflamou os ódios recônditos, expôs a alteridade política ao grotesco, valorizou negativamente, numa equação que contribuiu, ao longo do tempo, para expressar uma idéia e efetivá-la como prática política.

Lembremos que uma sociedade não é invulnerável e não é ordenada apenas pela força e coerção. Sua ordenação depende das manifestações disparadas pelos poderes na sua capacidade de produzir símbolos.

Não obstante, a separação existente entre anticomunistas e comunistas, ou o “nós” e os “outros” é própria de algumas sociedades e de sua ordem: diferenciadora, classificadora, hierarquizada.

Essa separação é o limite proibido pelos interditos nas formas legislativas e nas manifestações simbólicas,⁸⁷ como retrata a especificidade do ritual de homenagem aos mortos de 1935. A tradição de homenagem às vítimas do comunismo no Brasil é uma das faces pela qual o anticomunismo conseguiu angariar visibilidade e adeptos por meio de mecanismos simbólicos, através da conjugação da força e das representações ao longo do tempo.

⁸⁶ Id.

⁸⁷ Cf. BALANDIER, op. cit., p. 23.

O poder, ao rememorar oficialmente os acontecimentos de 1935, colocava-se como o superego do povo brasileiro que, desde então, em todos os anos, no mês de novembro era chamado a internalizar o passado, a revivenciar a culpa pela sua rebeldia com a pátria/mãe.⁸⁸

Algumas discussões que se dedicaram a compreender o movimento insurrecional de 1935, além de alargarem o foco de análise sobre o fenômeno, contribuindo, dessa forma, para um maior discernimento da dialética política na sociedade brasileira, investigaram a dinâmica dos movimentos do anticomunismo brasileiro em situações conjunturais.

Esse fator não quer dizer que houve ausência de correlação entre diversas práticas e formas de pensar o anticomunismo. São esquemas articulados que demonstraram certa harmonia entre si, dependendo das necessidades e contingências políticas.

Nesse sentido, devemos ter claro que o movimento encenado em Curitiba no ano de 1942 representou um esforço a mais pela permanência do ritual no tempo, principalmente, se lançarmos o olhar para um contexto maior e percebermos a situação vivida pelo Brasil à época.

A guerra declarada aos países do Eixo em agosto de 1942, e o rompimento de relações diplomáticas, atitude que resultou da tomada de posição dos países americanos na reunião do Rio de Janeiro no início de 1942⁸⁹, impôs ao Brasil sua adesão incondicional à aliança ocidental, o que significava, implicitamente, que o país também era aliado da Rússia na luta contra o nazi-fascismo.

O engajamento brasileiro no conflito propiciou ao regime de Vargas o apoio de várias instituições – UNE, associações de classe, Forças Armadas e inclusive, comunistas. Nem mesmo essas atitudes conseguiram bloquear a reincidência dos temas fundados a partir da memória da “Intentona”, tendo em vista a resistência da prática de homenagem nos anos imediatos e décadas seguintes. Voltamos a

⁸⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFRJ/UFMG, 1997, p. 166.

⁸⁹ Entre as resoluções adotadas pela reunião do Rio de Janeiro realizada em janeiro de 1942, se encontravam as de caráter econômico e político, incluindo: rompimento de relações comerciais e financeiras com o Eixo; controlar as operações bancárias vinculadas ao Eixo; rompimento de relações diplomáticas com a retirada das embaixadas diplomáticas brasileiras em Tóquio, Berlim e Roma. Cf. SEITENFUS, Op. cit., p. 283-318.

insistir que, a despeito de um refreamento no imaginário anticomunista durante o período da guerra, temos em conta que a eficácia de uma prática não depende, invariavelmente, do grau maior ou menor de sua intensidade ou do regime político instaurado no país.

É interessante lembrar que revisitar anualmente os mortos do levante de 1935, através de discursos e apelos afetivos foi uma atitude comum durante a fase em que o Brasil adentrava em sua plenitude democrática, pelo menos, em termos de atividade política e progressiva ampliação de direitos civis.⁹⁰

Duas outras distinções no ritual chamaram nossa atenção, e ocupam lugar no desdobramento das problemáticas. A primeira está relacionada com a sua manutenção nos anos de guerra, quando o inimigo gradualmente modificava de roupagem e objetivos, isto é, o comunista transferia o cetro, o trono e o anel de maldades ao fascista. Acreditamos que nessa fase o imaginário anticomunista e o repertório de mitos que o sustentava operavam para demonstrar o descontentamento ideológico de certos grupos diante do rompimento de relações com os países do Eixo; materializar o incômodo com a tênue abertura que o regime autoritário favorecia; manter intacta a memória de 1935, atualizando os ressentimentos através do espetáculo da representação.

É reconhecido que, por divergências de princípios na condução política, protagonistas muito próximos a Vargas, como o ministro Dutra, demonstraram certo desconforto em relação ao rompimento com o Eixo.

Sob o argumento de que o país não estava preparado em termos militares para a defesa do território em caso de agressão, Dutra fez muitas ressalvas à

⁹⁰ Nesse ponto, cabe a transcrição parcial de uma nota extraída do trabalho de Bethânia Mariani: “Os festejos comemorativos do evento foram suspensos por ordem do presidente Collor em 1991, fato que só foi modificado em janeiro de 1996. Reproduzimos, a seguir, trechos do jornal *Letras em Marcha* – cultura & noticiário militar, que representam bem esta necessidade de rememoração da história por parte de quem se encontra no poder: “Os momentos em que a história de um povo se impregna de drama e de tristeza, por mais dolorosos que sejam, também devem compor a herança de episódios e de lições que cimentam o passado comum de uma sociedade. O alvorecer de 27 de novembro de 1935 foi um desses instantes. (...) esta é a data que assinala o DIA NACIONAL DE REPÚDIO AO COMUNISMO. (...) Nossa expressão de reconhecimento pelos que morreram lutando contra a *hidra vermelha* (...) *foram mortos covardemente!* (...) os atuais ministros militares, seguindo o pensamento e a vontade de seus subordinados, decidiram restabelecer o *patriótico costume* (...)” (dez-jan/1996 – n. 254, grifos da autora). Cf. MARIANI, op. cit, p. 238, nota 11.

decisão tomada pelo Brasil em janeiro de 1942, quando a reunião dos países americanos realizada no Rio, deliberou pela quebra de neutralidade e conseqüente rompimento de relações com o Eixo.

Numa fala temerária e discreta, no “Informe Pessoal e Secreto” de 27 de janeiro encaminhado a Vargas, o ministro da Guerra era partidário de um adiamento da resolução tomada. Este fator não somente significaria um retorno à situação anterior de neutralidade, mas tal decisão se apresentava contrária e entraria em choque com os interesses norte-americanos:

Sou, Exmo Snr. Presidente, pelo adiamento do ato de rompimento, até que logremos recursos e eficiência que nos possibilitem uma leal cooperação com os Estados Unidos. Até lá, não nos deixemos conduzir por oscilações românticas, nem por exemplos de uma platônica atitude de países satélites, pois assim a única cousa que verdadeiramente nos restará, será cedermos, a nossos aliados armados, os mares, os céus e os campos de nossa terra que, desarmados, não podemos por nós próprios defender, como devêramos.

Sem rompermos, sejamos por inteiro identificados com a América e, mesmo não preparados, lutando do modo como nos fez ser possível, repilamos, a qualquer momento, qualquer agressão direta ou indireta contra nossa soberania e nosso território.⁹¹

Silenciando a respeito dos afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, e utilizando-se de uma prática corriqueira de interlocução, o memorando secreto, alguns meses após esse comunicado, Dutra não escondia sua insatisfação com as pressões que o regime começava a sofrer em direção a uma posição efetiva quanto ao conflito mundial.

Em junho de 1942, o alvo de seu desconforto era uma possível agitação e renascimento da propaganda comunista. No entanto, a perspectiva de aliança entre o Brasil e os comunistas na luta contra o nazi-fascismo talvez fosse a motivação fundamental de seu agravo às condições políticas enfrentadas pelo país:

⁹¹ Informe Pessoal e Secreto de 27 de janeiro de 1942. Parecer do ministro da Guerra sobre a rutura de relações do Brasil com os países do Eixo, apresentado na reunião coletiva do Ministérios de 27/1/42. Arquivo Eurico Dutra. Classificação EDvp 1940.11.01, rolo nº 2, Fotogramas 0059 e 0060. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas / RJ. Também citado em: NOVELLI JR.; LEITE, M. R. Op. cit. P. 483-489

Muito meditando sobre os problemas político-sociais de nossa época, anteriores e mesmo independentes do atual conflito mundial, porém que com este mais se engraveceram, julguei de dever, pessoal e funcionalmente, me dirigir a Vossa Excelência para solicitar, com encarecimento, sua especial atenção para as atividades comunistas entre nós.⁹²

A exaustiva reflexão de Dutra acabou sendo sintetizada no temor de um retorno das atividades comunistas, sobretudo com o foco localizado num possível enfrentamento externo. Debilitado o organismo interno, Dutra pensava que os comunistas servindo-se do pretexto da guerra e reinfiltrados nos órgãos de imprensa, dado um certo relaxamento do regime, acionariam os mesmos instrumentos da “insídia” levantada em 1935. Embora a citação a seguir seja longa, ela é válida na medida em que sustenta nosso argumento:

Lavra assim o trabalho corrosivo da propaganda comunista de maneira verdadeiramente intensa e, sob o pretexto excelente da guerra, que tudo excita, acoberta e aureola de idealismo, enquanto apenas paira como ameaça, ganha de dia para dia expressão, volume e agressividade maiores, mantendo ardilosamente em efervescência o ambiente social e, sem razões claras e positivas, enfraquecendo o organismo nacional com a guerra de nervos que em tudo e em todos só indigita traidores, vendidos e vendilhões da pátria. (...) Nestas condições, Senhor Presidente, além das considerações de ordem geral que até aqui venho tecendo, quero, completando-as, sugerir a conveniência de uma maior, mais profunda e melhor coordenação das atividades fiscalizadoras do Governo em tudo que se refere à imprensa e à publicidade, afim de que (...) se proibam, se vedem à propaganda comunista, velada ou clara, todos os órgãos de publicidade do país, única maneira que nos resta de estancarmos essa maré montante que, como às vésperas de 1935, vem crescendo e se avolumando numa nova ameaça, agora muito mais de temer, porquanto melhor organizada e mais amplamente preparada.⁹³

A segunda distinção a ser evidenciada está no fato de que as referências contidas no ritual de homenagem insistiram em espetacularizar quase tão somente o dia 27 de novembro, data em que a revolta foi detonada na antiga capital federal. Essas menções, ao legitimarem a data de 27 de novembro eludiram os

⁹² Carta de Eurico Gaspar Dutra para Getúlio Vargas em 15 de junho de 1942. Arquivo Eurico Dutra. Classificação EDvp 1939.06.10, rolo nº 2, Fotograma 0032. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas / RJ.

⁹³ Idem, fotogramas 0036 e 0037.

levantantes em Natal e Recife que tiveram início nos dias 23 e 24/25 de novembro de 1935 respectivamente.

Em estudo sobre o anticomunismo no Brasil, foram apresentados dois argumentos consistentes para que apenas o dia 27 de novembro fosse lembrado: a) omitir a participação das forças policiais estaduais no combate ao levante nas cidades de Natal e Recife, e com isso, majorar a imagem centralizadora do Estado que se projetava; b) dar visibilidade para a atuação das forças policiais seria reduzir a participação do Exército na revolta, e, por conseguinte, desmerecer a imagem da corporação como legítima guardiã da ordem.⁹⁴

Podemos incluir no debate outras razões para o privilegiamento do dia 27 de novembro. A historiografia consagrou a revolta na cidade de Natal obtendo um certo êxito, com a constituição de um efêmero “governo popular revolucionário”, que emitiu decretos, liberou o transporte de bondes com a redução de tarifas, fez circular um novo jornal e instalou uma sede administrativa.⁹⁵

Complementar a essa constatação, as revoltas em Natal foram lideradas por cabos e sargentos, isto é, elementos subalternos no interior da rígida hierarquia militar, depondo dessa maneira, contra os princípios básicos de uma instituição que se caracteriza pela verticalidade de disciplina.⁹⁶

Assim, a manifestação ritual encobria o fato de instalação *efetiva* de um governo que se dizia portador da idéia de revolução,⁹⁷ atribuindo-lhe completo caráter de caos e desordem, e por outro lado, destacava a participação de militares “inferiores” na insurreição,⁹⁸ como forma de resguardar a mística da

⁹⁴ MOTTA, op. cit., pp. 119-120.

⁹⁵ SILVA, op. cit., p. 279-284. PINHEIRO, op. cit., p. 298-299. VIANNA, op. cit., p. 185-216.

⁹⁶ Nesse sentido, VIANNA afirma: “O levante de Natal foi o único que não contou com a participação de nenhum oficial, outro fato a indicar a espontaneidade do motim e seu descomprometimento com a ANL e com o PCB”. Cf. Op. cit., p. 190.

⁹⁷ O primeiro decreto do Comitê Revolucionário de Natal, emitido em 25/11/1935, e o primeiro manifesto dos rebeldes datado de 24/11/1935 estão em VIANNA, op. cit., pp. 193 e 216.

⁹⁸ Na concentração anticomunista de novembro de 1942 em Curitiba, Cavalcanti assim se referia ao levante de Natal: “Natal, a próspera capital do Rio Grande do Norte, esteve, dois dias, sob o regime comunista e os seus dirigentes eram estivadores do cais do Porto ou elementos de um grupo de músicos da unidade do Exército rebelada e aí sediada. (...) Alguns lares da capital potiguar foram violentados; nem as crianças foram respeitadas pelos inimigos da Pátria; os bancos foram assaltados, as casas de negócios depredadas e saqueadas. A confusão era geral. Não havia autoridade. Panfletos escritos foram divulgados onde a ignorância pontificava na linguagem

corporação, elevar a cidade do Rio de Janeiro a pólo monopolizador do abatimento da revolta, e mais ainda, dar significação às figuras de Vargas e Dutra, como participantes diretos no aniquilamento do levante.

De outro modo, é interessante reter a versão militar sobre o episódio, derivada à condição de interpretação historiográfica. Nessa linha de compreensão, critica-se a natureza da revolta no que se refere ao seu traço antidemocrático.

Em relato escrito quatro décadas após o acontecimento, além de reforçarem os mitos sobre o evento, os militares o interpretam como uma cesura no ciclo natural revolucionário brasileiro que tem sua consolidação em 1964. A intentona de 1935 se diferenciava da série de movimentos armados, “de aspirações democráticas definidas, que ocorreram intermitentemente no Brasil a partir de 1922 e que culminaram com a vitória de março de 1964”.⁹⁹

Essa interpretação concorre para legitimar ações militares sob um enfoque revolucionário e democrático, porém, sem qualquer ruptura mais traumática das estruturas sociais tradicionais. Sobretudo, buscava-se a legitimação do golpe militar de 1964, numa época em que a repressão atingia o auge. Nessa versão, haveria a deformação de nossas tradições por força de um elemento de conflagração estranho à natureza do país:

Não visava a intentona de 1935 ao aperfeiçoamento político brasileiro em regime consentâneo com a realidade fundamental do Brasil, baseada na formação histórica, na índole do povo, na identificação dos problemas nacionais e no esforço honesto para resolvê-los. Orientava-se, ao contrário, para a abrupta modificação social, calcado em modelos afastados das raízes da nossa nacionalidade, e em princípios de ódio, por isso não hesitando matar e destruir em nome de uma ideologia absolutista e impiedosa.¹⁰⁰

Nesse aspecto, o comunismo, era interpretado como um desvio que rompia todos os elos da tradição militar e deslizava sua desagregação para o setor civil. O comunismo, enquanto vergonha que gerava culpabilidades, era esculpido num cerimonial de repetição *ad infinitum*, dramatizado por atores políticos não restritos

baixa e errônea. Todos queriam mandar e a contenda se estabeleceu na hora de saber a quem caberia a maior parte na partilha”. Cf. CAVALCANTI, Op. cit.

⁹⁹ Esta é a posição do Coronel Waldir da Costa Godolphim, diretor da Biblioteca do Exército, na APRESENTAÇÃO de: ARAGÃO, José Campos de. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

¹⁰⁰ Idem.

à corporação militar; todos eles, especializados e com presumido saber assentado sobre o fenômeno, como era o caso de jornalistas que escreviam sobre as revoltas:

O assalto à noite; o covarde e asqueroso assassinio dos que dormem; o estupro de mulheres indefesas; a profanação dos altares; o trabalho sistematicamente escravo; o falso direito e a falsa moral; o marchar para a morte como cães despojados do direito de pensar e de querer – só poderia constituir uma programação privativa de indivíduos que no apogeu da sua desgraça houvessem incinerado a própria personalidade.¹⁰¹

A cada ano os especialistas reapareciam para a afirmação do imaginário, e a pátria mutilada por elementos deletérios entrava em processo de regeneração, desde que o discurso estivesse habilitado a sensibilizar as platéias por meio de um conjunto de evidências inquestionáveis, mitos, ressentimentos e omissões.

Eivada de contradições históricas, e transitando entre fluxos de racionalidade e afetividade, a narrativa mito-política sobre a intentona, pretendia afirmar-se como ordenação de mundo frente ao complexo jogo de tensões sociais. Sobressaía dela um impulso motriz cuja função era materializar as rejeições a determinados grupos que contestavam valores comumente admitidos ou sacralizados.¹⁰²

A narrativa mítica sobre a intentona, ano após ano, funcionava por uma técnica eficaz que estabelecia uma medida de verdade, e firmava pela força da afetividade um aparelho identificador. O que legitimava essa verdade era a crença e a adesão do sonhador ao seu sonho. Era necessária uma adesão imediata e sem reservas com a figura sonhada, e o constrangimento sem reservas da coletividade à crença de que os inimigos existiam, ocultos, infiltrados, num estado perene de conspiração. Na síntese do mito, o comunismo era / é, a oposição absoluta em relação à identidade pretendida e interrompida em 1935.¹⁰³

¹⁰¹ LANGE, Saturnino. Sangue Inútil. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 de novembro de 1942, s/p.

¹⁰² Cf. GIRARDET, p. 180-184.

¹⁰³ Essas questões resultaram da leitura de: LACOUÉ-LABARTHE, Philippe.; NANCY, Jean-Luc. *O mito nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

Poderíamos ainda inscrever a narrativa sobre a intentona, em sua versão conspirativa, a três esferas interdependentes e conformes às perspectivas de análise amparadas pelo plano das mitologias políticas.¹⁰⁴

O discurso do complô, como um fenômeno de várias faces, “sem cessar renascente, sempre presente”,¹⁰⁵ é um mecanismo utilizado pelo poder estabelecido para livrar-se de suspeitos ou de opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos.¹⁰⁶

Segundo, a mensagem veiculada pelo mito para que seja eficaz deve corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário,¹⁰⁷ como vimos salientando ao longo do capítulo.

Enfim, embora a autonomia do mito político o liberte da historicidade, sua narrativa depende de fundamentos objetivos, construídos pelas realidades da história, e por eventos catalisadores.

Nesse aspecto, o mito da conspiração comunista, reproduzido por ocasião das homenagens anuais aos mortos no levante de 1935, apóia-se efetivamente no acontecimento. Ou seja, na real tentativa de tomada de poder acionada por um grupo de revolucionários, munidos de instrumentos de violência e de um projeto político, sem entrarmos em qualquer mérito sobre a debilidade ou viabilidade desse projeto.

Assim, no que diz respeito à mitologia do complô, conforme Girardet assinala:

Aceita-se de boa vontade que a carga de densidade histórica se revela, com toda evidência, particularmente pesada: com efeito, não há nenhuma, ou quase nenhuma, de suas manifestações ou de suas expressões que não possa ser relacionada mais ou menos diretamente com dados factuais relativamente precisos, facilmente verificáveis em todo caso, e concretamente apreensíveis.¹⁰⁸

Se os anos seguintes de 1943 e 1944 testemunharam o declínio gradativo do autoritarismo estadonovista, eles também assinalaram a continuação normal da

¹⁰⁴ Retomamos aqui, as orientações de Girardet sobre o mito da conspiração.

¹⁰⁵ Cf. GIRARDET, Op. cit., p. 50.

¹⁰⁶ Idem, ibid.

¹⁰⁷ Ibid., p. 51.

¹⁰⁸ Ibid., p. 51-52.

prática de homenagem aos mortos de 1935, já perfeitamente embutida no “calendário cívico” paralelo,¹⁰⁹ e onde se consolidaram os mitos da conspiração contidos no imaginário anticomunista.

A crise do regime varguista acentuada em 1944 atingindo inclusive a base militar, incorporou um outro elemento a partir de 1945: a legalização do Partido Comunista do Brasil. O clamor de amplos setores da sociedade pela democratização poderia representar que os comunistas, engajados na construção do que seria uma nova ordem de pós-guerra teriam livre acesso às prerrogativas políticas. No entanto, o período demarcado entre 1945 e 1947, ao mesmo tempo em que se caracterizou pelo ascenso do movimento comunista internacional, com resultados políticos díspares, acentuando virtudes e falhas na linha política dos partidos comunistas nacionais, registrou de modo incontestável o seu paradoxo brasileiro: o recrudescimento das políticas anticomunistas.

Tomando como plano inicial a derrocada estadonovista, o texto do capítulo seguinte procura explorar algumas peculiaridades da experiência política anticomunista.

Partindo de uma discussão sobre o questionamento da democratização de 1945, tratamos de evidenciar alguns instrumentos que concorreram para intensificar o imaginário anticomunista, tais como o *Suplemento Político* do jornal curitibano Diário da Tarde, e a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que cassou o registro do PCB em 1947.

No limite, colocamos em debate os paradoxos de um sistema pluralista; ou, de como a reabertura das possibilidades democráticas pode gerar o acirramento de sentimentos políticos, ódios e paixões apropriados (ou não) a situações que envolvem crises sociais ou precedem períodos de fechamento político-institucional.

¹⁰⁹ O levantamento de José Roberto M. Ferreira aponta a manifestação efetuada nas fileiras do Exército de 1935 a 1985, através de Ordens do Dia ou Alocuções com uma única interrupção: 1954. Cf. FERREIRA, op. cit., p. 147-149.

CAPÍTULO 3

1946 – 1947. ANTICOMUNISMO EM ALTA FREQUÊNCIA. DO SUPLEMENTO POLÍTICO À CASSAÇÃO DO PCB

3.1 Colapso do Estado Novo e algumas questões críticas sobre o caráter da democratização de 1945

Se fôssemos balizar cronologicamente o início de declínio do Estado Novo parece não haver dúvidas que o processo ocorreu a partir de 1942, quando o Brasil, em agosto, se engajou na luta contra o nazi-fascismo declarando guerra aos países do Eixo, sem ainda enviar tropas para o teatro da guerra.¹

Alguns condicionantes mais específicos que marcaram o fim do Estado Novo se manifestaram a partir da disposição de Vargas em manter-se à frente do regime com o apoio de algumas correntes confrontadas com a luta empreendida por grupos opositores - tanto os antigos como os saídos do interior do governo – para remover o ditador do exercício do poder.

No mesmo passo em que o Brasil, por vários modos de pressão, decidiu-se por um dos lados do conflito mundial, desarmando as ambigüidades de uma certa política externa, ocorreu o fortalecimento das oposições internas, e a mudança gradativa de atitude das Forças Armadas, em face do seu apoio a Vargas.

A crise do regime se aprofundou em 1944, atingindo de vez a base de apoio militar com o afastamento do General Góes Monteiro para um cargo decorativo,² e a demissão do americanófilo Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores.

¹ A decadência do Estado Novo, segundo Antônio Mendes de Almeida Júnior, além de se relacionar com dois elementos chave traduzidos pela 2ª Guerra e pela luta contra o nazi-fascismo, também está atrelada ao fortalecimento das relações e dos compromissos geopolíticos do Brasil com os EUA, em forma de instalação de bases aeronavais em nosso litoral para patrulhar o Atlântico e em vultosos empréstimos. Cf. ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 225-227.

² “Entre 1943 e começo de 1944, Góes Monteiro afasta-se gradualmente, é nomeado no começo deste último ano para o Comitê de Emergência e Defesa Política da América em Montevideu...”. Cf. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 312. A demissão de Aranha acontece em agosto de 1944.

Sem poder isolar-se, Vargas, sentindo a dificuldade crescente de manter uma base de poder, não pôde evitar a rearticulação de setores que exigiam a democratização. Esse foi o caso, por exemplo, do chamado “Manifesto dos mineiros”, documento produzido ainda em 1943, como a expressão liberal-oligárquica de contestação ao regime.³

No mesmo ano, na serra da Mantiqueira, uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), organizada por comunistas em sua maioria da Bahia e do Rio de Janeiro, fez reaparecer o Partido Comunista do Brasil em sua forma clássica: a clandestina.

Em 1945, o I Congresso Brasileiro de Escritores com presença de Mário e Oswald de Andrade, Jorge Amado, Caio Prado Jr. e outros, e uma entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda no *Correio da Manhã* de 22/02/1945, romperam praticamente os elos forçados que a censura estadonovista, através do DIP, mantinha com a imprensa.

O desmantelamento do regime foi rápido. A legislação autoritária começou a despencar a partir do Ato Adicional nº 9, que remendou alguns artigos da Carta de 1937, e fixou um prazo de noventa dias para que se marcassem eleições diretas para presidente da República, governadores de Estados, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas.⁴

Depois dessa medida, o Decreto-Lei 7474 de 18 de abril de 1945, concedeu anistia “a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934”, e o Decreto-Lei 7582 de 25 de maio, extinguiu o Departamento de

³ Assinaram tal documento: Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos de Mello Franco, Afonso Pena Júnior, Djalma Pinheiro Chagas, Mário Brandt, Milton Campos, Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo e “muitos outros”. Cf. CARONE, idem, p. 305. Sobre esse “Manifesto”, Almeida Júnior faz o seguinte comentário: “Algumas vezes exagerado em sua importância política, era bastante moderado em seus termos, ao pedir a volta do país à normalidade democrática. Há que se salientar, neste momento, dois aspectos. Em primeiro lugar, trata-se de um manifesto evidentemente oligárquico, partindo, como partiu, dos proprietários de terras e capitalistas de Minas Gerais. (...) Em segundo lugar, não se pode deixar de ressaltar a importância do ‘Manifesto’ como indicador do afastamento de Getúlio Vargas das eufemisticamente denominadas ‘classes produtoras’, e da falta, cada vez maior, de apoio social ao Estado Novo”. Cf. op. cit., p. 230-231.

⁴ ATO ADICIONAL Nº 9, DE 28/02/1945. In: LEX. Coletânea de Legislação – Ano XI – 1947. Com notas coordenadoras e índices sistemáticos, organizada pelo plano de autoria do advogado Dr. Pedro Vicente Bobbio. São Paulo: Lex Ltda. Editora, 1947, p. 53-60.

Imprensa e Propaganda (DIP), criando em seu lugar o Departamento Nacional de Informações.⁵

Uma medida de impacto como a anistia, além de possibilitar a libertação de Luis Carlos Prestes, encarcerado desde 1936, também promoveu uma relativa aproximação do líder comunista com Vargas, uma espécie de algoz do passado político do ex-capitão comandante da Coluna. Nesse mesmo aspecto, é possível que, considerar uma interferência direta de Eurico Gaspar Dutra na libertação de Prestes, seja uma interpretação superestimada, demagógica e oportunista.⁶ Como candidato às eleições presidenciais de dezembro de 1945, Dutra respondeu a uma série de três correspondências enviadas por Áttila Soares, em que este manifestava o desejo de o comunista preso colaborar a todo custo com a manutenção da ordem, e de agir em consonância ao acatamento das autoridades constituídas.⁷

Em resposta encaminhada a 17 de abril de 1945, portanto, um dia antes da assinatura da lei de anistia, Dutra era tomado de ímpetos democráticos, que viriam a se desvanecer numa época não muito longínqua, como se do seu gesto dependesse a restauração das liberdades democráticas no país:

Não precisarei repetir-lhe os meus propósitos de assegurar a restauração democrática num ambiente de ordem, serenidade e amplas garantias públicas, dentro de minhas atribuições funcionais. (...)...a minha posição, presentemente, em face do comunismo, posso manifestar ao ilustre amigo com absoluta franqueza e sinceridade, é a única que julgo lícita a qualquer homem com responsabilidades na vida pública nacional: reconheço-lhe o pleno direito de existência legal.

Que se organize, que viva com qualquer outro partido, disputando eleitoralmente a sua supremacia, e procure, por meio dos seus representantes, influir na vida administrativa e política do país.⁸

⁵ Idem, p. 108, p. 170-171.

⁶ Referimo-nos ao relato apologético que Osvaldo Trigueiro do Vale constrói sobre o papel de Dutra na democratização. Vale assinalar que uma carta de Dutra enviada a Attila Soares foi dada à publicidade “com maior destaque no dia 17”, atitude que “selaria esse pedido de Prestes, e seria o maior respaldo militar para o decreto concedendo anistia, publicado no dia 18”. VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 69.

⁷ Carta de Attila Soares a Eurico Gaspar Dutra, de 13 de abril de 1945. Arquivo Eurico Dutra. Classificação Edvp 1944.04.28, rolo nº 2, Fotogramas 0147 e 0148. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas / RJ.

⁸ Carta de Eurico Gaspar Dutra a Attila Soares, de 17 de abril de 1945. Idem, Fotograma 0151. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas / RJ. Esta carta também foi publicada em VALE, cf. op. cit., p. 71-72. Ora, o fato de reconhecer o direito de existência legal do PCB, não atribui créditos

Por seu lado, Vargas, ao cortejar o PCB e ciente da apreciável capacidade mobilizadora dos comunistas no pós-guerra, via nessa aliança a perspectiva de continuidade no papel de gestor do processo de mudança. Os comunistas no seu retorno à legalidade, levavam em conta, pelo menos, três referenciais: 1) a convocação de uma Assembléia Constituinte com Getúlio no poder. O partido encamparia o chamado movimento queremista junto com forças ligadas ao “getulismo pragmático”, sobretudo aquelas concentradas na burocracia sindical;⁹ 2) estabelecer uma aliança política com Vargas, na medida em que o lema “Constituinte com Getúlio”, seria uma alternativa que evitaria as candidaturas de Eduardo Gomes e Dutra, impostas de cima para baixo, e comprometidas, segundo a linguagem dos comunistas, com os remanescentes do reacionarismo;¹⁰ 3) o PCB via em Vargas, naquele momento específico, o sujeito a garantir a retomada do processo democrático com o estabelecimento de uma Constituinte, numa possível revisão ao ato que determinara as eleições para o funcionamento somente de um Congresso, sem o estatuto de Assembléia Constituinte.¹¹

democráticos a Dutra e sobre sua atuação em termos de “interferência na restauração dos direitos partidários do Partido Comunista”, como presume Vale. Essa interferência de Dutra já está provavelmente eivada de firme caráter eleitoreiro, e mais ainda, investida de pleno conhecimento do decreto de anistia, uma vez que sua carta a Attila Soares é datada de 17 de abril, e o decreto de anistia é do dia 18.

⁹ Os getulistas pragmáticos eram os burocratas vinculados ao Ministério do Trabalho e os sindicalistas atuantes no corporativismo sindical oficial. Tendo como principal referência Getúlio Vargas, de quem cultivavam o carisma, assumiram a hegemonia do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) a partir de 1945 até mais ou menos 1954. Cf. NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: Um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 177-179.

¹⁰ “Atrás das duas candidaturas militares encontram-se, sem dúvida, alguns democratas equivocados, mas as forças diretoras, as que orientam essas candidaturas são profundamente reacionárias. A linguagem dos candidatos, o que dizem em seus boletins é bastante para que o povo conheça o sentido reacionário e fascista dos dois candidatos”. Discurso de Luis Carlos Prestes no Recife em 16/11/1945. *Apud* VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 118.

¹¹ Nesse sentido, sobre o ato adicional nº 9, Paulo Bonavides comenta que: “Em vigor, naquela ocasião, o propósito da ditadura não ia além de salvar a Carta de 37 e, se possível, por meios constitucionais, manter no poder o então Presidente da República. Não se convocava propriamente uma Constituinte, mas se abria espaço à intervenção ativa do poder constituinte de segundo grau, o poder parlamentar representativo, para reformar a Carta”. BONAVIDES, Paulo. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 350.

Porém, as contingências fizeram com que o planejado não se realizasse. O golpe que destituiu Vargas em outubro de 1945,¹² instituiu uma “ditadura togada”,¹³ e desfez os tênues vínculos que uniam comunistas e varguistas. É necessário lembrarmos, no entanto, que não foi no governo de Vargas que se consolidou a definição de uma Constituinte. Somente no governo provisório de José Linhares, às vésperas das eleições, uma outra lei constitucional determinaria esse status para o Congresso eleito em dezembro de 1945, após atendimento de decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

A lei constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945, dispôs sobre os poderes constituintes do Parlamento que seria eleito a 2 de dezembro de 1945. Seu artigo primeiro era bem explícito quanto às prerrogativas do Congresso:

Considerando a conveniência de pôr termo às controvérsias então suscitadas a respeito do julgado, em torno da legitimidade e da extensão dos poderes que a Nação delegará ao parlamento, decreta:

Art. 1º - Os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão no Distrito Federal, sessenta dias após as eleições, em Assembléia Constituinte, para votar, com poderes ilimitados a Constituição do Brasil.¹⁴

Foi também, durante o mesmo governo provisório de Linhares que se nulificaram dois potentes aparelhos de apoio do estadonovismo: o Tribunal de Segurança Nacional e os Conselhos Administrativos estaduais.¹⁵

¹² Pelo menos 2 fatores pontuais concorreram para a deposição de Vargas. O primeiro, foi a nomeação de seu irmão, Benjamim Vargas para a chefia da Polícia. O outro está relacionado com o que Carone afirmou tratar-se de uma manobra divisionista do governo, que foi “a de marcar as eleições para governador dos Estados no mesmo dia da do Congresso (deputados e senadores) e a de Presidente da República. A verdade é que nem o prazo nem as condições favorecem as oposições, pois o decreto para eleição de governadores é de 10 de outubro e as eleições gerais estão marcadas para 2 de dezembro; depois, quem governa os Estados são os interventores nomeados durante a ditadura do Estado Novo, e todos são de confiança de Getúlio Vargas. É natural que, conseqüentemente, a máquina político-partidária está em mãos dos grupos oligárquicos situacionistas e o que se daria seria simplesmente a permanência destes grupos, agora, de maneira legal; além disto, o golpe representa reforço do grupo getulista contra a possível vitória das oposições em plano federal, com Eduardo Gomes”. Cf. CARONE, op. cit., p. 341.

¹³ Ditadura togada é o nome atribuído por Paulo Bonavides ao período em que o Ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência da República conduzindo o processo eleitoral.

¹⁴ Cf. LEX, op. cit., p. 565.

¹⁵ O Tribunal de Segurança Nacional foi extinto pela Lei Constitucional nº 14, de 17 de novembro de 1945, e os Conselhos Administrativos estaduais pelo Decreto-Lei nº 8219, de 26 de novembro de 1945. Cf. LEX, op. cit. p. 577 e 585.

O desmanche desse aparato legal repressivo e de sustentação do antigo regime, fazia crer que o Brasil poderia se inserir no campo de amplas liberdades civis e restauração democrática, com a efetiva participação das massas no processo político decisório.

No entanto, o itinerário percorrido até aqui por colocações tracejadas de impressões factuais e informativas, nos obriga a questionar o caráter da democratização de 1945, que apresenta como um de seus fios de encadeamento além do processo eleitoral, uma limitada autonomia da sociedade civil, permeada pela decorrente instalação da Assembléia Constituinte de 1946.

O movimento de “ocidentalização” da sociedade brasileira começou a adquirir contornos mais nítidos a partir da democratização de 1945. Essa noção de ocidentalização, segundo Carlos Nelson Coutinho, pode ser compreendida, entre outras coisas, “pela emergência, como protagonista da luta pelas liberdades democráticas, de uma nova e dinâmica sociedade civil”.¹⁶

Desse modo, os indicadores de uma sociedade que passa por essa transformação podem ser aferidos pelas reafirmações de algumas opções políticas democratizantes como a criação de partidos políticos nacionais, eleições gerais e ampliação da representação política.¹⁷ Tendo por baliza temporal o último terço do século XIX, essa manifestação da “ocidentalidade” foi observada nas análises de Gramsci. Assim, com a

intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países “ocidentais”...(formação dos grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo quanto dos aparelhos repressivos do Estado.¹⁸

¹⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim de. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume III, Teorias. Interpretações. Campinas/SP: Unicamp, 1998, p. 131.

¹⁷ Para acentuar essa especificidade do Brasil no pós-1945, e por outro lado, observar suas oscilações, Coutinho reitera que “Em 1945 (...). O PCB, que volta à legalidade, torna-se pela primeira vez um partido de massa. (...). Os outros partidos que nascem nesse momento assumem dimensão nacional e perfil ideológico mais nítido. Também os sindicatos operários tornam-se cada vez mais importantes na vida econômica e política do país, ainda que continuem subordinados a uma estrutura corporativa. (...) A tendência à ‘ocidentalização’ da sociedade brasileira continuou a predominar, reforçando-se ainda mais no período 1955-1964”. Cf. COUTINHO, idem, p. 149.

¹⁸ Carlos Nelson Coutinho destaca, sob orientação gramsciana que “... a ‘ocidentalidade’ de uma formação social, não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato

A despeito das mutações havidas, e de certa ampliação das liberdades civis, devemos levar em conta alguns desdobramentos críticos gerados pelo regime instalado em 1946, com a posse de Eurico Dutra, um militar que vestiu com certo desconforto a indumentária civil. Tomamos como base de análise, nossa oposição a alguns argumentos expostos pelo artigo de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán, que caracterizaram o Brasil no período de 1946-1963 como democrático, no quadro de uma aceção global.¹⁹

A democracia, na visão desses autores, obedece a uma definição mínima, e é interpretada como um mero dado estatístico, cabível em escalas de medição e critérios de “mais ou menos”, em prejuízo do destaque e da avaliação sobre os mecanismos culturais e políticos que comandavam idéias e práticas convencionadas pela democratização brasileira no pós-guerra. Acreditamos que essa noção mínima tende a inibir os quadros histórico-sociais em que uma parte do estatuto jurídico foi gerado para contenção da sociedade civil. Nesse sentido, para Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñan, a democracia é um dado que pode ser extraído globalmente, estando sujeito à conjugação de quatro propriedades: a) promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; b) pressupõe uma cidadania adulta e abrangente; c) protege as liberdades civis e os direitos políticos; d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil.²⁰

Seria o caso de indagarmos, se a conjugação dessas quatro propriedades, não tende a encobrir ferramentas de análise que auxiliam no esquadramento da questão, e ao mesmo tempo, não limita e desmerece os elementos concretos

histórico. Ou seja: Gramsci não se limita a registrar a presença sincrônica de formações de tipo ‘oriental’ e ‘ocidental’, mas indica também os processos histórico-sociais, diacrônicos, que levam uma formação social a se ‘ocidentalizar’”. In : COUTINHO, Carlos Nelson. *GRAMSCI*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 148.

¹⁹ MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999*. *Dados* [on line]. 2001, vol. 44, nº 4 [citado 07 julho 2003], p. 645-687. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200400001&lng=pt&nrm=iso> ISSN 0011-5258.

²⁰ Idem.

essenciais para a codificação de uma democracia? Por conta dessa indagação, a certa altura, os autores declaram que seria útil esclarecer dois aspectos que a definição mínima de democracia não inclui:

Primeiro, ela ignora resultados importantes como igualdade social. Limitamos a definição de democracia e deixamos para ser resolvida empiricamente a relação entre democracia e igualdade. Incluir a questão da igualdade social na definição de democracia confundiria o analista, se bem que níveis elevados de desigualdade trabalham contra a democracia. Segundo, (...) nossa definição não diz nada sobre a responsabilidade pública, sobre as falhas do estado de direito, com exceção das que incidem sobre as liberdades civis e os direitos políticos, e sobre casos de 'decretismo'. A inclusão desses critérios não inerentes à natureza da democracia resulta em uma definição não mínima.²¹

Pensamos que é sempre complicado designar um regime político através de escalas, códigos, "níveis", atribuindo pontuações sem considerações de análise interna a esse regime e às condições históricas em que ele se desenvolve.²²

Para a discussão desse módulo e concernente ao período que aqui nos interessa (1945-1947), se fôssemos "batizar" o regime político extraído das eleições de dezembro de 1945, poderíamos chamá-lo de, e às vezes forçosamente, democracia limitada, ou de semidemocracia, sendo esta última uma expressão designada pelos autores que sugerem uma classificação tricotômica²³ para os regimes políticos latino-americanos.

Não obstante, observamos que no período analisado foram produzidas pelos agentes políticos certas interdições que colocaram a democracia sob suspeita. Um dos primeiros argumentos para tal interdição é dado pela própria lei eleitoral de 1945.

²¹ Ibid.

²² Nesse aspecto, MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN trabalham, basicamente, em dois sentidos: no âmbito da definição mínima de democracia e na aplicação de regras de codificação que avaliam o grau de violação das quatro propriedades inerentes à definição de democracia. As violações podem ser graves ou parciais. Quando os governos não cometem nenhuma violação de nenhum dos quatro critérios, são codificados como democráticos; se mostram uma ou mais violações graves, são classificados como autoritários e como semidemocráticos se apresentam apenas violações parciais em uma ou mais categorias.

²³ MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN constroem uma classificação tricotômica dividindo os regimes políticos em democracia, semidemocracia, e não-democracia ou autoritarismo. Os autores alegam que a tricotomia resulta em uma diferenciação mais detalhada do que a obtida em classificações dicotômicas e ainda evita a necessidade de reunir a grande quantidade de informações que uma medida mais refinada exige.

Em que pese essa lei eleitoral haver sido elaborada nos estertores do Estado Novo, foi ela quem imprimiu foro legitimador ao regime que ascendeu em 1946.²⁴ O governo Dutra e o Congresso constituinte foram instâncias tributárias de uma legislação anterior, o que não significa diretamente que ela tenha sido mais ou menos restritiva em relação àquilo que poderia ser criado em matéria eleitoral pelo sistema político instaurado.²⁵ Suas limitações são evidentes na medida em que retiraram grande contingente eleitoral da participação pelo voto. Mesmo que aceitemos a política excludente de época referente à participação eleitoral como um importante substrato cultural, esse argumento não elude o fato da não participação de significativa massa de votantes nas eleições de 1945.

Essa observação incide diretamente sobre a segunda propriedade da democracia codificada por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán:

A segunda propriedade da democracia é que o direito de voto deve ser extensivo à grande maioria da população adulta. Isto significa um nível de inclusão próximo do sufrágio universal para a população adulta, mas muitos países admitem exclusões (doentes mentais, prisioneiros) que não diminuem, todavia, as credenciais democráticas do regime. Se grandes parcelas da população são excluídas do direito de sufrágio, o regime pode ser uma oligarquia competitiva, mas nas últimas décadas não seria uma democracia.²⁶

Ora, não foram doentes mentais e prisioneiros os excluídos do processo eleitoral. O ordenamento restringiu, conforme seu artigo 3º, os que não sabiam ler e escrever (letra a),²⁷ os militares em serviço ativo, salvo os oficiais (letra b), os mendigos (letra c). Pelo artigo 4º, foram desobrigados do exercício do voto os inválidos (letra a), os maiores de 65 anos (letra b), os brasileiros a serviço do país no estrangeiro (letra c), os oficiais das forças armadas em serviço ativo (letra d), os funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio (letra

²⁴ Decreto-Lei n. 7586 – de 28 de maio de 1945. Cf. LEX, op. cit., p. 137-164.

²⁵ Em 14 de maio de 1946, o Decreto-Lei 9258, que dispunha sobre o alistamento eleitoral, os partidos políticos e outras providências, manteve praticamente as mesmas limitações da lei eleitoral anterior. Cf. LEX, idem, p. 368-375.

²⁶ Cf. MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, Idem.

²⁷ Segundo Marco Aurélio Santana, os analfabetos representavam 23% dos votos em 1945. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 46 (essa informação está contida na nota de rodapé 10).

e), os magistrados (letra f), as mulheres que não exerciam profissão lucrativa (letra g).

Outro aspecto a considerar foi a vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946. Embora alguns partidos políticos, como o PCB,²⁸ se posicionassem contrários a essa violência jurídica, assinala Bonavides que o “Estado Novo teve ainda um aparente prosseguimento jurídico”,²⁹ permitindo ao governo Dutra assumir a competência pela legislação ordinária e acentuando a política do “decretismo”.

A democracia também foi contrariada pela criação de procedimentos que visavam conter as expressões da sociedade civil. Ainda por obra da política de decretismo e, possivelmente, com a ratificação dos partidos que o apoiavam no Congresso, o governo Dutra silenciou alguns organismos da sociedade, depondo contra a terceira propriedade da democracia definida por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán.³⁰ Em julho de 1946, o governo alterou disposições da CLT, concernentes à legislação sindical, com a proibição de “qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e o interesse da nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato”.³¹

Em abril de 1947, suspendeu o funcionamento, em todo o território nacional, da “União da Juventude Comunista”.³² Em maio de 1947, suspendeu o

²⁸ Para combater essa manobra jurídica o PCB se utilizou, inclusive, da imprensa de referência conforme pudemos observar nos seguintes artigos: Campanha Contra a Carta Fascista de 37. In: *Diário da Tarde*, de Curitiba, 14 de fevereiro de 1946, p. 2; Por Imediata Revogação do Estatuto de 10 de Novembro de 37. In: *Diário da Tarde*, de Curitiba, 18 de fevereiro de 1946, p. 1.

²⁹ Cf. BONAVIDES, “O Governo Linhares fizera um grande mal à reconstitucionalização do país: continuou a usar, como o seu predecessor deposto, a Carta de 1937. (...) e o Estado Novo teve ainda um aparente prosseguimento jurídico, depois da posse mesma do Presidente da República e durante o funcionamento do Parlamento constituinte, ambos eleitos pelo povo, o que, em face da Carta de 1937, então inexistente para uns e para outros irrevogada, conforme a média do entendimento geral dos mais abalizados juristas da época, era uma contradição, um absurdo, uma perplexidade”. Op. cit., p. 375-376.

³⁰ Segundo os autores, “A terceira propriedade é que as democracias devem dar proteção a direitos políticos e liberdades civis como a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a liberdade de organização, o direito de *habeas corpus* e outros. Mesmo que um governo seja escolhido em eleições livres e limpas, com amplo sufrágio, na ausência de uma genuína garantia das liberdades civis, não poderá ser considerado democrático de acordo com o entendimento da palavra no mundo moderno.” Cf. MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, op. cit.

³¹ Decreto-Lei nº 9502, de 23 de julho de 1946. Publicado no Diário Oficial da União nº 171, Ano LXXXV de 27/07/1946, p. 10296.

³² Decreto n. 22938 – de 15 de abril de 1947. Cf. LEX, op. cit., p. 77.

funcionamento em todo o território nacional, da “Confederação dos Trabalhadores do Brasil”.³³

Ainda em 1947, o regime político classificado como democracia, perpetrou um dos seus atos mais significativos: em decisão do Tribunal Superior Eleitoral, a 7 de maio, o registro do Partido Comunista do Brasil foi cassado, numa atitude que justificou o recrudescimento do anticomunismo ao longo da conjuntura de normalidade institucional.³⁴ Quanto à violência policial, explícita ou não, Paulo Sérgio Pinheiro, em instigante reflexão, asseverou que a sua extensão organizada pelo Estado foi comum nos períodos de “democracia limitada”, 1945 a 1964.³⁵

Resta questionarmos, enfim, qual o nível de democracia praticado no Brasil entre 1945 e 1947? Houve violações à prática democrática? Se houve, elas foram graves ou parciais?

Mais que um símbolo numérico para decorar uma estatística, a democracia pressupõe a superação do formalismo eleitoral e dos seus efeitos. Desse modo, esse formalismo eleitoral e seus desdobramentos tende a expressar “uma idéia de democracia que circula [e] fica sempre muito aquém da realidade concreta tal como se expressa na vida quotidiana”.³⁶

³³ Decreto n. 23046 – de 7 de maio de 1946. Idem, p. 101.

³⁴ Deixamos de mencionar aqui, e a favor de nossas análises, o desenvolvimento dos atos de repressão policial, como o acontecido no Largo da Carioca em 1946, comandados pela polícia do Distrito Federal quando da tentativa de realização de um comício do PCB. A violência provocou repulsa até nos integrantes das bancadas conservadoras no Congresso Constituinte.

³⁵ O autor conclui que a repressão policial e política é extensiva a todas as classes subalternas e que “a imagem que as classes dominantes circulam através dos meios de comunicação, nos períodos de democracia limitada, é que essa situação de opressão permanente das classes subalternas se ameniza. O que é equívoco: na verdade, o que ocorre, levando em conta o que aqui foi exposto, é um deslocamento entre a repressão específica de proteção ao regime e a repressão ao crime comum. (...) Mas o aparelho policial no Brasil jamais se deixou permear pela democratização: qualquer que seja a fundamentação política do estado a polícia continuou a exercer uma política de controle das classes subalternas. Especialmente porque nenhuma alteração dessa fundamentação política pôs em causa a exclusão das classes subalternas do processo de decisão”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência do Estado e Classes Populares*. In: *Dados*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 20, 1979.

³⁶ “Igualmente importante é não incidir na valorização de um regime constitucional que ficou aquém das promessas que suscitou. Afinal, a democracia capaz de se deixar permear pelas lutas populares é aquela que extrapola os espaços onde se reúnem e circulam os denominados representantes do povo; é aquela que se conquista no esforço pela organização do movimento social, que busca e concebe instrumentos de intervenção para além dos mecanismos que a ordem burguesa e capitalista reconhece e põe ao nosso alcance. Impõe-se pensar para além dos limites em que essas forças circunscrevem a ação popular”. NETTO, Evaristo Giovanetti. *A esquerda e os*

Diante dessa perspectiva, não foi de forma graciosa que Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán acabaram por reconhecer que o Brasil, mesmo “democrático”, e sem violações graves ou parciais das propriedades inerentes, pode ser enquadrado na suposta versatilidade do método de aferição democrática:

É claro que, mesmo trabalhando com regras explícitas de codificação, é difícil classificar certos países que podem estar numa ou noutra categoria. Por exemplo, dever-se-ia classificar o Brasil, no período entre 1946-1963 como uma semidemocracia, por causa das restrições à participação e à competição, ou como uma democracia, visto que a competição no plano nacional era bastante vigorosa e a participação ampla? É possível defender as duas possibilidades.³⁷

Outro elemento que deve ser considerado na vivência democrática, reside no fato de que a política pressupõe uma forma de expressão plural da vida dos homens. Sob o ponto de vista da filosofia política, a política se estabelece como relação, baseia-se na pluralidade dos homens, na convivência entre diferentes, está fora dos homens, e surge no *entre-homens*.³⁸ Assim, “Entre os homens em seu convívio, agir em conjunto e conversar entre si surge o mundo como um lugar de poder e não de força”.³⁹ Então, como atribuir “índices democráticos” quando as próprias formas jurídicas retratam que não se reconheceram “reivindicações juridicamente equânimes”,⁴⁰ e não foram considerados direitos elementares de prática política iguais aos diferentes?

Para Hannah Arendt, o Estado contemporâneo constitucional, monárquico ou republicano, se reveste de algumas características, que, em essência, o afirmam como estado democrático. São elas: a) governo controlado pelos governados; b) restringido em suas competências de poder e em sua aplicação de força.⁴¹ Ora, se é assim, a democracia não pode somente ser vista pela lente das eleições e de alguns de seus prolongamentos que implicam, em tese, em “*não-violações*”,

impasses da transição para a democracia no pós-guerra (1945-1946). In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, nº 6/7, 1996, p. 39 e 56.

³⁷ Cf. MAINWARING, BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, Op. cit.

³⁸ ARENDT, Hannah. *O que é Política?*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 23.

³⁹ Idem, p. 152.

⁴⁰ Idem, p. 23.

⁴¹ Ibid., p. 75.

porque não é do sistema eleitoral que parte a premissa de um espaço democrático.

Dar a público uma definição mínima de democracia, por obra de um método que contempla uma estatística, é deixar de perceber todos os lados que uma *coisa* tem, e deixá-la escapar à realidade e à sua compreensão mais aproximada. Se a política exige a pluralidade dos homens, e a participação de homens livres é o requisito para que essa própria política seja constantemente superada pela experiência democrática, como insular a democracia num mundo de escalas e projeções? Se a democracia infere a liberdade de manifestação, de organização, de agir conjunto, de ouvir e de fazer-se ouvir, então seria de supor, com base nos documentos elencados, que o Brasil teria, entre 1945-1947, homens “mais livres”, e homens “menos livres” para o exercício da prática democrática.

Os procedimentos de exclusão impostos pelo governo Dutra, em muitas de suas características, lembram as estratégias de pluralismo limitado típicas dos regimes autoritários analisados por Juan Linz.⁴² O regime pós Estado Novo ainda reteve aspectos essenciais do autoritarismo vigente anteriormente, sobretudo se considerarmos, como Linz faz ver, que “as elites do regime autoritário anterior puderam continuar a desempenhar um importante papel”,⁴³ ajudando a conservar ou acentuar traços limitadores típicos do autoritarismo. Esses traços ou características de pluralismo limitado deram-se sob algumas condições em que se ressaltaram a continuidade de uma estrutura sindical corporativista, a vigência estratégica da Constituição de 1937, a intensa repressão às liberdades de expressão, o rearranjo da Consolidação das Leis do Trabalho objetivando um

⁴² Pela expressão “pluralismo limitado” Juan Linz identifica os aspectos limitadores de participação política em regimes autoritários. A limitação, segundo Linz, “pode ser legal, ou de fato, implementada mais ou menos efetivamente, confinada estritamente a grupos políticos ou estendida a grupos de interesse, desde que continuem a existir grupos que influenciem o processo político de um modo ou de outro e que não sejam criados por dependentes do Estado. Alguns regimes vão tão longe a ponto de institucionalizar a participação política e um número limitado de grupos ou instituições independentes, ou mesmo, de encorajar eu aparecimento, sem, entretanto, deixar qualquer dúvida sobre o fato de que são os governantes os que definem os grupos cuja existência é permitida e sob que condições”. Cf. LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Coord.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 119-215. A citação é referente à página 123.

⁴³ Idem, p. 147.

maior controle sobre a organização dos trabalhadores, o cancelamento do registro de partidos políticos, a exacerbação das políticas anticomunistas.

No entanto, mesmo a prática de um exercício democrático limitado no período, não impediu que partidos como o PCB, proscrito da arena política desde 1927, emergisse para o espaço público e se reorganizasse, comprometido com a nova linha política definida pelo movimento comunista internacional.⁴⁴

Por outro lado, observou-se durante a efêmera vida dos comunistas fora da clandestinidade (1945-1947), um recrudescimento das políticas anticomunistas, sobretudo quando estas foram reafirmadas pela intensificação do imaginário político, cuja culminância foi o processo que gerou a cassação dos comunistas. Nas páginas seguintes, devemos evidenciar essa efervescência do imaginário anticomunista, tomando como base de nossas análises, dois corpos de documentos: o *Suplemento Político* do jornal curitibano *Diário da Tarde*, e os votos dos ministros do TSE que decidiram pelo cancelamento do registro do PCB em maio de 1947.

3.2 O Suplemento Político do Diário da Tarde – instrumento de divulgação anticomunista

Entre 10 de maio e 3 de setembro de 1946, circulou um encarte especial no jornal curitibano *Diário da Tarde* com o nome de *Suplemento Político*.⁴⁵ Esse caderno se constituiu, durante as 100 edições veiculadas, numa ampla frente de divulgação anticomunista, imprimindo em suas páginas temáticas sensíveis relacionadas ao imaginário do fenômeno.

⁴⁴ Em linhas gerais, essa política se baseava na unificação nacional e no desenvolvimento pacífico das “forças democráticas”, na colaboração dos comunistas com os governos nacionais burgueses, na participação dos PC’s nacionais em eleições gerais. Mercê dessa política, e guindados pelo prestígio da URSS após a vitória sobre o nazi-fascismo, os PC’s, em muitos lugares, transformaram-se em partidos de massa, compondo gabinetes ministeriais em governos não comunistas, como foi o caso da França, com Maurice Thorez, e da Itália, com Palmiro Togliatti. Uma apreciação crítica do movimento comunista internacional de pós-guerra é dada por CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista* – vol. 2 – O apogeu do stalinismo. São Paulo: Global, 1982.

⁴⁵ A edição desse caderno esteve a cargo de Wilson Martins. Em contato com o jornalista nos dias 22, 26, e 27/12/2003, ele ressaltou que sua responsabilidade era limitada às notícias sobre a interventoria de Brasil Pinheiro Machado, e não tinha qualquer relação com as matérias de divulgação anticomunista.

Atento aos movimentos da política nacional e local que diziam respeito à atuação dos comunistas, o *Suplemento* apresentou seu “Programa” na edição nº 1, exibindo uma relativa distância entre os propósitos evidenciados e a preocupação central efetivamente desenvolvida ao longo de 100 publicações.

As finalidades do “Programa” do *Suplemento* sublinhavam que ele seria a expressão do pensamento construtivo de “um povo que sabe distinguir em sua história regional e na história do Brasil por qualidades nunca esmorecidas de dedicação aos altos interesses da coletividade e de trabalho sadio pelo progresso cada vez maior de nossa Pátria”.⁴⁶

A especialidade do *Suplemento*, segundo o “Programa”, seria encarregar-se da atualidade política do Paraná e do Brasil, mediante um trabalho de divulgação, análise e interpretação dos acontecimentos, reunindo assim, esforços para que um “povo esclarecido, ativamente interessado nas coisas públicas”, fosse “capaz de resistir aos cantos de sereia dos oportunistas políticos”.⁴⁷

Tracejar rumos, coesionar a população em torno de objetivos bem delineados utilizando a “arma democrática da verdade”, caucionava “A herança histórica e moral que recebemos de nossos maiores”, transmitindo-a “às gerações vindouras acrescida do patrimônio que acumularmos por nossas obras e por nossa atuação cívica”.⁴⁸

Assim, o “homem das araucárias” era convocado a intervir nos desígnios da política local pelo desprendimento, priorizando a saúde política do Estado, numa atitude que deveria se exprimir “acima dos interesses pessoais”, fazendo do território “um núcleo vivo, construtor e fecundo de uma democracia perene”.⁴⁹

Embora reservasse alguma atenção aos problemas políticos locais, como administração pública, economia popular, etc., e raras vezes mencionasse algo sobre os debates na Constituinte, o fator que mais impulsionou a linha editorial do *Suplemento* foi sua política anticomunista.

⁴⁶ Suplemento Político nº 1, de 10/05/1946, Programa.

⁴⁷ Suplemento, idem.

⁴⁸ Suplemento, ibid.

⁴⁹ Suplemento, id., ibid.

Essa política anticomunista, em consonância ao caráter de resistência diante dos “cantos de sereia dos oportunistas políticos”, pode ser observada, numa primeira abordagem, por um breve levantamento estatístico.

De um total de 100 edições, o tema do anticomunismo apareceu em nada menos do que 70 edições (70%). Porém, as matérias anticomunistas sobrepujaram o número de edições em que apareceram. Foram 82 matérias dentro de 70 edições. No mês de maio de 1946, quando o *Suplemento* teve início, foram computadas 19 edições: desse montante, 11 edições traziam 16 matérias; em junho foram publicadas 25 edições do *Suplemento*, sendo que 24 edições exibiam 27 matérias anticomunistas. Em julho, das 27 edições publicadas, 23 edições comportavam 26 matérias; em agosto, de 27 edições, 11 edições abriam espaço para 12 matérias; e finalmente, em setembro, 2 edições e 1 matéria publicada.

O *Suplemento* também publicava a palavra abalizada dos “especialistas” anticomunistas, ora por meio de transcrições de outros veículos, ora por entrevistas com protagonistas locais que especificavam a distinção entre “nós” e os comunistas.

Da listagem de personalidades que emprestaram sua colaboração ao *Suplemento* constavam professores, pensadores, políticos e militares: professor Durval Ribeiro,⁵⁰ Tristão de Ataíde,⁵¹ professor João Ribeiro de Macedo Filho,⁵² professor José Pereira de Macedo,⁵³ professor Arthur Ferreira dos Santos,⁵⁴ general Raimundo Sampaio,⁵⁵ coronel Plínio Tourinho,⁵⁶ David Carneiro,⁵⁷ Othon Mader,⁵⁸ general Gustavo Cordeiro de Farias,⁵⁹ professor Garcez do

⁵⁰ Suplemento Político nº 21 de 03/06/1946 e Suplemento Político nº 38, de 22/06/1946.

⁵¹ Suplemento Político nº 30, de 13/06/1946.

⁵² Suplemento Político nº 35, de 19/06/1946.

⁵³ Suplemento Político nº 41, de 26/06/1946.

⁵⁴ Suplemento Político nº 45, de 01/07/1946.

⁵⁵ Suplemento Político nº 47, de 03/07/1946.

⁵⁶ Suplemento Político nº 48, de 04/07/1946.

⁵⁷ Suplemento Político nº 50, de 06/07/1946.

⁵⁸ Suplemento Político nº 50, de 06/07/1946.

⁵⁹ Suplemento Político nº 59, de 17/07/1946.

Nascimento,⁶⁰ Oscar Borges de Macedo,⁶¹ general Agostinho dos Santos,⁶² major Arthur da Costa Seixas.⁶³

O quadro demonstrativo que apresentamos a seguir, embora exaustivo, é necessário na medida em que reforça nosso primeiro argumento a respeito do local quantitativo que ocupavam as preocupações anticomunistas do *Suplemento*. Além de discriminar o título de todas as matérias, o quadro traz ainda a data e o número de edição do *Suplemento* em que a matéria foi publicada.

Data da Edição	Matéria	N° da Edição
11/05/1946	Combate a um Partido político que obedece Orientação Estrangeira	Suplemento n° 2
14/05/1946	Mobilização das Forças Democráticas	Suplemento n° 4
18/05/1946	A separação do Joio do trigo	Suplemento n° 8
21/05/1946	A Ofensiva contra o Comunismo	Suplemento n° 10
21/05/1946	Infiltração comunista no Congresso de Estudantes	Suplemento n° 10
22/05/1946	Comunismo	Suplemento n° 11
22/05/1946	Fragorosamente derrotadas as provocações comunistas	Suplemento n° 11
23/05/1946	Ainda o Comunismo	Suplemento n° 12
23/05/1946	O Comunismo e os Estudantes	Suplemento n° 12
27/05/1946	Movimento Estudantil contra o Comunismo	Suplemento n° 15
28/05/1946	O Partido Comunista e o Plano de Emergência	Suplemento n° 16

⁶⁰ Suplemento Político n° 69, de 29/07/1946.

⁶¹ Suplemento Político n° 77, de 07/08/1946.

⁶² Suplemento Político n° 80, de 10/08/1946.

⁶³ Suplemento Político n° 100, de 03/09/1946.

Data da Edição	Matéria	Nº da Edição
29/05/1946	Os Estudantes Democratas Organizam-se contra o Comunismo	Suplemento nº 17
30/05/1946	O Povo Paranaense apóia a Campanha dos Estudantes conta o Comunismo	Suplemento nº 18
30/05/1946	O Grande Dever do Momento	Suplemento nº 18
31/05/1946	Vitoriosa a Organização contra o Comunismo	Suplemento nº 19
31/05/1946	O General Góes e o Comunismo	Suplemento nº 19
01/06/1946	Diretoria Democrática na União Paranaense de Estudantes	Suplemento nº 20
03/06/1946	O Comunismo e o Brasil	Suplemento nº 21
04/06/1946	União Partidária contra o Bolchevismo	Suplemento nº 22
05/06/1946	Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas	Suplemento nº 23
06/06/1946	Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas	Suplemento nº 24
07/06/1946	Crime Contra a Nação e Contra a Humanidade	Suplemento nº 25
07/06/1946	Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas	Suplemento nº 25
08/06/1946	Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas	Suplemento nº 26
10/06/1946	A Rússia está atrasada 150 anos em relação ao Ocidente	Suplemento nº 27
10/06/1946	Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas	Suplemento nº 27
11/06/1946	Detesto o Comunismo	Suplemento nº 28
12/06/1946	Vitoriosa a Organização Estudantil contra o Comunismo	Suplemento nº 29
13/06/1946	Salvar o Brasil pela Democracia	Suplemento nº 30

Data da Edição	Matéria	Nº da Edição
14/06/1946	Primeiro Comício Estudantil Anti-Comunista	Suplemento nº 31
15/06/1946	Programas Radiofônicos dos Estudantes Democráticos	Suplemento nº 32
17/06/1946	Os Estudantes Democratas vencem em toda a Linha	Suplemento nº 33
19/06/1946	O Comunismo e as Classes Estudantis	Suplemento nº 35
20/06/1946	O Movimento Estudantil Contra o Comunismo	Suplemento nº 36
21/06/1946	Conquista todo o Estado o Movimento dos Estudantes Democratas	Suplemento nº 37
22/06/1946	O Comunismo é a negação da própria dignidade do homem	Suplemento nº 38
24/06/1946	Ampla repercussão para o Movimento dos Estudantes Comunistas	Suplemento nº 39
25/06/1946	Comunismo – Opressor das Liberdades	Suplemento nº 40
26/06/1946	É melhor ser Lobo esfaimado livre no mato, que Cachorro gordo na coleira	Suplemento nº 41
27/06/1946	A opinião Democrática manifesta-se contra o Comunismo	Suplemento nº 42
28/06/1946	Vitórias e Lutas dos estudantes Democratas	Suplemento nº 43
28/06/1946	O Amor dos Comunistas ao Proletariado	Suplemento nº 43
29/06/1946	Apenas quatro Sindicatos estão participando efetivamente do Congresso Sindical	Suplemento nº 44
01/07/1946	Democracia e Comunismo são categorias políticas antitéticas	Suplemento nº 45

Data da Edição	Matéria	Nº da Edição
03/07/1946	O Comunismo, como Nazismo e Fascismo é Totalitário e Liberticida	Suplemento nº 47
04/07/1946	A Democracia – Único Sistema capaz de conciliar o interesse do povo	Suplemento nº 48
05/07/1946	Estudantes Democratas em todo o interior do Estado	Suplemento nº 49
06/07/1946	Doutrina contra Doutrina!	Suplemento nº 50
08/07/1946	Nenhuma colaboração com o Comunismo	Suplemento nº 51
11/07/1946	Ponta Grossa prestigia o movimento Anti-Comunista	Suplemento nº 54
12/07/1946	Combatendo o Credo Vermelho	Suplemento nº 55
12/07/1946	Tendência do Sentimento Político	Suplemento nº 55
13/07/1946	Ainda a viagem dos Estudantes Democratas a Ponta Grossa	Suplemento nº 56
15/07/1946	A Feira Livre e os Estudantes Democratas	Suplemento nº 57
16/07/1946	Moscou não estenderá suas garras sobre o Brasil porque a mocidade está Alerta!	Suplemento nº 58
17/07/1946	Disse o General G. Cordeiro de Farias: “Minha missão dentro do Exército é impedir a Infiltração Comunista”	Suplemento nº 59
18/07/1946	A Juventude e o Movimento Democrático	Suplemento nº 60
19/07/1946	Repercussão nacional do Movimento Democrata Estudantil	Suplemento nº 61
20/07/1946	Alcança todo o Interior Paranaense	Suplemento nº 62
22/07/1946	Os Estudantes Democratas no Interior	Suplemento nº 63
23/07/1946	O Objetivo dos Comunistas Latino-Americanos	Suplemento nº 64
24/07/1946	Mobilização Geral para a Democracia	Suplemento nº 65

Data da Edição	Matéria	N° da Edição
26/07/1946	Proibidas Atividades Político-Partidárias nas Entidades Sindicais	Suplemento n° 67
27/07/1946	Proibidas Terminantemente as Atividades Políticas nos Sindicatos	Suplemento n° 68
29/07/1946	Na Rússia Soviética o Povo é Escravo do Governo	Suplemento n° 69
29/07/1946	Forças Políticas Estrangeiras Controlam a Ação dos Trabalhadores no País	Suplemento n° 69
30/07/1946	Um Comitê Democrático na cidade da Lapa	Suplemento n° 70
30/07/1946	A Intromissão Política na vida das nossas Entidades Sindicais	Suplemento n° 70
31/07/1946	O Movimento Democrático Estudantil	Suplemento n° 71
02/08/1946	Burla Vermelha	Suplemento n° 73
05/08/1946	Organização Paranaense Anti-Comunista	Suplemento n° 75
05/08/1946	Na Lapa um Comitê Anti-Comunista	Suplemento n° 75
06/08/1946	Os Comunistas preparam-se para dominar todos os Sindicatos	Suplemento n° 76
07/08/1946	Os Comunistas tentam subverter a Ordem e Implantar no País um Regime contrário às nossas Tradições	Suplemento n° 77
08/08/1946	Sindicatos e Eleições	Suplemento n° 78
09/08/1946	A Campanha Democrática necessita do Apoio Coletivo	Suplemento n° 79
10/08/1946	Como combater o Comunismo	Suplemento n° 80
15/08/1946	Mundo Fechado	Suplemento n° 84
17/08/1946	A Nova Febre Amarela	Suplemento n° 86

Data da Edição	Matéria	Nº da Edição
19/08/1946	A Doutrina e a Prática dos Comunistas. Capitalismo e Proletariado – Comunismo e Moralidade	Suplemento nº 87
31/08/1946	A cidade de Castro é contra o Comunismo	Suplemento nº 98
03/09/1946	O Inimigo Interno vive conosco	Suplemento nº 100

O quadro exposto, procurou dar uma compreensão sob o ponto de vista numérico dos propósitos do *Suplemento*. Como um dado estatístico, ele não pode ser privilegiado na mesma proporção do conteúdo das matérias publicadas.

Nesse sentido, essas matérias podem ser classificadas em dois grupos de divulgação não rígidos, mas que apresentam uma combinação. O primeiro grupo atingia uma ordem mais ampla de divulgação, contando com matérias transcritas de jornais nacionais, e tratando o fenômeno comunista como perigo generalizado pelo país. Esse grupo de matérias abrangia, de forma geral, a discussão sobre o problema sindical e a contínua intervenção dos comunistas na organização dos trabalhadores, além de tratar das ligações do PCB com o movimento comunista internacional. O segundo grupo dedicava espaço às notícias locais, e sobretudo, preocupava-se em publicar entrevistas com personagens que discorriam sobre o conceito de democracia, distinguindo o “modo de vida” no comunismo e no capitalismo. Principalmente, sua atenção esteve muito voltada em divulgar um organismo chamado OEAC – Organização Estudantil Anti-Comunista,⁶⁴ criado após uma dissensão entre “democratas” e “comunistas” no embate pela conquista da diretoria da UPE – União Paranaense de Estudantes.

Como referimos, esses dois grupos de matérias se harmonizavam para formar o que se presumia como uma linha de frente de defesa das instituições, agregando um considerável patrimônio presente nas fabulações do imaginário

⁶⁴ Daqui a diante essa organização será denominada pela sigla OEAC.

anticomunista. Para investigarmos com maior especificidade a conduta político-editorial do *Suplemento*, adotamos critérios que dividem os dois grupos de matérias em três ordens de discussão.

No primeiro tópico, abordamos a influência que o *Suplemento* atribuía ao stalinismo na determinação sobre a linha política dos comunistas brasileiros. Embora essa influência seja notável, nossa proposta deteve-se em compreender as estratégias utilizadas pelo *Suplemento* para validar a assertiva trilhando o caminho de um criativo imaginário político. Esse caminho passava pela crítica à subserviência de Prestes às ordens de Moscou, e pela infalível alusão à presença subterrânea de comunistas estrangeiros em todos os lugares, ludibriando um trabalhador incauto.

A segunda discussão tem como diretriz enfatizar o esforço do *Suplemento* na divulgação da OEAC. Nascida, segundo o caderno, de uma dissidência democrática no seio da União Paranaense de Estudantes, a OEAC ganhou pela voz do *Suplemento* um estatuto de certo modo ficcional, debatendo-se na empresa de denunciar a intervenção e influência de estudantes comunistas na política estudantil. Levando sua “experiência” e bandeiras de luta para algumas cidades do interior do Estado do Paraná, a OEAC abrigou toda a sua legitimidade nas palavras do *Suplemento*.

Por fim, o terceiro tópico trata de evidenciar as matérias que projetavam as distinções entre democracia e comunismo. Nesse aspecto, o *Suplemento* fundava-se na dicotomia entre categorias políticas para reafirmar os valores do modo ocidental de vida e de direção política da sociedade. Exaltando as concepções liberais, e a vivência democrática amparada unicamente na existência do sistema de representação parlamentar, o *Suplemento* veiculava o imaginário da impossibilidade de implantação de um regime político divorciado daquela natureza. Por outro lado, para acentuar a dicotomia, desvalorizava o comunismo, visto como um deserto político, escravizador, e destituído da liberdade essencial, sobretudo aquela subordinada à livre iniciativa de mercado.

3.2.1 Stalin: Presidente do Brasil?

Quem é Prestes? Um oficial que não tem feito outra coisa senão conspirar as forças armadas do Brasil. Um oficial que não se pejou afirmar e reafirmar o propósito de ferir a sua pátria pelas costas, lutando contra ela, se um dia for agredida pela Rússia. Um oficial que ordenou o morticínio de seus companheiros de farda, numa empreitada medonha de felonía e pusilanímidade, reunindo aqui para isso numerosos estrangeiros e mais tarde teve que responder pelo assassinato de uma criança de dezessete anos, Elza Fernandes, ferozmente sacrificada a seu mando (...) esse laçao de Stalin, que na primeira oportunidade que teve ao falar ao povo, depois de egresso da cadeia, deu um viva ao Exército Vermelho e não teve uma palavra para os brasileiros soldados da FEB, que então ainda estavam na Itália? ⁶⁵

De todos os comunistas brasileiros, Prestes foi, durante sua longa trajetória política o mais requisitado para modelar a inspiração do imaginário anticomunista. Não somente através do discurso político que acendia a paixão anticomunista, e não somente pela reafirmação de suas ligações com o comunismo mundial e com a URSS. Prestes foi também, muito solicitado pelas representações depreciativas construídas pela iconografia anticomunista. ⁶⁶

Além de desmontar a bravura de Prestes, delegando-lhe o posto de “laçao” de Stalin, e como personagem covarde e subserviente ao agente estrangeiro, ⁶⁷ na assiduidade com a qual comparecia nas páginas do *Suplemento*, Prestes era relacionado freqüentemente com uma representação mais ampla. Aquela que atribuía aos comunistas brasileiros a graciosa entrega política da nação aos inimigos, e via na figura de Stalin o futuro condutor de um país enredado pela “sanha” comunista.

A construção de um ambiente fatalista e propício à invasão comunista reacendeu o mito da conspiração em plena era de legalidade do PCB. Sob essa ótica, a conspiração vitimaria sobretudo a classe trabalhadora, fragilizada pelo

⁶⁵ O Grande Dever do Momento. In: Suplemento Político n° 18, de 30/05/1946.

⁶⁶ “Atacá-lo era o mesmo que criticar o partido e, por isso, sua figura foi bastante utilizada nas representações anticomunistas. A imagem caricaturada do ‘cavaleiro da desesperança’ pode ser encontrada às dezenas na iconografia anticomunista, funcionando como símbolo do comunismo brasileiro”. Cf. MOTTA, op. cit., p. 120-121.

⁶⁷ Em alusão ao movimento de 1935, o *Suplemento* assinalava: “Expôs numerosas pessoas a ferimentos e atropelos, mas ele e os seus maiores conservaram-se à distância. À traição junta a covardia e a falta de sentimento e piedade para com aqueles que malvadamente atirou contra os policiais”. Suplemento Político, op. cit.

imaginário anticomunista, e impotente para resistir aos métodos truculentos da ação bolchevista.

Em matéria produzida durante a greve dos portuários na cidade de Santos, Assis Chateaubriand propunha como motivador do movimento a contaminação dos trabalhadores pela propaganda comunista. Essa propaganda atuava em dois níveis: desintegração econômica e desintegração social, impedindo a retomada do desenvolvimento econômico.⁶⁸

Uma das principais justificativas de Chateaubriand para a eclosão do movimento, teria sido a presença de elementos estranhos no sindicato dos estivadores, visto por ele como “o instrumento soviético em Santos”.

A lei, fechando o sindicato e recolocando a palavra dos “operários brasileiros”, teria também silenciado a voz de “Turcos, ciganos, russos...: Morreu o cafarnaum internacional com a separação do joio bolchevista do rico trigo brasileiro”.⁶⁹

A representação sobre o perigo que vinha de fora, habitava na idéia de um país administrado e controlado por ações desnacionalizantes concentradas no PCB, como reprodutor fiel da política soviética.

Mesmo prevalecendo a noção de que o PCB era um agrupamento político dirigido de fora do país, uma agremiação antiamericana e antinacional, o *Suplemento* estabelecia algumas sugestões de combate ao comunismo que não incluíam necessariamente a cassação do partido, mas evitariam a indesejada presença de Stalin na “cadeira presidencial”. O *Suplemento* propunha a utilização de certos meios que a democracia consagrava: a propaganda pela imprensa, pelo rádio, na tribuna e na cátedra. No âmbito do Parlamento, o PSD era apontado como força viva de resistência aos comunistas, embora não fosse menosprezada uma aliança com udenistas:

Maiores razões tem ainda o PSD para tomar a dianteira na luta contra o comunismo. É o partido majoritário, com a responsabilidade da eleição do presidente Dutra e que deve, por isso mesmo, constituir o mais avançado

⁶⁸ “O alvo é a conquista do poder. As etapas são: primeiro a desintegração econômica, e depois, a desintegração social, Aquela é prodromica desta. Desarticula-se a máquina da produção, provocando greves, aumentos de salários, que onerem de uma forma incompatível”. CHATEAUBRINAD, Assis. A Separação do Joio do Trigo. In: *Suplemento Político* n° 8, de 18/05/1946.

⁶⁹ *Suplemento*, idem.

anteparo a um agrupamento revolucionário, cujo esforço primordial tem sido perturbar a obra do governo, criar-lhe dificuldades de toda a natureza, com a idéia de incompatibilizá-lo perante as massas trabalhadoras, suscitando um ambiente de intranqüilidade e desânimo de que pretende aproveitar-se para golpear as instituições.

Se udenistas e pessedistas visam o mesmo objetivo em face dos bolchevistas, por que não somar as suas energias, na elaboração de um programa comum, em que cada qual tenha a sua parte e patrioticamente a desempenhe dentro de seus recursos?⁷⁰

Uma versão semelhante que pregava a mobilização também apareceu na palavra de Pereira Lira, diretor do Departamento Federal de Segurança Pública no governo Dutra. Segundo Lira, era preciso mobilizar todas as classes interessadas no saneamento do país, para lutar contra o perigo de infiltração e de entorpecimento.

Denunciando um plano diabólico externo para dominar o Brasil e a América, Lira se apropriava de muitos artefatos do imaginário anticomunista em disponibilidade social, como infiltração, sabotagem, forças estrangeiras temíveis etc.

Não bastava, nesse aspecto, apenas a ação das autoridades. Havia a necessidade de “conclamar os jornalistas; atrair o magistério; arregimentar os trabalhadores; invocar as forças espirituais; pôr as mulheres do Brasil a serviço da causa e a ninguém deixar na inatividade e no comodismo”.⁷¹

Na experiência anticomunista, a infiltração era generalizada e facilitada pela liberalidade democrática da legislação, e por um componente essencial do patrimônio conspiratório dos comunistas: a deficiência numérica. O pouco número de subversivos, ao invés de prejudicar, era um ponto favorável na desestabilização social. A defasagem dos “arautos da dissolução” era um fator superado pelo arrojo que os comunistas demonstravam na “ciência” da conspiração:⁷²

⁷⁰ União Partidária contra o Bolchevismo. In: Suplemento Político nº 22, de 06/06/1946.

⁷¹ Forças Políticas Estrangeiras controlam a Ação dos Trabalhadores no País. In: Suplemento Político nº 69, de 29/07/1946.

⁷² “Em comentário ontem publicado, tivemos oportunidade de chamar a atenção de nossos leitores para a perigosa infiltração comunista de que o Brasil está sendo vítima neste momento. Sob a proteção de pretensas garantias democráticas, os comunistas não perdem ocasião de

Enquanto isso, a infiltração comunista continua em todos os ramos da atividade. Desde as estradas de ferro até aos congressos de estudantes, e das atividades burocráticas até o interior das fábricas. Em toda a parte os elementos comunistas que não são muitos, mas suprem sua deficiência numérica com um arrojo único, procuram desarticular a sociedade brasileira nas bases de sua própria organização para aqui instaurar uma filial do paraíso soviético.⁷³

Pode-se observar claramente a criação de um clima de angústia, a antevisão de uma “burla vermelha” e de incertezas políticas que arrastariam a todos aqueles não comprometidos e não engajados na política anticomunista, a partir do estímulo da imaginação. Assim, todo o cenário era construído para fazer crer que um partido político trabalhava “para o regime totalitário que lhe oferece recursos materiais e lhe traça as diretrizes”.⁷⁴

A burla vermelha antecipava uma espécie de visão orwelliana dos regimes políticos:

Saibam, outrossim, que o estado soviético tudo absorve, cabendo, apenas, ao pobre operário trabalhar sempre e sempre exaustivamente – trabalhar em proveito da casta que domina, de maneira absoluta, brutal, senhora de tudo, não respeitando aquilo que se chama direito de liberdade e justiça... (..) E assim, torcendo os fatos, apresentando o regime totalitário da Rússia como um paraíso, afirmando que ali os trabalhadores são verdadeiros senhores da Nação, vão os comunistas iludindo os que se deixam embair por promessas cor de rosa e pela cordialidade capitosa dos falsos salvadores.⁷⁵

Para reforçar o perigo progressivo de implantação do domínio bolchevista no Brasil, o *Suplemento* também produzia imagens que associavam o comunismo a doenças infecciosas. O comunista era portador de miasmas morais contaminando todos os lugares pelos quais passava, e com sua presença insidiosa, “ar de inocência”, espalhava seu “triste veneno escondendo-o debaixo de frases retumbantes ou maviosas e sempre anestesiadas por uma aparente comiseração dos males dos outros e um falso interesse pelos sofrimentos alheios”.⁷⁶

fomentar a desordem, em todos os meios e no seio de todas as classes”. Ainda o Comunismo. In: *Suplemento Político* n° 12, de 23/05/1946.

⁷³ Comunismo. In: *Suplemento Político* n° 11, de 22/05/1946.

⁷⁴ Burla Vermelha. In: *Suplemento Político* n° 73, de 02/08/1946.

⁷⁵ *Suplemento*, idem.

⁷⁶ A Nova Febre Amarela. In: *Suplemento Político* n° 86, de 17/08/1946.

Sorrateiro, sem descanso, o comunista incubava “o micróbio do mal tornando o ser doente moralmente, gerando o ódio das classes superiores e dos ricos, o desprezo à moral, a aversão à religião...”. Tal como o mosquito da febre amarela; após contaminar o ser social com seu discurso sedutor, e satisfeito, o comunista “recolhe a trompa, abre as asas e esconde-se num lugar sombrio e fresco”.⁷⁷

A vítima, no começo sentirá uma leve coceira, e à medida que os micróbios forem aumentando, o corpo vai ficando mole, apático e depois vem a febre incurável, o abandono do trabalho, a miséria e a morte. (...) Como o dr. Oswaldo Cruz ajudado pelo povo carioca acabou com a febre amarela no Rio de Janeiro também nós ajudemos nesta luta de vida e de morte opondo idéias sãs às idéias malsinadas. Deus ao materialismo e o Brasil à Rússia.⁷⁸

A concretização dessa luta de vida ou de morte, pode ser extraída da entrevista que concedeu ao *Suplemento*, Oscar Borges de Macedo, secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná. Em agosto de 1946, Macedo adiantava algumas medidas que viriam facilitar o serviço da polícia nos assuntos afetos à ordem e à segurança nacional. Como em muitas fases da história política republicana, umas das maiores preocupações da polícia, em termos de segurança pública, envolvia os métodos de combate ao comunismo.⁷⁹

Uma dessas medidas, em combinação com o Departamento Federal de Segurança Pública estimava alcançar a atividade dos comunistas, esquadrinhando seus passos, numa conjugação de esforços que abrangia a vigilância contínua sob responsabilidade da DOPS.⁸⁰

A ação foi imediata. Uma infiltração de sinal trocado marcava a presença constante de agentes da DOPS nas reuniões das células comunistas em Curitiba.

⁷⁷ *Suplemento*, idem.

⁷⁸ *Suplemento*, ibid.

⁷⁹ A pesquisa de AZEVEDO evidenciou o papel dos órgãos de segurança do governo Dutra na repressão ao comunismo através das operações da SSNJ – Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Cf. AZEVEDO, op. cit., especialmente cap. III: “Dimensões do combate ao comunismo”, p. 108-197.

⁸⁰ “É sabido que por lei, os serviços de polícia dos Estados estão em íntima relação com o Departamento Federal de Segurança, principalmente em assuntos que afetam a ordem e a segurança nacional. Por essa razão, havia necessidade de um entendimento direto do Secretário de Segurança do Paraná com a Chefia de Polícia do Rio, para combinação de medidas de interesse comum”. Os Comunistas Tentam Subverter a Ordem a Implantar no País um Regime Contrário às nossas Tradições. In: *Suplemento Político* n° 77, de 07/08/1946.

Em 30 de agosto de 1946, o agente X, relatava ao delegado titular da DOPS, as impressões retiradas de uma reunião havida na célula Olga Benário Prestes, na noite do 16 de agosto.⁸¹

Outras operações semelhantes se sucederam, pelo menos, em 29 de agosto,⁸² em 20 de setembro,⁸³ em 7 de novembro de 1946,⁸⁴ e em 9 de janeiro de 1947.⁸⁵

Normalmente, o conteúdo desses relatórios ao invés de revelar uma grave conspiração comunista em curso, definia-se por informações burlescas e anotações burocráticas. A própria irrelevância dessas informações talvez acompanhasse um certo marasmo das reuniões promovidas pelas células, como pode ilustrar o exemplo abaixo:

Curitiba, 29 de agosto de 1946
 Sr. Delegado de O. P. e Social
 Levo ao vosso conhecimento que, ontem, assisti uma reunião do P. C. B. (célula Marcílio Dias) na residência do sr. Saul Dias, à rua Ermelino de Leão n. 40.
 Teve início às 20 horas e terminou às 23 horas.
 Falou Saul Dias sobre o Jornal do Povo que deverá estrear dia 9/9 do corrente ano, e que cada célula deve contribuir com uma certa importância para beneficiamento da redação. Coube a Célula Marcílio Dias a soma de Cr\$ 1.000,00.
 Falou o sr. Manfredini sobre os postos eleitorais a serem promovidos pelas células, os referidos postos devem ser colocados em casas de militantes para economia da célula. Cientifiquei-me dos seguintes nomes: Amâncio Machado Soares e sua esposa Enir Soares ambos registrados no P. C. B., Rosalina Alves (Secretária Eleitoral) e Augusto Goth Tavares, comerciante, residente à rua Comendador Araújo n. 30, o qual cedeu uma sala de sua residência para um posto eleitoral.
 Nada mais ocorreu digno de levar ao conhecimento.
 Respeitosamente.
 (a) Keinert⁸⁶

⁸¹ DOSSIÊ RELAÇÃO DOS COMUNISTAS, DIRIGENTES DO COMITÊ MUNICIPAL, ESTADUAL E DAS DIVERSAS CÉLULAS DA CAPITAL, DOPS, Acervo do DEAP/PR, pasta número 0264, topografia 0269, fls. 190-191. Daqui a diante, esse documento será identificado como DOSSIÊ 0264

⁸² DOSSIÊ 0264, fls. 192.

⁸³ DOSSIÊ 0264, fls. 188.

⁸⁴ DOSSIÊ 0264, fls. 187.

⁸⁵ DOSSIÊ 0264, fls. 186.

⁸⁶ DOSSIÊ 0264, fls. 192.

No entanto, para além de todas as alianças anticomunistas, e das medidas de vigilância pública, o que ainda prevalecia para alguns era a representação sobre o temor de ver Stalin governando o Brasil.⁸⁷

Nessa perspectiva, em entrevista ao *Suplemento*, o professor Durval Ribeiro era instado a responder a seguinte questão:

- Professor, na sua opinião se entre nós vencerem os comunistas, quem realmente, governará o Brasil: Prestes ou Stalin?
- Eis aí uma hipótese que me recuso admitir. Nosso país, não obstante as atuais dificuldades, decorrentes das mais diversas causas, possui uma elevada consciência nacional, tantas vezes comprovada, e, como as Nações mais civilizadas, entre as quais os Estados Unidos e a Inglaterra, saberá compreender a realidade do comunismo e evitá-lo.⁸⁸

Para os anticomunistas, a dependência e a subserviência às ordens emanadas de Moscou, eram pontos que manifestavam a vulnerabilidade do comunismo brasileiro. O transplante da sociedade soviética para as plagas nacionais soava como um argumento visceral na fabulação do imaginário. Porém, mais importante do que considerar esse transplante de realidades como algo consistente, é compreender sua fragilidade teórica e prática, tendo em vista certos condicionantes da política interna e externa.

Nesses dois planos, o Brasil assumia o engajamento irreversível às diretrizes norte-americanas para o ocidente de pós-guerra, consolidando até 1947 sua posição favorável à política dos blocos. Tal política efetivou a oposição ideológica entre as duas potências saídas da segunda guerra, Estados Unidos e União Soviética, e se constituiu, segundo Luigi Bonanate como “conseqüência da estrutura específica assumida pelo sistema político internacional”.⁸⁹

⁸⁷ Para marcar a distância entre a doutrina e a prática dos comunistas, Stalin era apresentado pelo *Suplemento* como herdeiro dos czares, por acumular uma fortuna incalculável. O chefe do comunismo internacional teria em Prestes o seu “dublê nacional”, por este também ocultar uma “fortuna de pequeno burguês”, de procedência pouco identificada. A Doutrina e a Prática dos Comunistas. Capitalismo e Proletariado – Comunismo e Moralidade. In: *Suplemento Político* n° 87, de 19/08/1946.

⁸⁸ O Comunismo é a negação da própria dignidade do homem. In: *Suplemento Político* n° 38, de 22/06/1946.

⁸⁹ Nesse sentido, Bonanate afirma que a liderança de um país sobre os demais, no interior do bloco, nasce a partir de sua superioridade sob todos os aspectos em relação aos outros, o que lhe permite determinar a política inerente ao bloco. BONANATE, Luigi. *Política dos Blocos*. In: BOBBIO, Norberto et al. (Org.). *Dicionário de Política*, Vol. 1. Brasília: UnB, 1998, p. 113.

Todavia, uma agravante se impôs a essa política quando sabemos que ela não se apresentou formalmente institucionalizada. Ou seja, verificou-se a inexistência de um pacto entre os líderes dos blocos que fosse referendado pelo direito internacional. Assim, mais tarde, tanto o pacto do Atlântico como o pacto de Varsóvia, definindo claramente a posição geopolítica de cada bloco, independeram de um acordo formal que tivesse recebido a legitimação de um organismo internacional.

Ademais, na linha inicial inspirada por essa política, seria imprudente aceitar com facilidade uma interferência direta e mais contundente do stalinismo nas teias formais da atividade política brasileira, porque essa atitude, salvo melhor juízo, teria sido barrada pela fidelidade do Brasil ao modelo ocidental gerado pela divisão da política de blocos.⁹⁰

Por outro lado, para contrapor a acusação simplista de que o PCB era apenas um refletor das ordens de Moscou, houve quem justificasse a pouca influência prática do stalinismo no comunismo brasileiro.

Malgrado o estreito vínculo do PCB com a linha do comunismo internacional, existiram objeções de ordem geográfica e de relevância política que fizeram o comunismo brasileiro escapar do controle policial-terrorista do stalinismo:

O comunismo latino-americano, inclusive o brasileiro, escapou a esse controle policial-terrorista não apenas devido à distância geográfica que o separava do centro moscovita, mas também por sua posição periférica relativamente ao próprio movimento revolucionário dos povos oprimidos pelo imperialismo, cujo epicentro se situava na Ásia. O controle que sofreu foi político e ideológico...⁹¹

⁹⁰ Segundo Malan, em nenhum outro continente a avassaladora presença do Estados Unidos se fez sentir tão amplamente quanto a América Latina do imediato pós-guerra. No campo das relações econômicas, políticas e militares “Pela primeira vez na história, adquiriam o virtual monopólio de influência na região, constituindo praticamente sua única fonte de capitais, da assistência técnica e militar e seu mais importante mercado: quase 60 % das importações latino-americanas no triênio 1946-48 provinham dos EUA, que absorviam quase a metade das exportações latino-americanas. (...) A instauração de uma forma democrática de Governo a partir das eleições de dezembro de 1945 e a adoção da constituição liberal de 1946 pareciam confirmar a inevitabilidade do estreitamento das relações”. Cf. MALAN, Pedro Sampaio. *Relações Econômicas do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 58-60.

⁹¹ “Se é clara e indiscutível a natureza terrorista da ditadura staliniana na União Soviética, sua capacidade coercitiva variou, no plano internacional, na razão inversa de sua distância”. MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, v. I. O impacto das revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 69-70.

As sistemáticas observações do imaginário anticomunista sobre o risco de infiltração, de desordem e desagregação social; sobre o aniquilamento da família, da religião e de outras instituições; a persistente alusão ao consórcio Prestes – Stalin, em muito confirmam a pertinência das análises de Girardet sobre o tema da conspiração.

O mito do complô, tem uma função social que não deve ser negligenciada porque media uma certa lógica situada entre o convencimento e a legitimidade. Essa lógica atribui inteligibilidade ao destino, desafia o tempo histórico, e a presumida racionalidade das sociedades pluralistas. Como afirma Girardet, nas fabulações políticas do complô,

Tudo se passa como se uma chave interpretativa se encontrasse estabelecida e na qual se visse inserido o conjunto dos acontecimentos do tempo presente, aí compreendidos, com certeza, os mais desconcertantes e os mais angustiantes. Por isso mesmo o desconhecido infinitamente temível das questões sem resposta cede diante de um sistema organizado de evidências novas. O destino volta a ficar inteligível; uma certa forma de racionalidade, ou pelo menos de coerência, tende a restabelecer-se no curso desconcertante das coisas...⁹²

3.2.2 Organização Estudantil Anti-Comunista – OEAC: ficção ou realidade?

Efêmeras ou não, organizações anticomunistas foram comuns no Brasil a partir de uma certa época, e a partir da percepção de certos setores de que o perigo comunista poderia ser de utilidade cada vez maior. Embora incipientes, Rodrigo Motta identificou algumas organizações anticomunistas ainda na década de 1930.⁹³

Porém, entre as décadas de 1950 e 1970, notou-se a proliferação de tais entidades, não somente em termos numéricos, mas sobretudo na vitalidade do discurso e na utilização de mecanismos terroristas.⁹⁴

⁹² Cf. GIRARDET, op. cit., p. 55.

⁹³ O autor localizou a Liga Nacional Progressista Suburbana, a Defesa Social Brasileira, a Frente Universitária de Combate ao Comunismo, e a Liga de Defesa Nacional encabeçada pelo General Newton Cavalcanti. Cf. MOTTA, op. cit., p. 138-139.

⁹⁴ Os exemplos aparecem na fundação da Cruzada Brasileira Anticomunista, na Sociedade para a Tradição, Família e Propriedade, e em organizações terroristas de combate ao comunismo

De caráter bem mais ameno e lidando basicamente com o imaginário, é provável que o único vestígio recolhido sobre a existência de alguma OEAC – Organização Estudantil Anticomunista em Curitiba, tenha sido a palavra anticomunista do *Suplemento Político*. O esforço em localizarmos uma documentação comparativa ou mesmo produzida diretamente pelos “líderes” da OEAC foi infrutífero.⁹⁵

A obstinação do *Suplemento* em não revelar com clareza e maior profundidade o programa da OEAC; e, em esquivar-se na apresentação dos nomes que compunham a organização, ressaltou a intenção do *Suplemento* em manter a OEAC num regime de segredo, reproduzindo as próprias fabulações do imaginário anticomunista.⁹⁶ Essa atitude do *Suplemento* conferiu vida a algo, em certa medida, fantasmagórico, e tentou mobilizar pela palavra, a crença da comunidade na existência de um inimigo subterrâneo e perigoso ao extremo.

É certo que essas ocultações não tinham o propósito de preservar a segurança dos membros da OEAC, porquanto a própria mobilização era visível aos olhos de todos, comunistas e anticomunistas, já, a partir de sua concepção.

Nesse sentido, a OEAC foi concebida, segundo o *Suplemento*, da cisão verificada no II Congresso de Estudantes em maio de 1946, por força da infiltração comunista.⁹⁷ O desvirtuamento do conclave, pela “ação nefasta” dos comunistas, teve em perspectiva “dominar o Congresso, para transformá-lo em mero porta-voz do partido, motivo por que grande número de estudantes conscientes se rebelaram, deixando de apoiar a assembléia”.⁹⁸

como o MAC – Movimento Anticomunista, o CCC – Comando de Caça aos Comunistas, a VCC – Vanguarda de Caça aos Comunistas, a AAB – Aliança Anticomunista Brasileira, o GAC – Grupos Anticomunistas, a FPN – Falange Pátria Nova, o Comando Delta, o MRN – Movimento de Renovação Nazista e a Frente Anticomunista. Idem, p. 143-160.

⁹⁵ Foram verificados boletins e relatórios da UPE referente aos anos de 1947, 1948, e 1949. O relatório de 1946 não foi localizado.

⁹⁶ O próprio local de funcionamento da organização foi anunciado como sede provisória: “A OEAC, sediada, provisoriamente, à Praça Generoso Marques, n. 248, II andar está mantendo vivo intercâmbio com os estudantes do interior, promovendo a ampliação de suas atividades anticomunistas”. Vitoriosa a Organização Estudantil Contra o Comunismo. In: *Suplemento Político* n° 12/06/1946.

⁹⁷ Infiltração Comunista no Congresso de Estudantes. In: *Suplemento Político* n° 10, de 21/05/1946.

⁹⁸ *Suplemento Político*, idem.

A dissidência democrática, gerada por um ato de rebeldia e inconformismo no “seio de uma classe constituída do que há de melhor e mais nobre em nossa juventude”,⁹⁹ disparou a motivação para que se formalizasse o projeto da OEAC.

No entanto, em carta enviada ao Suplemento, um estudante da faculdade de Direito em Curitiba que não se identificou, explicava que não houvera necessariamente uma cisão, e sim um pouco de jogo tão ao sabor dos russos: no ambiente de confusão criado pelos comunistas, a palavra dos democratas “firmou pé”, esfacelando “sob o tacape implacável das suas aspirações os confusos e surpreendidos vermelhos”.¹⁰⁰

No *Suplemento Político* de 29 de maio eram publicados os objetivos primários da OEAC. Distribuídos em 10 itens e recepcionados com louvor pelo *Suplemento*, esses objetivos fundavam uma distinção entre a classe estudantil “democrata” e os “provocadores vermelhos”, e concitavam o povo de Curitiba a uma campanha pela elevação cívica.

O teor dos objetivos primários da OEAC era o seguinte:¹⁰¹

- I – Combate implacável à ideologia comunista no seio da classe estudantil.
- II – Batalhar contra a ascensão dos vermelhos em cargos de qualquer órgão representativo dos estudantes.
- III – Difundir a campanha anticomunista por todo o Brasil estudantino e, principalmente, com a participação direta do interior do Estado.
- IV – Esclarecer ao povo o sentido totalitário da doutrina comunista e suas afinidades com o fascismo.
- V – Dar projeção às atitudes democráticas dos diversos Centros e Diretórios estudantis, prestigiando, também as entidades máximas da classe.
- VI – Revelar e rebater as idéias tendenciosas disseminadas pelos Prestistas entre os estudantes.
- VII – Atender à ordem repudiando campanhas insidiosas que deslustrem nomes dignos do Paraná.
- VIII – Estudo posterior minucioso e difusão dos problemas reivindicatórios da classe.
- IX – Congregar em Sub-Diretórios, para efeito de divulgação, as representações do interior.
- X – Ultimar: Debates, conferências, comícios, panfletos, etc.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ “Realmente, para as consciências moças dos que sinceramente criam na democracia o pustulento quisto foi extraído. A queda comunista foi ampla e completa”. O Comunismo e os Estudantes. In: *Suplemento Político* n° 12, de 23/05/1946.

¹⁰¹ Os Estudantes Democratas Organizam-se Contra o Comunismo. In: *Suplemento Político* n° 17, de 29/05/1946.

Os princípios que norteavam a eclosão do movimento, como quase sempre acontece nesse tipo de organização, não eram suficientemente originais. Sua ação se estribava no “liberal individualismo” preconizado como qualidade inata do homem livre. Mesmo que o corpo sucumbisse à coação, a consciência de liberdade era inatingível. Como propósito, apresentava-se em não permitir que o comunismo se alastrasse, “fanatizando a juventude, explorando os incautos, abusando da credulidade ingênua dos desavisados”.¹⁰²

A OEAC se enxergava pelos olhos do *Suplemento*, como exceção à atitude geral dos jovens estudantes. Até que ponto confiar na juventude quando o Brasil e o mundo se deparavam com a dramaticidade vivenciada no pós-guerra e com o senso de responsabilidade pouco desenvolvido, a educação imperfeita, a psicologia moral da coletividade afetada pelo conflito mundial?

A chave desse segredo estava na singularidade da juventude paranaense, comprovada pelo movimento de estudantes democratas, e assegurada na “campanha ideológica contra o comunismo”.¹⁰³

Pautado pelo programa mínimo, o *Suplemento* começou a divulgar os planos de expansão da organização anticomunista que apresentavam como base a encampação da diretoria da UPE por um grupo de estudantes “democratas”.¹⁰⁴ Essa articulação da UPE com a OEAC funcionou como mais um elemento de exasperação das paixões políticas, pois foi dentro desse quadro que o *Suplemento* “imaginou” para a OEAC a possibilidade de transacionar para além fronteiras um ambiente propício no combate ao comunismo,¹⁰⁵ em atendimento ao item III dos objetivos primários do movimento.

¹⁰² O Movimento Estudantil contra o Comunismo. In: *Suplemento Político* n° 36, de 20/06/1946.

¹⁰³ A Juventude e o Movimento Democrático. In: *Suplemento Político* n° 60, de 18/07/1946.

¹⁰⁴ A diretoria “democrática” da UPE, após a cisão no II Congresso ficou assim constituída: Claro Toledo e Silva, Paulo Lacerda Pinto e Hercílio Luz, respectivamente presidente e vice-presidentes. Diretoria Democrática na União Paranaense de Estudantes. In: *Suplemento Político* n° 20, de 01/06/1946.

¹⁰⁵ “Chegou-nos ao conhecimento, agora, que, em São Paulo e no Rio de Janeiro os jornais divulgam a notícia da fundação do novel organismo, transcrevendo mesmo, itens de seu programa. Por si só o fato é de transcendental importância. Como aqui, não se regateia, lá, aplausos ao movimento estudantino. Já se prepara, fora do Paraná, ambiente propício à iniciativa dos moços estudantes no combate ao comunismo”. Vitoriosa a Organização Estudantil Contra o Comunismo. In: *Suplemento Político* n° 19, de 31/05/1946.

Assim, a repercussão do movimento criado em Curitiba para difusão da “idéia democrática” alcançava, na ótica do *Suplemento*, o território nacional. No Rio de Janeiro, o movimento da mocidade já estava se fazendo notar. Em Recife, “também tivemos notícias, forças moças se levantam repudiando a ideologia comunista”:¹⁰⁶

O Paraná, entretanto, foi quem primeiro viu no Brasil os moços se erguerem, destemerosos, em campanha de defesa aos princípios democráticos e ordeiros da gente brasileira, condenando, decididamente, o totalitarismo ameaçador do credo vermelho. Significativo, pois, não deixa de ser o convite formulado por universitários cariocas anticomunistas, para que uma delegação de membros da “Organização Estudantil Anticomunista” levasse ao Rio a palavra do moço paranaense. (...) O Paraná prossegue na vanguarda.

Assumindo essa vanguarda para a contínua desvalorização dos comunistas, o *Suplemento* publicou em números sucessivos, os famosos informes de “Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas”, onde constava todo o programa do PCB para cooptar jovens estudantes visando a formação da união da juventude comunista no Paraná.¹⁰⁷

Na palavra do *Suplemento*, o método empregado para que a juventude se agregasse ao movimento comunista era inspirado nas formas de aliciamento nazista: “atrair os moços através a exploração das vaidades próprias da idade”, com ofertas de perspectivas ilusórias.¹⁰⁸

Nesse sentido, ressaltar o poder da organização comunista, e ao mesmo tempo apresentá-la como geradora de uma psicologia fanatizada, assegurava para o *Suplemento* em termos de imagens, a invenção de uma pretensa unidade de propósitos entre nazismo e comunismo.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Repercussão Nacional do Movimento Democrata Estudantil. In: *Suplemento Político* n° 61, de 19/07/1946.

¹⁰⁷ As “Instruções do Partido para os Estudantes Comunistas” apareceram nos seguintes números do *Suplemento*: 23, de 05/06/1946; 24, de 06/06/1946; 25, de 07/06/1946; 26, de 08/06/1946; e 28, de 10/06/1946.

¹⁰⁸ Instruções do Partido Para os Estudantes Comunistas. In: *Suplemento Político* n° 25, de 07/06/1946.

¹⁰⁹ “Lançamos ao povo, também, a nossa advertência. Como os nazistas, na Alemanha, querem os comunistas, no Brasil, fazer da nova geração uma geração fanatizada. Não existem traços duvidosos entre a ‘Juventude de Hitler’ instituída pelo nazismo e a juventude de Prestes que

Algumas estratégias de expansão do movimento também foram empreendidas. Elas se localizaram em três frentes e tiveram como fundamento certos mecanismos materiais de propaganda: emissão radiofônica de programas; comícios pela cidade, e montagem de caravanas para as cidades do interior com a resolução de formar subdiretórios ou comitês anticomunistas.

A primeira emissão radiofônica da OEAC pela rádio PRB-2 aconteceu em 13 de junho:

Com um programa variado e interessante, ainda que curto, conseguiram, através as ondas sonoras da PRB-2, os estudantes democratas, sacudir a indiferença de muitos, prendendo a atenção de todos no seu arroubo vigoroso do mais cristalino idealismo ao empreender, resoluta e declaradamente luta aberta ao comunismo brasileiro que Stalin financia.¹¹⁰

Foi sistematizada, então, uma programação radiofônica todas as terças, quintas e sábados uma hora antes da “Hora do Brasil”, para que o ouvinte pudesse se prender na palavra das “figuras exponenciais da cultura jurídica paranaense”, e fosse arrastado pela maré esclarecedora quanto às mazelas da “ideologia vermelha”.¹¹¹

Normalmente, os assuntos mais tratados nesses programas diziam respeito à compreensão que o povo deveria ter das armas poderosas que a democracia dispunha: o voto livre e o poder de associação, o distanciamento dos provocadores de greves e de confusões, mas principalmente ressaltavam os prejuízos que as paralisações e contestações encabeçadas pelos comunistas trariam aos interesses nacionais.¹¹²

Outro meio de sensibilizar a comunidade deu-se através de comícios pela cidade, com a sua divulgação pela imprensa, rádio e distribuição de panfletos. Apesar do esforço de propaganda em torno dos comícios, conseguimos identificar

quer o comunismo criar, não só no Paraná, mas, em todo o território nacional”. Instruções do Partido Para os Estudantes Comunistas. In: Suplemento Político nº 27, de 10/06/1946.

¹¹⁰ Programas Radiofônicos dos Estudantes Democráticos. In: Suplemento Político nº 32, de 15/06/1946.

¹¹¹ Os Estudantes Democratas Vencem em Toda a Linha. In: Suplemento Político nº 33, de 17/06/1946.

¹¹² “Agitando os meios operários, criando um estado de coisas caótico, prejudicando os interesses nacionais, dificultando, nas suas nefandas manobras, os transportes, afetando a vida normal das fontes econômicas, das indústrias e do comércio, estão, os agentes moscovianos, criando o ambiente propício para lançar o vírus de sua ideologia: a fome”. Vitórias e Lutas dos Estudantes Democratas. In: Suplemento Político nº 43, de 18/06/1946.

apenas uma manifestação pública dos estudantes anticomunistas. Ela aconteceu no dia 16 de junho, em frente à Igreja das Mercês em Curitiba, e se constituiu para o *Suplemento*, num “espetáculo soberbo e incentivador”.¹¹³

A terceira forma de divulgação da OEAC tratou-se de caravanas com destino ao interior do Estado. Levar a bandeira da organização para alguns locais do “hinterland” paranaense era o reconhecimento da perseverança do movimento, além de um alerta feito quanto à “FANATIZAÇÃO no interior, a que aqui não lhes é propício o meio”.¹¹⁴

A primeira cidade visitada pela caravana da OEAC foi Ponta Grossa. Na “capital cívica” do Estado, a organização anticomunista teria recebido o apoio dos principais órgãos de comunicação da localidade como os jornais *Diário dos Campos* e *Jornal do Paraná*, além da acolhida radiofônica da rádio PRJ-2.¹¹⁵

Também as cidades de Irati, Castro e a legendária Lapa receberam a comitiva anticomunista dos estudantes. Na emblemática Lapa, por exemplo, símbolo de resistência da integridade republicana na revolução federalista, o povo lapeano não conseguiu refrear “seu entusiasmo ao aplaudir o movimento encetado pelos universitários paranaenses”. Com apoio integral e adesão completa, essa epopéia lapeana foi traduzida na fundação de um comitê anticomunista, mas é evidente que os nomes que formavam tal comitê não foram revelados pelo *Suplemento*.¹¹⁶

Apesar da euforia e do esmero dedicados às ações da OEAC, e também o reconhecimento no avanço das lides anticomunistas, destacamos a impressão de que o *Suplemento* não conseguiu controlar a sua criação.

Esse aspecto, cremos evidente nem tanto pela ênfase contínua das publicações, e mais pelo esmorecimento repentino do movimento. A síntese da OEAC se configurou, como foi notado, no combate à infiltração comunista na classe estudantil, porém, revelava uma preocupação maior registrada pela

¹¹³ *Suplemento* n° 33, op. cit. Comícios programados para o bairro do Juvevê, por exemplo, é possível que não chegaram a acontecer, pois somente foram anunciados, sem contudo, receberem atenção posterior do *Suplemento* quanto à sua realização.

¹¹⁴ *Suplemento* n° 43, op. cit.

¹¹⁵ Ponta Grossa Prestigia o Movimento Anti-Comunista. In: *Suplemento Político* n° 54, de 11/07/1946.

¹¹⁶ Na Lapa um Comitê Anti-Comunista. In: *Suplemento Político* n° 75, de 05/08/1946.

presença progressiva dos comunistas em outras esferas como os sindicatos e no processo eleitoral.

Na tentativa de encorpar o movimento, e como porta-voz dele, o *Suplemento* encontrou uma outra opção: a refundição da OEAC em outro organismo que denominou de OPAC – Organização Paranaense Anti-Comunista,¹¹⁷ de existência tão fugaz quanto a OEAC. O fim do Suplemento em setembro de 1946, resultou no fim, pelo menos no plano da divulgação, da OPAC.

Contudo, é necessário ressaltar que esses instrumentos foram úteis na medida em que ofereceram sua colaboração a todas as técnicas materiais e simbólicas que tinham como fundo comum, a desvalorização àquilo que se relacionasse com o comunismo.

Nesse sentido, bem assinalou Pierre Ansart que as regras de produção das afetividades políticas são dadas, em parte, pela própria estrutura do sistema político. O repertório de imagens, símbolos, reanimam as “reticências, as desconfianças, os ódios em relação aos partidos adversos”. Indo além, Ansart identifica na lógica desse “sistema de concorrência” os sinais que conferem a coerência ao funcionamento de determinadas organizações pelo uso de “técnicas de descrença” disponíveis na atualidade histórica:

As técnicas de descrença alimentam-se da atualidade e das sutilezas da cultura política. A finalidade aqui não é refutar, através de sólidos argumentos racionais a fraqueza dos argumentos adversários, mas de conduzir os ouvintes a estabelecerem distância com relação às pessoas e teses rivais. (...) Neste empreendimento serão utilizados todos os meios visando a desmotivar: associar ao adversário imagens repulsivas, insinuar que suas motivações respondem a interesses suspeitos, mostrar que os projetos adversos constituem uma ameaça para todos.¹¹⁸

3.2.3 Democracia versus Comunismo

A preocupação em propor distinções entre a democracia e o comunismo foi constante nas páginas do *Suplemento*. Por uma interpretação que consistia em interpretar democracia e comunismo como duas categorias políticas colidentes e

¹¹⁷ Organização Paranaense Anti-Comunista. In: Suplemento Político n° 75, de 05/08/1946.

¹¹⁸ Cf. ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim ou fim dos amores políticos? In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (25 e 26), p. 55-80, jul/dez 2001 - jan/jul 2002. Citação das páginas 61, 69.

inconciliáveis, os argumentos reunidos conferiam à democracia características de excelência na gestão política, e ao comunismo, características de uma forma perversa e desumana de experiência política e social.

No plano teórico, essa inopinada distinção remete-nos a enquadrar democracia e comunismo no contexto compreendido, no âmbito das grandes dicotomias tal como Bobbio observou em relação às concepções de direita e esquerda.¹¹⁹

No entanto, a díade democracia / comunismo não deve ser vista, necessariamente, como oposição entre direita e esquerda, e sim, distinguida conforme os sujeitos históricos anticomunistas construíam essa separação. O emprego da díade como um recurso compreensivo refere-se, também, a três formas de uso: descritivo, axiológico e histórico.¹²⁰

O uso descritivo se apresenta para dar uma representação sintética de duas partes em conflito; o axiológico exprime um juízo de valor positivo ou negativo sobre uma ou outra das partes; o uso histórico, para assinalar a passagem de uma fase a outra da vida política de uma nação, podendo este último ainda subdividir-se em descritivo ou avaliativo.¹²¹

Sem denegarmos a importância do uso descritivo na díade, observamos nas representações anticomunistas em vigor no momento histórico investigado, que a díade democracia / comunismo se apresenta mais visível nos aspectos axiológico e histórico. Primeiro, porque essa representação se apóia em simbologias de valor extremamente negativo para dar cobertura aos seus argumentos, como temos visto ao longo do trabalho. Segundo, o emprego histórico da díade nas representações anticomunistas, coincide com a transição democrática pela qual

¹¹⁹ “A contraposição entre direita e esquerda representa um típico modo de pensar por díades, a respeito do qual já foram apresentadas as mais diversas explicações – psicológicas, sociológicas, históricas e mesmo biológicas. Conhecem-se exemplos de díades em todos os campos do saber. Não há disciplina que não seja dominada por um tipo qualquer de díade onicompreensiva: em sociologia, sociedade-comunidade; em economia mercado-plano; em direito, privado-público; em estética, clássico-romântico; em filosofia, transcendência-imanência. Na esfera política, direita-esquerda não é a única, mas pode ser encontrada onde quer que se queira”. Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 32.

¹²⁰ Cf. BOBBIO, idem, p. 31.

¹²¹ Ibid.

passa o país com o fim do Estado Novo, e a ampliação relativa de certas liberdades civis, onde o termo “democracia” se afirma como idéia força.

Por outro lado, é justo salientar que a noção de democracia presente no movimento comunista internacional no pós-guerra, em síntese, evidenciava claramente a colaboração dos comunistas em governos nacionais, e sua participação nos parlamentos pela competição eleitoral, além do recuo da possibilidade revolucionária.

Os principais dirigentes dos PC's nacionais, salientavam a necessidade de engajamento dos comunistas num projeto que garantisse o aniquilamento do reacionarismo sobrevivente do pós-guerra, pautados pelo lema da “União Nacional”.¹²²

Opondo-se frontalmente às concepções democráticas sugeridas pelos comunistas, o anticomunismo brasileiro estabeleceu divisões abissais entre sua interpretação de democracia e aquela propugnada pelo comunismo. Reforçando essa muralha através da dicotomia democracia / comunismo, a palavra anticomunista presente no *Suplemento* desenvolveu, em várias edições, o esquema que alimentava sua imaginação política.

Em análise que desenvolveu sobre o momento político, Tristão de Ataíde se posicionava em defesa da seguinte leitura: ao mesmo tempo em que o comunismo era um surto presente por força da desordem social, moral e política, o fenômeno estava implicado aos desastres da civilização contemporânea. Para Tristão, o remédio a ser ministrado residia no enfrentamento de algumas campanhas.¹²³

A solução reformista e ético-moral de Tristão, envolvia o amadurecimento político através do exercício pluralista. Essa via, contudo, não desprezava o

¹²² Na Itália, por exemplo, Palmiro Togliatti, em artigo escrito para *Rinascita* no final de 1944, chamava a atenção da classe operária quanto às propostas de democracia do PCI: “Queremos uma democracia combativa, que defenda a liberdade destruindo as bases objetivas da tirania fascista e, portanto, tornando impossível qualquer ressurgimento reacionário; uma democracia que seja ativamente antifascista e antiimperialista e, por isso, verdadeiramente nacional, popular e progressiva”. In: TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e Democracia* – obras escolhidas – 1944/1964. Rio de Janeiro: Ilha, 1980, p. 61.

¹²³ “Apresentam-se, então, as cinco campanhas a enfrentar: contra a carência econômica; contra o descalabro financeiro; contra o ceticismo democrático; contra o surto comunista; contra a desordem moral”. Salvar o Brasil Pela Democracia. In: *Suplemento Político* n° 30, de 13/06/1946.

combate às várias formas de reacionarismo, em grande medida responsável pela supervalorização do perigo comunista.¹²⁴

Era bem provável que a mensagem de Tristão pudesse se dirigir a um determinado receptor: o PRP – Partido de Representação Popular, de Plínio Salgado, uma espécie de conversão do integralismo de pós-guerra em partido político. Segundo Gilberto Calil, o anticomunismo foi o principal elemento mobilizador do PRP, estando presente desde os primeiros pronunciamentos partidários, e desempenhando função decisiva na arregimentação de militantes e consolidação da identidade partidária.¹²⁵

Desse modo, o reacionarismo, objeto da crítica de Tristão, não chegou a ser o elemento que tolheu as argumentações centradas na dicotomia. Quanto mais o anticomunismo socialmente se intensificava, tanto mais a distinção era válida, deslocando-se para a legitimação de ações policiais ou legislativas.¹²⁶

Uma das formas potentes de comprovar a aversão dos comunistas à prática democrática, ou, em outras palavras, demonstrar sua inadaptabilidade aos valores liberais, foi não só compará-lo, mas torná-lo igual ao nazismo. O traço comum entre nazistas, fascistas e comunistas era o totalitarismo.¹²⁷ Fascistas, nazistas e comunistas tinham o mesmo ponto de contato: “a escravização da maioria do povo por um indivíduo, ou grupo de indivíduos arvorados em déspotas ou ditadores. Todos três apresentam, assim, o mesmo caráter totalitário e liberticida”.¹²⁸

¹²⁴ “O maior perigo, ao menos imediato, a meu ver, não é o comunismo como se apregoa. É o reacionarismo. Estamos mais ameaçados de um surto reacionário do que de um surto revolucionário. Contra isso, só a instauração da democracia”. Suplemento Político, *idem*.

¹²⁵ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra. A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 283.

¹²⁶ “O discurso anticomunista do governo Dutra afirmava a necessidade de estabelecer limites estreitos de participação e de fala. O combate aos ‘vermelhos’, por ser uma imagem conhecida e visível, tornou-se o meio mais eficaz de exigir ou colocar modelos de comportamento político e civil. Era preciso mostrar as artimanhas dos comunistas, provar sua capacidade de infiltração até mesmo no interior do próprio aparelho de Estado”. Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, p. 142.

¹²⁷ Hannah Arendt estabeleceu os vínculos entre o nazismo e o stalinismo, evidenciando os elementos totalitários presentes em ambos. Uma das propostas da discussão desenvolvida pretende chamar a atenção para os aspectos que faziam crer, para os anticomunistas, numa aliança imediata e mecânica entre a concepção de comunismo, e o regime terrorista e policial instalado na Rússia pelo stalinismo.

¹²⁸ O Comunismo, como o Nazismo e o Fascismo, é Totalitário e Liberticida. In: Suplemento Político nº 47, de 03/07/1946.

A par dessa construção, ao apresentar uma definição simplória de comunismo,¹²⁹ o vice-reitor da Universidade em Curitiba, João Ribeiro de Macedo Filho, deixava explícito que os comunistas se aproveitavam da debilidade intelectual do operário:

Entendo que o comunismo é pregado de preferência nos meios operários, porque aí é que se encontra o ambiente propício, uma vez que o operariado, constituído de homens de trabalho rude, geralmente mal remunerados, é o que mais intensamente sofre os efeitos da carestia da vida atual, obedecendo melhor aos acenos daqueles que, embora sem nenhuma boa fé, prometem-lhes tudo, inclusive vida folgada, e mesmo, abastança.¹³⁰

Culto e bem remunerado, digno e democrata, o vice-reitor poderia associar sua leitura sobre a democracia aos parâmetros cuja função era atender pelo favor e pelo assistencialismo as classes desavisadas.¹³¹

Pugnar por um estado de bem estar social que alijasse os trabalhadores da vida política delimitava quem era detentor do saber sobre a democracia, e quais espaços sociais deveriam ser ocupados pela categoria política democracia.

Foi mais ou menos assim que Arthur Ferreira dos Santos, presidente da OAB/PR construiu o seu modelo de democracia. Para Arthur, a democracia surgia como a garantia jurídica da liberdade cuja substância era a prática eleitoral: “A vontade popular, assim formada, manifesta-se nas urnas, e afirma-se nos parlamentos”.¹³² Outra característica evidenciada era de que a democracia se

¹²⁹ “É uma escola econômica provinda de Marx e outros cuja característica principal é a abolição da propriedade privada”. O Comunismo e as Classes Intelectuais. In: Suplemento Político n° 35, de 19/06/1946.

¹³⁰ “A meu ver, o comunismo não encontra ambiente no Brasil. O povo brasileiro não o toleraria. E a pequena parte da massa popular que o segue, o faz por ignorar os seus verdadeiros objetivos. Acabaria por desiludir-se e esposar a democracia, único regime compatível com a dignidade humana e que, se Deus permitir, triunfará integralmente para a felicidade do Brasil”. Suplemento, idem.

¹³¹ “Se não quisermos perecer às suas mãos [do comunismo], devemos, imediatamente, encetar a execução de um programa de socorro às classes trabalhadoras. Desde que lhes demos tudo de quanto elas necessitam, o comunismo, sem sofrer a mínima violência por parte das autoridades públicas, estará com sua campanha perdida. O nosso operariado não quer saber de ideologia. Já está, mesmo, mais ou menos enfarado dos seus apóstolos e das suas promessas. O que ele quer é viver liberto de penúria. Dêem-lhe o que comer, o que vestir, onde morar e assistência médica completa e será ele o melhor combatente contra o comunismo”. Comunismo-Opressor das Liberdades. In: Suplemento Político n° 40, de 25/06/1946.

¹³² Democracia e Comunismo são Categorias Políticas Antitéticas. In: Suplemento Político n° 45, de 01/07/1946.

pautava na iniciativa individual, cujo fundamento e base repousavam na ação voltada para o empreendimento econômico.¹³³

O terceiro atributo democrático, marcando bem a oposição ao comunismo, era a reafirmação dos valores cristãos, respeito à tradição, repúdio ao materialismo e defesa da ética consubstanciada em três noções: pátria, família e propriedade.¹³⁴

Ou seja, Arthur negava a intervenção do Estado na economia, mas se apoiava nos seus institutos jurídicos para que a pátria fosse sustentada legalmente, a religião amparasse a família, e a economia e o processo de produção estivessem colados à propriedade privada. Essa democracia, segundo Arthur, tornaria “os ricos menos poderosos e os pobres menos desgraçados”.¹³⁵

A mudança havida na política dos comunistas, e sua decorrente inserção no universo democrático tradicional representado pelas eleições, era justificada pelo uso de uma máscara. Falseada, a máscara da democracia, se não entendida pelos incautos, poderia ser facilmente manobrada pelos comunistas através de novas táticas.¹³⁶

Esse era um dos sentidos pelo qual, um dos principais postulados do anticomunismo se assentava na crítica ao caráter da sociedade soviética: nenhum local mais apropriado para reforçar a díade democracia / comunismo. Um espaço sem Deus e sem liberdade individual, em último caso, significaria a sua reprodução em qualquer sociedade onde houvesse uma possibilidade de transformação:

Deus é a vida, a criação na exteriorização de sua divindade. Deus é a Pátria, a família no aconchego do lar. Deus é o amor, é a Paz. (...) A Rússia

¹³³ “Na democracia o fundamento econômico assenta na atividade individual, no poder da criação e de invenção do indivíduo sendo ilícita qualquer intervenção do Estado...”. Suplemento, idem.

¹³⁴ “... o comunismo, materialista e ateu, é a subversão dos institutos jurídicos e dos valores éticos, desde a noção de pátria, a de família, e a de propriedade, por meio da luta de classe almejando a atingir a ditadura do proletariado com absoluto e indisfarçado repúdio aos estilos cristãos da civilização ocidental”. Suplemento, ibid.

¹³⁵ Suplemento, id., ibid.

¹³⁶ “Diversões esportivas, bailes e jogos, substituíram, na aparência, a brutalidade sanguinolenta para maior amplitude das hostes defensoras da doutrina mosconiana (...) o lobo vestiu a pele de cordeiro (...) o comunismo, agora, transformou-se em democracia”. Mobilização Geral para a Democracia. In: Suplemento Político nº 65, de 24/07/1946. Lembremos que as atividades de recreação, rifas e outros desenvolvidos pelos comunistas eram, normalmente, no sentido de arrecadar fundos para campanhas eleitorais; sustentar despesas da imprensa partidária e/ou débitos com as editoras do partido.

do passado cristão, de um povo livre e digno, nunca poderia imaginar que ficaria divorciada de Deus. (...) Na Rússia de agora encapelam-se as ondas do mar, e nublam-se os céus e o SOL DA LIBERDADE DESAPARECEU. Lá vive um povo pobre, escravizado, dirigido por um governo rico e opulento. (...) É este o regime comunista. Repúdio a Deus, desmoronamento da sociedade, supressão da liberdade individual.¹³⁷

De outro modo, engajar todas as parcelas da sociedade na efervescência do imaginário anticomunista era também reservar um papel destacado para a mulher na empreitada doméstica da democracia. Constante no amor, nos ideais, nos conceitos morais em que se educou, na sua fé religiosa, o sexo feminino, segundo Othon Mader, não aceitava a solução comunista para os seus problemas:¹³⁸

Os comunistas têm o culto da força e da violência, são os apologistas dos processos brutais; a mulher pela sua natureza frágil, por seus sentimentos delicados, pela sua sensibilidade emocional, não poderá jamais se adaptar a um tal regime. Vivendo para a família e para o seu lar, no regime comunista a mulher não tem as emoções que a vida doméstica lhe proporciona nos países democráticos. Lá ela recebe do Estado alimentação, vestuário, moradia, emprego, educação, e até idéias, enquanto que nas democracias tipo Americano, ela tem a liberdade de escolher o que deva e o que não deva: comer, vestir e fazer. Há razões portanto e muitas, para que os comunistas não encontrem adeptos no sexo feminino.¹³⁹

No entanto, a experiência social não depôs em favor dos argumentos de Othon Mader. Tivemos numa cidade como Curitiba, por exemplo, a ativa participação feminina na formação dos Comitês Democráticos Populares, na direção de células do PCB, e como candidatas às eleições municipais de 1947, meses antes da cassação do partido.

Até 1947, muitos eram os organismos de base em que a mulher despontava no seu papel de militante ou na direção de algum secretariado. Na célula Capanema, Elizabet Martovicz era Secretária de Divulgação; na célula Juvevê, Maria Olímpia Carneiro e Anita Carneiro, eram respectivamente, Secretária de Organização e Tesoureira; Silvia Faria, dirigia a forte célula da 1ª Sub-Secção / Mecânica da Rede Ferroviária, no cargo de Secretária Política; Rosalina Alvarez

¹³⁷ Na Rússia Soviética o Povo é Escravo do Governo. In: Suplemento Político nº 69, de 29/07/1946.

¹³⁸ Moscou não Estenderá suas Garras sobre o Brasil Porque a Mocidade está Alerta! In: Suplemento Político nº 58, de 16/07/1946.

¹³⁹ “A influência da mulher na família é muito grande e como já disse, o sexo feminino é uma das mais sérias barreiras à infiltração comunista”. Suplemento, idem.

era Secretária de Massa e Eleitoral na célula Marcílio Dias, e Iraci Silva e Carmen Zandoná também ocupavam cargos na célula Olga Benário Prestes.¹⁴⁰ Além disso, a comerciária Rosalia Mary Sicz era membro efetivo do Comitê Municipal de Curitiba, e Iraci Silva e Dirce Merenda eram membros suplentes.¹⁴¹

Nossa compreensão, procurou realçar que o corte operado entre democracia e comunismo tendia a acentuar o abismo entre a teoria e a prática, desfavorecendo o comunismo. Nesse sentido, o anticomunismo elaborava a democracia como a palavra força da díade, desautorizando os princípios do segundo termo pelo critério valorativo.¹⁴²

Porém, era preciso dizê-lo e reiterar com ênfase essa valoração. Reduzir o comunismo a uma escola político-econômica, entendê-lo como prática árida e destituída de qualquer exercício mais humanista, significava aquilo que inversamente a democracia ampliava. Essa ampliação aparecia no campo da política, pelo acesso ao voto, e à escolha da representação. Na economia, por abrir à iniciativa individual as portas da criação, da inventividade e do intelecto superior, destinando ao trabalhador um mero papel de espectador do mundo da política.

E, por fim, o enriquecimento da democracia tinha na inclusão da religião, como alicerce familiar, um dos elementos primordiais que distinguia um regime de humanos, do regime dos desumanos.

3.3 A cassação do PCB: reafirmando o imaginário

A decisão dos 3 juízes do TSE¹⁴³ que cassou o registro do PCB em maio de 1947, pode ser considerada como um dos documentos paradigmáticos do anticomunismo brasileiro na década de 1940, e mesmo, um dos mais importantes em toda a história do fenômeno.

¹⁴⁰ DOSSIÊ 0264, fls. 91-94.

¹⁴¹ DOSSIÊ 0264, fls. 91.

¹⁴² “Em toda dupla de termos antitéticos nem sempre os dois termos têm igual força. Além do mais, não está dito que um dos dois seja sempre mais forte e o outro sempre mais fraco. A força respectiva pode mudar conforme os pontos de vista e os critérios para dimensioná-la”. Cf. BOBBIO, op. cit., p. 45.

¹⁴³ Os votos vencedores foram dados por J. A. Nogueira, Rocha Lagoa e Cândido Lobo. Os votos vencidos, que optaram pela continuidade do registro do PCB foram dados pelos juízes Sá Filho e Ribeiro da Costa.

As denúncias para a abertura do processo remontavam a março de 1946,¹⁴⁴ e o PCB foi enquadrado em quatro casos possíveis de cancelamento de registro de partidos políticos, conforme dispositivos constitucionais e legislação ordinária: 1) recebimento de contribuição pecuniária ou qualquer outro auxílio do estrangeiro; 2) recebimento de orientação político-partidária de procedência estrangeira; 3) manifestação, por atos inequívocos dos órgãos partidários autorizados e contra seu programa, de objetivos colidentes com os princípios democráticos; 4) atos inequívocos dos órgãos autorizados do PCB manifestando objetivos diversos do seu programa, colidentes com os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição.¹⁴⁵

É sabido que o Brasil assumiu as diretrizes sugeridas pela política policial dos Estados Unidos no pós-guerra com relação ao combate aos comunistas, quando o velho inimigo de antes da 2ª guerra, retornou após o término do conflito. Martha K. Huggins assinala que, se nos países europeus ocupados pelos Estados Unidos foi elaborada uma política de contenção,¹⁴⁶ que incluía a consideração sobre a capacidade industrial dos países sob ocupação; para os países latino-americanos, a proposta norte-americana foi no sentido de refinar a luta contra ameaças à

¹⁴⁴ “O processo pela cassação havia sido proposto (...) por solicitação de um deputado historiônico, Barreto Pinto, do PTB. Transitava morosa e burocraticamente. A fundamentação jurídica era pífia, conforme se pode constatar pela leitura dos votos dos juizes que a recusaram”. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964*. In: _____; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, Volume V – Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002, p. 75.

¹⁴⁵ *PCB – Processo de Cassação do Registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980, p. IX-X, Introdução.

¹⁴⁶ Elaborada por George Kennan em 1946, a política de contenção fundamentava-se no perigo em longo prazo que representava a URSS. Baseava-se na criação de uma infra-estrutura que “contribuiria para a transformação da ajuda norte-americana a polícias estrangeiras em um mecanismo permanente para a internacionalização da segurança norte-americana”. Mais voltada para os países sob ocupação norte-americana no pós-guerra, sua finalidade era evitar precipuamente a emergência do comunismo internacional. Huggins sublinha que “Essa transformação da ajuda policial, de uma atividade *ad hoc* para uma atividade permanente da burocracia de segurança internacional dos Estados Unidos, foi levada a cabo mediante uma fusão das ideologias emergentes relativas à contenção da União Soviética e ao desenvolvimento econômico do mundo livre”. Cf. HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 86. Sobre a política de contenção e a cooperação policial na América Latina de pós-segunda guerra, especialmente cap. 4: “Da espionagem policial à eliminação do ‘comunismo’: a Segunda Grande Guerra e o pós-guerra”, p. 67-91.

segurança nacional, com o preparo e o treinamento das polícias com o objetivo de descobrir e neutralizar comunistas.¹⁴⁷

Desse modo, a conseqüente qualificação da polícia, e a cassação do PCB se adaptavam plenamente aos propósitos do regime de Dutra, e suas razões políticas notoriamente se apoiavam numa série de fatores que iam desde o ambiente criado pela guerra fria, “passavam pelo visceral anticomunismo das elites, e alcançavam o medo de crescimento dos comunistas”.¹⁴⁸

Alguns desses sentimentos se reproduziram nos votos que aprovaram a cassação do registro do partido. A agravante ganhou em dimensão porque as decisões que determinaram a cassação do partido subordinaram o aspecto positivo da questão e a análise formal das evidências ao imaginário do anticomunismo.

Desse modo, os votos favoráveis à cassação investidos de conotação política, perderam de vista pressupostos estritamente jurídicos, ao mesmo tempo em que sinalizaram para a criatividade do simbólico, enveredando para uma situação que viria a ocasionar o “eclipse da democracia”, na palavra do juiz Sá Filho: “No horizonte da longa estrada percorrida, em torno à mole deste processo, se divisa nos dias recentes da história dos povos que o desaparecimento do partido comunista dos quadros legais coincide com o eclipse da democracia”.¹⁴⁹

Juízo semelhante era obtido do segundo ministro a ter seu voto vencido. O magistrado Ribeiro da Costa alertava para a clara feição política que havia adquirido o processo de cassação:

O problema essencialíssimo debatido nos autos do processo movido contra o Partido Comunista do Brasil, com o objetivo do cancelamento do seu registro feito perante esse Tribunal, embora restrito ao campo de aplicação de um preceito de ordem constitucional, reveste-se contudo, de relevante feição política.

Sem dúvida, os partidos políticos funcionam como entidades que, constituídas legalmente, interferem no organismo político do Estado. A lei lhes rege a existência, subordinada à cominação de normas cuja infringência pode determinar a sua eliminação, conseqüência essa que

¹⁴⁷ Idem, p. 77.

¹⁴⁸ “Apesar do prestígio eleitoral reafirmado e da ostentada moderação política os comunistas foram surpreendidos com a cassação de seu registro legal como partido político”. REIS FILHO, op. cit., p. 75.

¹⁴⁹ PCB – Processo de Cassação..., cit., p. 64.

atinge, necessariamente, interesses políticos da mais acentuada magnitude.¹⁵⁰

Era fundamental para o regime político instaurado em 1946, obstruir as ações dos comunistas dando a esse cerceamento foro de legitimidade jurídica para que as contestações sociais fossem inibidas.¹⁵¹

A “caça” aos comunistas, porém, não se tratou de um fenômeno isolado que se verificou somente no Brasil. O ano de cassação do PCB também coincidiu com o afastamento da presença “incômoda” dos comunistas de alguns governos europeus.

Esse processo foi muito influenciado, segundo Fernando Claudín, pelos dólares norte-americanos canalizados para a Europa, aniquilando, dessa forma, a “grande aliança” entre as potências vencedoras da guerra:

Com efeito, a “grande aliança” deixava praticamente de existir. O imperialismo americano decidira-se resolutamente a instaurar a sua dominação mundial. Oferece à burguesia européia, em troca da sua liderança, o maná dos seus dólares. (...) Mas, para soltar os dólares, Washington exige que os partidos comunistas desapareçam dos governos burgueses da Europa. (...) Em cada caso se recorre a um pretexto que dissimule a ordem do novo amo, mas o resultado é o mesmo: a 19 de março Spak forma um governo sem os comunistas belgas, a 5 de maio Ramadier despacha os franceses e a 30 do mesmo mês De Gasperi reforma seu governo sem os comunistas italianos.¹⁵²

Na perspectiva dessas mudanças, não era gratuita a curiosa menção que o desembargador J. A. Nogueira sublinhava em seu voto vencedor: “Temos acompanhado a evolução dos acontecimentos do mundo com olhos bem abertos de intelectual, de estudante de sociologia aplicada”.¹⁵³

O acompanhamento que o desembargador Nogueira dedicava às questões sociológicas influenciou decisivamente no seu parecer. Nogueira via na imagem mística da organização comunista a motivação que transformava um partido político em fetiche: “A verdade é que o partido é um Deus, um demiurgo, um grande fetiche. (...) Vive-se e morre-se para o Partido. O Partido está acima das

¹⁵⁰ Idem, p. 65.

¹⁵¹ “Eliminar o PCB da arena política tornou-se um objetivo do governo Dutra. Esse movimento já estava visível desde o início de seu governo e encontra o momento de maior expressão em maio de 1947 com a cassação do registro daquele partido”. Cf. AZEVEDO, op. cit., p. 118.

¹⁵² Cf. CLAUDÍN, op. cit., p. 360.

¹⁵³ PCB – Processo... op. cit., p. 79.

mais caras afeições de família. (...) Não é um Partido. É uma confraria, uma ordem religiosa às avessas. (...) É uma conjuração!”¹⁵⁴

De igual forma, o anticomunismo de Nogueira não conseguia jamais escapar da sombra que a imagem do comunismo russo desenhava, e da sempre lembrada intentona de 1935.¹⁵⁵

Alusões a 1935, também apareceram no parecer vencedor do ministro Cândido Lobo, que a considerava uma etapa de inauguração das intranqüilidades, inquietações e greves, onde “o vírus da desobediência e das insaciáveis reivindicações, crimes e revoltas” teria gerado uma “intranqüilidade mundial!”¹⁵⁶

O comunismo era, desde seu advento, ou como doutrina ou como sistema político, um fantasma percorrendo toda a terra, e obediente à profecia marxiana exposta no “terrível documento”, numa referência ao Manifesto Comunista.¹⁵⁷

O processo também se encaminhou para o fortalecimento de argumentos débeis, que receberam uma ênfase desproporcional à sua importância, como a alegação de duplicidade nos estatutos do PCB. Em algumas passagens do processo, esses argumentos foram supervenientes aos méritos da questão, mas incorporados a ela como prova incontestável.

Nessa perspectiva, registrado como partido político em sintonia às regras do pluralismo democrático para camuflar sua linha estatutária marxista-leninista, o PCB negligenciou as condições que antecederam a instalação do processo assumindo a contradição entre 2 pólos. Pelo estatuto oficial, abdicou dos princípios marxista-leninistas adequando-se ao sistema representativo, mas mantinha um estatuto subterrâneo ditado pela doutrina.

A presumida distância entre os procedimentos legalmente registrados e a prática efetiva dos comunistas disparou o argumento dos anticomunistas, porque

¹⁵⁴ Idem, p. 80.

¹⁵⁵ “A própria palavra comunismo tem um sentido histórico tremendo e equivale como a uma bomba atômica que não pode ser deixada à disposição de uma organização partidária que se pretende ingenuamente não ter nada a ver com a ação e com a doutrina da Rússia Soviética, apesar da página sangrenta de 1935, apesar das viagens dos agitadores daqui para a Rússia e da Rússia para aqui, até sob nomes supostos”. Idem, p. 83.

¹⁵⁶ Idem, p. 120.

¹⁵⁷ Id., p. 77.

era nessa construção onde o peso do imaginário podia ser adequadamente trabalhado e expandido.

Ora, à Justiça Eleitoral interessavam os estatutos registrados, aprovados e publicados. Qualquer ato praticado por um partido político fora do enquadramento dado pelos estatutos tornar-se-ia juridicamente nulo, mas este fator não obteve crédito algum perante os votos vencedores.

Assim, ao operar politicamente por meio de um dispositivo ilegal, a continuidade do comunismo em terras nacionais seria levar a cabo um “crime de lesa-pátria, eis que possibilitaria o aniquilamento de nosso patrimônio moral e colocaria o Brasil sob guante de Moscou”.¹⁵⁸

Não obstante, um partido comunista na legalidade converteria a democracia numa ficção e num engodo acobertado pelo engano judiciário que teria sido a concessão do registro: “O que houve em relação ao registro do Partido Comunista – registro negado pelo Tribunal Eleitoral em 1933, mas concedido em 1945, foi um imenso equívoco, um lamentabilíssimo engano judiciário dos egrégios membros deste Tribunal”.¹⁵⁹

A questão estava resolvida antes de se concretizar. A positividade da lei foi relegada a outro plano pela intensidade das representações. Os comunistas voltavam a ocupar o lugar das sombras, a ser os emissários da ruína e da morte, a ser os provocadores do entorpecimento das massas:

Os homens cultos, livres e bem formados não podem consentir em que nossa Pátria, enquanto é tempo, seja entregue a um grupo de demagogos, que trocam o dia pela noite, vendo castelos encantados, onde só há ruína e morte. (...) Nem se tropeje que o cancelamento do registro é uma medida altamente antidemocrática. (...) Liberdade sim, mas a planificada para o alto! Liberdade sim, mas não licença, anarquia e desordem! Ordem e Progresso, o lema da nossa Bandeira! Ordem e amor! Ordem e fraternidade! Ordem garantida no presente para o futuro! Ordem cimentada na lealdade dos brasileiros para com a Pátria!¹⁶⁰

¹⁵⁸ PCB – Processo..., p. 118.

¹⁵⁹ Idem, p. 80.

¹⁶⁰ PCB – Processo..., p. 92.

“Farsa judiciária” no dizer de um analista,¹⁶¹ a cassação do PCB foi quase ignorada pelo parlamento na sessão especial de 8 de maio de 1947, um dia após a cassação. Interessados na homenagem pelo aniversário de 2 anos de fim da guerra, os deputados intervieram com loas a Roosevelt, Churchill e até a Dutra.

Foi sintomático que o próprio deputado Barreto Pinto, do PTB, autor de uma das denúncias contra o PCB, tenha encaminhado requerimento à mesa da presidência:

Por isso, Sr. Presidente, meu requerimento é dos que merecem ser aprovados por aclamação. A figura do General Eurico Gaspar Dutra que, com sua grande autoridade, dirigiu as gloriosas forças expedicionárias do Brasil, comandadas por esta outra figura extraordinária que é o General Mascarenhas de Moraes; foi o Ministro da Guerra que, num dos momentos mais agudos e incertos da conflagração, tomou um avião, sem comitiva, correndo todos os *fronts* da Itália e indo a todos os lugares onde havia combatentes.¹⁶²

Não fosse a intervenção do deputado comunista João Amazonas, interrompido por diversas vezes pelo plenário, a cassação passaria imperceptível e oculta entre os discursos enaltecedores de aniversário do final da guerra. Amazonas, na sua fala, limitou-se a reafirmar o caráter político da cassação, assinalando que “Ninguém poderá impedir que os comunistas lutem pelo progresso do país, pela defesa da Constituição da República, pela vitória completa da Democracia”.¹⁶³ João Amazonas estava enganado.

Muitos dos acontecimentos¹⁶⁴ que se seguiram à cassação do PCB, como o rompimento de relações diplomáticas com a URSS, e a contínua perseguição aos comunistas e a outros atores sociais, se incluíram num movimento de recuo da possibilidade democrática já manifestado desde inícios de 1946, com a posse de Dutra e a reentrada do Brasil na via da democracia representativa.

¹⁶¹ MORAES, João Quartim de. O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanência. In: _____; DEL ROIO, Marcos. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, Volume IV, Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 152.

¹⁶² Anais da Câmara dos Deputados – 1947. Sessão Especial de 8 de maio de 1947, p. 375. Disponível na World Wide Web <http://www.camara.gov.br>

¹⁶³ Idem, p. 386.

¹⁶⁴ Uma amostragem objetiva desse processo foi evidenciada pelo competente texto do Professor Sidnei J. Munhoz, publicado na Revista Diálogos nº 6. Cf. MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: *Revista Diálogos nº 6*. Disponível na World Wide Web: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume1/vol6_m

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, o anticomunismo procurou ser evidenciado a partir da reabilitação de alguns movimentos que o determinaram num dado tempo. Nas oscilações sofridas pelas políticas anticomunistas foi percebida a efervescência do imaginário transitando no tempo curto, e sendo marcado por momentos de sobrevivência ou de maior intensidade.

Os pólos temporais propostos para análise respeitaram certas condições históricas que deixaram claro, ao nosso ver, as nuances do anticomunismo brasileiro numa de suas características primordiais: o relativo pluralismo de suas representações. Essa relativa pluralidade foi assegurada por uma produção de imagens que apresentou como temática alguns centros de referência mais nítidos e reincidentes. No decorrer de partes do texto, mostramos que as referências se fundaram nas discussões sobre o perigo do domínio mundial bolchevista associado ao liberalismo, ao judaísmo e por outras derivações que constelaram e foram produzidas pelo discurso político.

Salientamos que, determinado pelo jogo da conjuntura política, o perigo imaginado foi capaz de ser contido atendendo-se, além da repressão, a diversos mecanismos apropriados do imaginário político. Assim, a discussão anticomunista traçou um caminho múltiplo que passava pela apologia ao nacional socialismo e pela segurança da mão forte do estadonovismo; pela subserviência histórica dos comunistas brasileiros à Moscou, e por conseqüência, pelo trabalho de infiltração estrangeira e de conspiração política; pela memória renitente e ressentida da “intentona”; pelo aniquilamento da nacionalidade; pelo fim dos valores da ocidentalidade.

Em muitos desses fatores, o anticomunismo traduziu-se como uma das fontes da limitada democracia representativa do Brasil no pós-guerra, contribuindo para comedir a atividade política e expulsando dessa atividade, grupos que propunham outras alternativas.

Pensamos que esse conjunto de registros bem possa ter dado a compreensão sobre a força do imaginário anticomunista ao longo do tempo,

também auxiliando na leitura de como as imagens podem ser reapropriadas e adaptadas a diferentes contextos políticos, servindo, desse modo, a interesses de setores ideológicos dominantes.

No entanto, ao invés de priorizarmos ou darmos centralidade aos graus de intensidade da prática, nosso esforço se constituiu em dar expressão a um horizonte em que ressaltaram a constância do sentimento anticomunista, e muitas vezes, como foi observado, a precedência do imaginário na sua perspectiva de construção de temores, medos e expectativas sociais, sobre as ações concretas (policiais, jurídicas, judiciais) que culminaram na repressão política aos comunistas.

Como um discurso sem fronteiras ideológicas necessárias, o anticomunismo é um sentimento, por assim dizer, democrático, de vez que todos os atores sociais são acessíveis e quanto a ele podem se posicionar.

Malgrado essa assertiva, e como assinalamos, a disseminação do imaginário e sua colocação em disponibilidade social, acarreta a delegação institucional a certas “autoridades”; aos gestores de símbolos anticomunistas, responsáveis pelo mapeamento e manejo das representações e dos rituais.

Como observou Bourdieu, um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do poder delegado por uma instituição.¹ É imprescindível que esse delegado tenha conhecimento, ciência do procedimento em questão, ou ainda, autoridade que atenda às exigências do que Bourdieu denomina de “condições litúrgicas”.²

Além desse aspecto, os guardiões do imaginário anticomunista brasileiro podem estar circunscritos em algumas linhagens culturais institucionais, habitando fundamentalmente a Igreja, o setor militar e a imprensa. Cada um desses

¹ “O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996, especialmente capítulo “A linguagem autorizada – as condições sociais da eficácia do discurso ritual”, p. 85-96.

² Condições litúrgicas é todo um conjunto de prescrições que regem a forma de manifestação pública de autoridade, a etiqueta das cerimônias, o código dos gestos e ordenamento oficial dos ritos. Cf. BOURDIEU, idem, p. 91.

discursos orgânicos conferiu eficácia ao imaginário, sedimentou uma cultura e uma memória anticomunista no Brasil.

Seja através de uma elaboração de corte nacionalista, seja pela defesa dos interesses da família, da propriedade e da catolicidade tradicional, esse imaginário reafirmou o comunismo como o meio potencial de destruição da civilização.

Procuramos demonstrar que, mesmo em momentos ou em situações que não se presume o comunismo como perigo imediato, ou impossibilitado de renascer partidariamente, restam ainda, com força redobrada, as estratégias do imaginário que engendram a luta pela sobrevivência do sentimento.

Quanto a esse aspecto, nossa preocupação foi desenvolver como um dos temas de fundo para compreender essa dinâmica, as relações entre as afetividades, ou o sistema sócio-afetivo e a produção anticomunista. Essa perspectiva de análise permitiu melhor apreensão do modo como evoluíram as paixões políticas quando examinadas à luz de alguns textos que centraram sua atenção no anticomunismo.

Entendemos que, um sistema sócio-afetivo, conforme as orientações de Ansart, representa a recuperação de uma tradição tributária das cargas emocionais presentes na historicidade do discurso político, comprometido com as crenças, paixões, preconceitos, expressões e práticas políticas, conflitos de imagens, deixando como registro, traço e característica a emoção. O importante nessa produção, é que a lembrança anticomunista, enquanto herança cultural, possa sempre reaparecer na forma de uma memória hipertrofiada, ampliando a força do imaginário no tempo.³

Por outro lado, o discurso que decretou o “fim” do comunismo não quis dizer necessariamente que as mitologias políticas nomeadoras dos “inimigos” sociais também chegaram a um termo. Ao contrário, foi necessário o inimigo assumir novas roupagens; foi preciso que a carga de afetividades em torno de algum

³ Acreditamos que essa memória hipertrofiada é ilustrada no estudo que procedemos a respeito do ritual de homenagem aos mortos. Uma discussão exemplar sobre a dicotomia memória – esquecimento, e sobre a questão da hipertrofia da memória, em favor da interdição do esquecimento é feita por SEIXAS, Jacy. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, n. 32, p. 75-95, jan/jun 2000.

perigo fosse reelaborada e multiplicada, para que se justificassem as demandas por “novas” racionalidades e dominações políticas. Afinal, uma das chaves da idéia de conspiração é de que o inimigo social é tanto mais perigoso quanto menos possa ser visto e mais possa ser imaginado e construído conforme interesses, maior concentração de poderes e necessidades históricas.

Finalmente, o “colapso” do comunismo não significa uma limitação em nosso trabalho de reconstituição de registros e não esgota as possibilidades de estudo sobre o contratermo anticomunismo e seus parceiros culturais. Para além do anticomunismo existe um universo do pensamento político conservador a sempre ser redescoberto e rediscutido pela historiografia. O anticomunismo, no interior dessa totalidade, é uma das abordagens possíveis e um campo de pesquisa de referência obrigatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 225-255.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

ANAIS da Câmara dos Deputados – 1947. Disponível na World Wide Web: <http://www.camara.gov.br>

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, ano 17, n. 33, jul/dez 2000, p. 145-162.

_____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001, p. 15-36.

_____. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. Mal-estar ou fim dos amores políticos? In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (25 e 26), p. 55-80, jul/dez 2001 – jan/jul 2002.

ARAGÃO, José Campos de. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. *O que é Política?* 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. V. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

AZEVEDO, Débora B. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília, UnB, Mestrado em História (Dissertação), 1992.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 5 – Anthropos – homem. Lisboa: Imprensa Oficial, 1985, p. 296-332.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: UnB, 1982.

BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda Parte: 1946-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.

BONANATE, Luigi. Política dos Blocos. In: BOBBIO, Norberto et al. (Orgs.). *Dicionário de Política*, Vol. 1. 4. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 113-115.

BONAVIDES, Paulo. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*, Vol. 1. 4. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 34-35.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 159-182.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAGA, Sérgio S.; MARTORANO, Luciano C. O Partido Comunista do Brasil: História e Perspectivas. Entrevista com João Amazonas. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, 1996, Curitiba, UFPR, p. 83-100.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra. A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMPOS, Francisco. *O Espírito do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil do Distrito Federal, 1939.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CANCELLI, Elizabeth. *A Intentona em Nova York*. Brasília: UnB, 1997.

_____. *O mundo da violência. A polícia da era Vargas*. Brasília: UnB, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A propaganda política no varguismo e no peronismo: aspectos teórico-metodológicos de uma análise sobre história política. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, jan/dez 1997, p. 196-218.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998.

_____; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). *REPRESENTAÇÕES: Contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papyrus, 2000, p. 227-267.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. Fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARONE, Edgard. *BRASIL*. Anos de crise 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *O PCB – 1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo 1922-1938*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986.

CHACON, Vamireh. *Estado e Povo no Brasil*. As experiências do Estado Novo e da democracia populista 1937/1964. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: _____.; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 17-149.

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista – vol. 2 – o apogeu do stalinismo*. São Paulo: Global, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. *GRAMSCI*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim de. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 123-157.

DADOUN, Roger. *A Violência: ensaio acerca do "homo violens"*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. Versão em CD-ROM 182017. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DOMENACH, Jean Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1955.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: UFSC, 1999.

DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: Edusp, 1984.

_____. *O comunismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFRJ/UFMG, 1997.

ENRIQUEZ, Eugène. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. In: KOLTAL, Caterina. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998, p. 37-60.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário 1920-1940*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FERREIRA, José Roberto M. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo, PUCSP, Mestrado em Ciências Sociais (Dissertação), 1986.

FIGUEIREDO, Paulo de. *Aspectos Ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1983.

FURET, François. *O passado de uma ilusão*. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.

GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. Influência Americana e Alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.

GIL, José. Nação. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 14 – Estado – Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 276-305.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Angela Maria Castro. A construção do homem novo. In: OLIVEIRA, Lúcia, L. et al. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. A espionagem alemã e a contra espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1983.

HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *O mito nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Coord.). *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 119-215.

LOBO, Hélio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

MACHADO, Raul. *A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1941.

MAGALHÃES, Marion B. de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1998.

_____. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: SEED, 2001.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina 1945-1995. *Dados* [on line], 2001, vol. 44, n. 4 [citado 07 julho 2003], p. 645-687. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br>

MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 51-106.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

McCANN, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história do Brasil. *Rev. bras. Hist.* [on line], 2000, vol. 20, n. 39 [citado 08 setembro 2002], p. 191-199. Disponível na World Wide Web: <http://scielo.br>

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume I. O impacto das revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 47-87.

_____. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954). In: _____. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 161-199.

_____. O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanência. In: _____. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume IV. Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 151-209.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Anticomunismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Mauad, 2000, p. 42.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: *Revista Diálogos nº 6*. Disponível na World Wide Web: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/diálogos/volume1/vol6_m

NETTO, Evaristo Giovanetti. A esquerda e os impasses da transição para a democracia no pós-guerra (1945-1946). In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n. 6/7, 1996, p. 37-57.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: Um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

NOVELLI JR., Luiz Gonzaga; LEITE, Mauro Renault. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1992, p. 716, 719, 722.

OLIVEIRA, Lúcia L. Autoridade e Política: O Pensamento de Azevedo Amaral. In: _____ et al. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 48-70.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

PACHECO, Elizeu. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 14, p. 99-113, mar/ago 1987.

PCB – Processo de Cassação do Registro (1947). Belo Horizonte:Aldeia Global, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. A Formação do PCB. In: _____. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 41-161.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. Violência do Estado e Classes Populares. In: *Dados*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 5-24, 1979.

POMBO, Orlando Xavier. *Imunização Ideológica*. Curitiba: Tipografia da Penitenciária Central do Estado, 1950.

REICH, Wilhelm. *Psicologia das massas do fascismo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: _____.; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, volume V – Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002, p. 69-102.

_____. *Uma revolução perdida* – A história do socialismo soviético. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro FGV, 1996, p. 441-450.

_____. Uma História Presente. In: _____. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 13-36.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 361-443.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre, UFRGS, Doutorado em História (Tese), 2002.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In: *Revista Brasileira de História*, 2002, v. 22, n. 44, p. 463-488.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. In: *Revista Brasileira de História*, Historiografia – propostas e práticas. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-22.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SEIXAS, Jacy. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, n. 32, p. 75-95, jan/jun 2000.

SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Hélio. *1935 – A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *1938 – Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SINTONI, Evaldo. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. Araraquara: FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em perspectiva*. 16. ed. São Paulo: Difel, 1987, p. 256-282.

SOUZA, Francisco M. de O. Integralismo. In: *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília: UnB, 1982, p. 61-109.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

TAVARES, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo. In: SILVA, José Luiz W. da. (Org.). *O Feixe e o Prisma – uma revisão do Estado Novo*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 73-81.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e Democracia – Obras escolhidas – 1944/1964*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*, vol. IV. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 135-156.

_____. *Diário*, 2 vols. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 35 – Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Coords.). *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 426-457.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

VITAL JR., Raul Rebello. *O Tribunal Vermelho: em cena o caso Elza Fernandes – recortes do anticomunismo brasileiro durante o Estado Novo*, Porto Alegre, PUCRS, Mestrado em História (Dissertação), 2001.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.